




UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)/  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT) em implantação  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIA AMÉLIA DE SOUZA SANTOS



**“EDUCAÇÃO PARA TODA A VIDA: A CULTURA ESCOLAR CATÓLICA NO  
COLÉGIO SANTA CLARA DE CAMPINAS/ GOIÂNIA-GO (1922-1950)”**

CATALÃO  
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

**Exemplos:** Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

**Maria Amélia de Souza Santos**

#### 3. Título do trabalho

EDUCAÇÃO PARA TODA A VIDA: A CULTURA ESCOLAR CATÓLICA NO COLÉGIO SANTA CLARA DE CAMPINAS/ GOIÂNIA-GO (1922-1950)

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

**[1]** Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Maria Almeida Barros, Professor do Magistério Superior**, em 27/02/2023, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA AMÉLIA DE SOUZA SANTOS, Discente**, em 27/02/2023, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3550840** e o código CRC **28587A25**.

MARIA AMÉLIA DE SOUZA SANTOS

**“EDUCAÇÃO PARA TODA A VIDA: A CULTURA ESCOLAR CATÓLICA NO  
COLÉGIO SANTA CLARA DE CAMPINAS/ GOIÂNIA-GO (1922-1950)”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG) / Universidade Federal de Catalão (UFCAT) em implantação, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação. Área de concentração: Educação. Linha de pesquisa: Políticas Educacionais, História da Educação e Pesquisa (auto) biográfica.

Orientadora: Professora Doutora Aparecida Maria Almeida Barros

CATALÃO

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

Santos, Maria Amélia de Souza  
"EDUCAÇÃO PARA TODA VIDA : A CULTURA ESCOLAR  
CATÓLICA NO COLÉGIO SANTA CLARA DE  
CAMPINAS/GOIÂNIA-GO (1922-1950)" / Maria Amélia de Souza  
Santos. - 2023.  
151, CLI f.

Orientador: Prof. Aparecida Maria Almeida Barros.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão,  
Faculdade de Educação, Catalão, Programa de Pós-Graduação em  
Educação, Catalão, 2023.  
Apêndice.  
Inclui lista de figuras.

1. história da educação. 2. cultura escolar católica. 3. instituições  
escolares. 4. Colégio Santa Clara de Campinas em Goiânia-GO. I.  
Barros, Aparecida Maria Almeida, orient. II. Título.

CDU 37(09)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ATA DE Nº.245 SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO.**

ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DESIGNADA PELA COORDENADORIA DO PPGEDUC PARA JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO DE MARIA AMÉLIA DE SOUZA SANTOS.

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às 14:00 horas, no Laboratório de Ciências do Bloco H - da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), reuniram-se os componentes da banca examinadora, a Profa. Dra. Aparecida Maria Almeida Barros - (PPGEDUC/FAE/UFCAT) - Orientadora; Profa. Dra. Fernanda Barros - (PPGEDUC/FE-UFG) - Membro Interno; Profa. Dra. Sílvia Aparecida Caixeta Issa - (FGoiano-Campus Urutaí) - Membro Externo, para, em sessão pública de exame de Defesa de mestrado, de **Maria Amélia de Souza Santos**, discente do Programa de Mestrado em Educação – PPGEDUC da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Catalão, área de Concentração Educação, com trabalho intitulado “EDUCAÇÃO PARA TODA A VIDA: A CULTURA ESCOLAR CATÓLICA NO COLÉGIO SANTA CLARA DE CAMPINAS/ GOIÂNIA-GO (1922-1950)”. A sessão foi aberta pela presidente da banca, que fez a apresentação formal dos membros da banca. Em seguida, a palavra foi concedida a discente que, procedeu a apresentação da Defesa. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu a examinanda. Durante a arguição os membros da banca não sugeriu alteração do título do trabalho. Terminada a fase de arguição, foi suspensa a Sessão Pública e, em Sessão Secreta, as arguidoras atribuíram seus conceitos. Reaberta a Sessão Pública foi anunciado o resultado final: DEFESA APROVADA, fazendo jus, portanto, ao título de **Mestra em Educação**, de acordo com o artigo 57 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação - Regional Catalão/UFCAT Em transição. A Banca Examinadora de Defesa Pública de Dissertação foi realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu segundo artigo: Art. 2. A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo programa de pós-graduação stricto sensu, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE-UFCAT, aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Maria Almeida Barros, Professor do Magistério Superior**, em 24/02/2023, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Aparecida Caixeta Issa, Usuário Externo**, em 24/02/2023, às 19:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Barros, Professora do Magistério Superior**, em 27/02/2023, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3543610** e o código CRC **E62D4BAA**.

**Referência:** Processo nº 23070.009525/2023-87

SEI nº 3543610

## **DEDICATÓRIA**

Dedico ao Colégio Santa Clara de Goiânia, instituição pela qual tenho alta estima e admiração, e à Diretora Simone Martins, que sempre abriu as portas da instituição, permitindo que eu desenvolvesse esta pesquisa.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, Wanda de Souza, que tem meu amor incondicional, sendo exemplo de luta e resiliência, que tantas vezes esteve por mim, me amparando seja no cotidiano, seja em orações. Obrigada por ser mãe e amiga, para mim e meu irmão.

À minha querida orientadora Profa. Dra. Aparecida Maria Almeida Barros, pela oportunidade e confiança dispensada a mim. Obrigada Profa. Cida por ter me surpreendido inúmeras vezes com seus exemplos de bondade, generosidade e pelas lições de fé e amor ao próximo, além de ter sido uma orientadora que me direcionou com maestria para o cumprimento dos nossos objetivos sobre a pesquisa.

À Profa. Dra. Fernanda Barros, que tenho em alta estima e carinho. Obrigada, Profa., por aceitar o convite para ser parte da banca, e pelas contribuições na qualificação.

À Dra. Silvia Aparecida Caixeta Issa, que tão prontamente aceitou fazer parte da minha banca, e que se prontificou a avaliar, contribuir e qualificar a pesquisa.

À Simone Martins, diretora do Colégio Santa Clara, que desde a primeira visita, com generosidade, entendeu a amplitude de uma instituição de ensino secular, como o Colégio Santa Clara de Goiânia, abrindo-me as portas, sem restrições. Respeitosamente, agradeço a você e a todos que foram parte da instituição.

Às irmãs, Bethânia Oliveira e Cida Oliveira (amiga), que, compreendendo o quão grande era o sonho de cursar e fazer a pesquisa de mestrado, foram parte importante desde a concepção da ideia do projeto e nas diversas fases deste percurso acadêmico. Obrigada, meninas, pela generosidade e carinho.

Aos meus amigos e amigas que me apoiaram e me apoiam, dando-me forças mesmo nos muitos momentos em que duvidei de mim. Não citarei nomes, pois certamente eu esqueceria alguém, e não quero ser injusta. Sou uma mulher privilegiada por ter amigos(as) leais e queridos que estão por mim, assim como estou por eles.

Aos meus colegas e amigos que fiz no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDUC) da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), que fizeram parte dessa jornada árdua que se chama mestrado. Com vocês, aprendi não só sobre o meio acadêmico, mas sobre cumplicidade e generosidade. Vocês foram preciosos em todos os momentos.

À Universidade Federal de Catalão, pela oportunidade de cursar esta tão sonhada Pós-graduação pública e de qualidade.

## RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Catalão na linha de pesquisa: Políticas Educacionais, História da Educação e Pesquisa (auto)biográfica. O estudo tem como objeto o Colégio Santa Clara, localizado no Setor Campinas em Goiânia (GO), tendo como foco analisar a cultura escolar Católica inscrita na instituição desde sua fundação em 1922 até 1950. A escolha deste período se deve a dois acontecimentos importantes: o primeiro, que ocorreu no âmbito intrínseco do Colégio Santa Clara, é o processo de transição da instituição deixando de ser uma instituição educacional exclusiva para meninas, processo que se iniciou em 1946, mas que somente em 1948 foi efetivado, se tornando um Colégio misto; o segundo acontecimento refere-se às demandas educacionais extrínsecas à instituição em um contexto macro, que foi o início das discussões para a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1961. Parte-se da premissa de que uma instituição escolar com longa trajetória na formação de várias gerações conserva prescrições que definem determinados padrões, normas, regras, ritos e concepções de cultura escolar que a torna singular. Nesse sentido, indaga-se: qual cultura escolar católica padronizou o Colégio Santa Clara de Campinas em Goiânia-GO? A pesquisa tem como objetivo geral: compreender os traços da cultura escolar católica, prescritos na existência institucional do Colégio Santa Clara de Campinas. Nos objetivos específicos propõe-se: apresentar o Colégio Santa Clara no contexto da educação católica em Goiás; fundamentar o conceito de cultura escolar e a concepção de cultura escolar católica; caracterizar os traços da cultura escolar católica segundo as fontes consultadas e analisar a cultura escolar católica inscrita na instituição, compreendida na relação com a sociedade goiana. Do ponto de vista metodológico, o percurso da investigação foi conduzido por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental, utilizando fontes do acervo institucional. As fontes documentais foram obtidas a partir do arquivo conservado na instituição e foram selecionadas e categorizadas de modo a indicar as prescrições e traços da cultura escolar católica. A pesquisa foi embasada pelos trabalhos de autores da historiografia da Educação, abordando a concepção de cultura escolar e as singularidades e especificidades da instituição investigada. Dessa forma, a análise interna do Colégio Santa Clara, por meio das fontes utilizadas, possibilitou a busca de vestígios que levaram à interpretação dos nexos da cultura escolar, cujas prescrições instruíram o projeto formativo da instituição ao longo do tempo.

**Palavras-Chave:** história da educação; cultura escolar católica; instituições escolares; Colégio Santa Clara de Campinas em Goiânia-GO.

## ABSTRACT

This research was developed within the Post-Graduation Program in Education of the Federal University of Catalão, in the research line: Educational Policies, History of Education and (auto)biographical Research. The study focuses on the Catholic school culture inscribed in the Santa Clara School, located in the Campinas neighborhood of Goiânia (GO), from its foundation in 1922 until 1950. The choice of this period is due to two important events: the first, which occurred within the Santa Clara School itself, is the process of transition from an exclusive educational institution for girls, which began in 1946, but was only effectively completed in 1948, becoming a mixed school; the second event refers to extrinsic educational demands in a macro context, which was the beginning of discussions for the creation of the Law of Guidelines and Bases of National Education, promulgated in 1961. The premise is that a school institution with a long trajectory in the formation of several generations retains prescriptions that define certain patterns, norms, rules, rites, and conceptions of school culture that make it unique. In this sense, we ask: what Catholic school culture standardized the Santa Clara School in Campinas, Goiânia? The general objective of the research is to understand the traces of Catholic school culture prescribed in the institutional existence of the Santa Clara School in Campinas. The specific objectives propose to: present the Santa Clara School in the context of Catholic education in Goiás; justify the concept of school culture and the conception of Catholic school culture; characterize the traces of Catholic school culture according to the sources consulted and analyze the Catholic school culture inscribed in the institution, understood in relation to Goiás society. Methodologically, the research was conducted through a bibliographic review and documentary research, using sources from the institutional collection. The documentary sources were obtained from the archive preserved in the institution and were selected and categorized to indicate the prescriptions and traces of Catholic school culture. The research was based on the works of authors from the historiography of Education, addressing the conception of school culture and the singularities and specificities of the institution under investigation. Thus, the internal analysis of the Santa Clara School, through the sources used, allowed the search for traces that led to the interpretation of the nexuses of school culture, whose prescriptions instructed the formative project of the institution over time.

**Keywords:** history of education; Catholic school culture; school institutions; Santa Clara College of Campinas in Goiânia-GO.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Fases compreendidas da pesquisa da Irmã Menezes (1981) .....	23
<b>Figura 2</b> – Revista “A Informação Goyana” – 1917 a 1935, do ano 1926.....	34
<b>Figura 3</b> – Igreja Matriz de Senhora da Conceição de Campinas, 1954 .....	35
<b>Figura 4</b> – Organização ideal: Igreja, convento, Colégio Santa Clara e comércio local, final de 1940.....	36
<b>Figura 5</b> – 1- Lei nº. 287/1907; 2- Lei nº. 476/1911 e 3- Decreto nº. 327/1935 .....	37
<b>Figura 6</b> – Primeiros redentoristas da missão Bávaro-brasileira, (1894).....	41
<b>Figura 7</b> – Primeiro convento dos redentoristas em Campinas, 1895 .....	43
<b>Figura 8</b> – As quatro “Marias”, fundadoras do Colégio Santa Clara .....	51
<b>Figura 9</b> – Organograma do Colégio Santa Clara, 1982 .....	54
<b>Figura 10</b> – Casa modesta do início do Colégio Santa Clara em 1921, missa e benção realizada pelos redentoristas.....	57
<b>Figura 11</b> – Secretária do Colégio Santa Clara, armários com o acervo documental .....	76
<b>Figura 12</b> – Processo de coleta de no acervo escolar do Colégio Santa Clara .....	78
<b>Figura 13</b> – Logomarca do Colégio Santa Clara, “Educação para toda a vida”.....	80
<b>Figura 14</b> – Correio Oficial do Estado de Goyaz (GO), equiparação a Escola Normal do Colégio Santa Clara .....	81
<b>Figura 15</b> – Perfis biográficos das diretoras do Colégio Santa Clara: Irmã Maria Benedita Tafelmeier .....	86
<b>Figura 16</b> – Perfis biográficos das diretoras do Colégio Santa Clara: Irmã Maria Raimunda Sturm .....	87
<b>Figura 17</b> – Perfis biográficos das diretoras do Colégio Santa Clara: Irmã Adilaza Silveira de Paula .....	88
<b>Figura 18</b> – Diretoras do Colégio Santa Clara de 1922 a 2022 .....	89
<b>Figura 19</b> – Trecho do perfil biográfico da Irmã Maria Nelly S. de Amorim .....	90
<b>Figura 20</b> – Trecho do perfil biográfico da Irmã Maria Lídia de Souza .....	92
<b>Figura 21</b> – Trecho do perfil biográfico da Irmã Alfonsa Neiderbauer .....	92
<b>Figura 22</b> – Disciplina “Desenho e trabalhos manuais”, currículo de 1948.....	95
<b>Figura 23</b> – Disciplina “Desenho e trabalhos manuais, 1º ano/série”, currículo de 1948, relacionada a outras disciplinas .....	96
<b>Figura 24</b> – Disciplina “Desenho e trabalhos manuais, 4º ano/série”, currículo de 1948, relacionada a outras disciplinas .....	96
<b>Figura 25</b> – Disciplina “Economia doméstica e puericultura”, currículo de 1948 .....	97
<b>Figura 26</b> – Disciplina “Economia doméstica e puericultura” e os conteúdos abordados, currículo de 1948.....	98
<b>Figura 27</b> – Missa de lançamento da pedra fundamental de Goiânia, em 1933.....	99
<b>Figura 28</b> – Missa campal, ocasião em que se erguia Goiânia, 1935 .....	100
<b>Figura 29</b> – Perfis bibliográficos das ex-alunas que se tornaram professoras e diretoras do Colégio Santa Clara .....	103

<b>Figura 30</b> – Pedido de doação de máquina de costura e datilografia, para curso gratuito .....	104
<b>Figura 31</b> – Atestado de moradora de Campinas, prestação de serviços gratuitos, 1935 .....	105
<b>Figura 32</b> – Comunicado de deferimento de subvenção financeira ao Colégio Santa Clara, 1935.....	106
<b>Figura 33</b> – Procissão de “Corpus Christi”, Colégio Santa Clara, 1948.....	107
<b>Figura 34</b> – Convite e cronograma das comemorações de 75 anos do Colégio Santa Clara, 1997.....	108
<b>Figura 35</b> – Rito de incineração da Bandeira Nacional, que compõe o currículo escolar do Colégio Santa Clara, 1948 .....	111
<b>Figura 36</b> – Apresentação da disciplina “Canto orfeônico”, 1948 .....	112
<b>Figura 37</b> – Currículo da disciplina “Canto orfeônico” do 1º ano/ série, 1948.....	113
<b>Figura 38</b> – Currículo da disciplina “Canto orfeônico” do 2º ano/série, 1948.....	114
<b>Figura 39</b> – Currículo da disciplina “Canto orfeônico” do 4º ano/série, 1948.....	115
<b>Figura 40</b> – Currículo da disciplina “Canto orfeônico” do 5º ano/série, 1948.....	115
<b>Figura 41</b> – Desfile de Sete de Setembro (Independência do Brasil, 1950) .....	116
<b>Figura 42</b> – Diferentes fases do local e infraestrutura do Colégio Santa Clara, ao longo dos anos, 1-1928, 2-1935 e 3-1965 .....	119
<b>Figura 43</b> – Diferentes fases do local e infraestrutura do Colégio Santa Clara, 1- 2021 e 2- 1939 .....	120
<b>Figura 44</b> – Imagem 1- 1775 Mosteiro de Dillingen; Imagem 2- 1928 Projeto arquitetônico do padre Antônio Lisboa, 1928; Imagem 3- Colégio Santa Clara, após a ampliação, 1928 .....	121
<b>Figura 45</b> – Documento de registro do Clube Agrícola – Raul de Paula do Colégio Santa Clara, no Ministério da Agricultura, 1946 .....	122
<b>Figura 46</b> – Manejo de galinhas no Clube Agrícola Raul de Paula do Colégio Santa Clara, 1946.....	123

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Produções acadêmicas sobre o Colégio Santa Clara.....	72
<b>Quadro 2</b> – Produções acadêmicas sobre o Colégio Santa Clara e educação confessional .....	73
<b>Quadro 3</b> – Mapeamentos das fontes e registros levantados no Colégio Santa Clara .....	74
<b>Quadro 4</b> – Fases históricas.....	137
<b>Quadro 5</b> – Fontes com informações oficiais do Colégio Santa Clara.....	139
<b>Quadro 6</b> – Vestígios de cultura escolar identificados nas fontes do acervo documental do Colégio Santa Clara.....	143
<b>Quadro 7</b> – Vestígios de cultura escolar confessional católica, identificado nas fontes do acervo documental do Colégio Santa Clara .....	148

## LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CCE	Associação dos Pais e Mestres
CSC	Colégio Santa Clara
FAP	Congregação Franciscanas da Ação Pastoral
GO	Goiás
IHGB	Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PPGEDUC	Programa de Pós-Graduação em Educação
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SOE	Serviço de Orientação Educacional
SOP	Serviço de Orientação Pedagógica
SOR	Serviço de Orientação Religiosa
SP	São Paulo
UFCAT	Universidade Federal de Catalão
UFG	Universidade Federal de Goiás

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO 1: PERCURSO HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO DO COLÉGIO SANTA CLARA (GOIÂNIA-GO)</b> .....	<b>32</b>
<b>1.1 Os Missionários Redentoristas alemães em Campinas</b> .....	<b>40</b>
<b>1.2 A Congregação das Irmãs da Ordem Terceira Seráfica de <i>Au Am Inn</i>: a migração para terras goianas</b> .....	<b>45</b>
1.2.1 A migração das Irmãs de <i>Au Am Inn</i> para o Centro-Oeste brasileiro .....	50
1.2.2 A Congregação Franciscanas da Ação Pastoral (FAP), em Goiás: o percurso da instituição fundadora do Colégio Santa Clara .....	53
<b>1.3 O Colégio Santa Clara</b> .....	<b>56</b>
<b>CAPÍTULO 2: A CULTURA ESCOLAR CATÓLICA INSCRITA NO COLÉGIO SANTA CLARA DE CAMPINAS - CONTEXTUALIZAÇÃO E PESQUISAS PRODUZIDAS SOBRE A INSTITUIÇÃO</b> .....	<b>60</b>
<b>2.1 Educação católica: pesquisas no campo das instituições escolares em Goiás</b> .....	<b>63</b>
<b>2.2 As ordens e congregações religiosas como difusoras da cultura escolar católica</b> .....	<b>65</b>
<b>2.3 Contextualização do campo de pesquisa sobre instituições escolares e cultura escolar católica em Goiás</b> .....	<b>66</b>
<b>2.4 A construção do referencial teórico metodológico e instrumentos da pesquisa</b> .....	<b>69</b>
2.4.1 Mapeamento das pesquisas produzidas sobre o Colégio Santa Clara de Campinas e sobre a educação católica em Goiás.....	71
2.4.2 Fontes documentais do acervo do Colégio Santa Clara de Campinas.....	75
<b>CAPÍTULO 3: “EDUCAÇÃO PARA TODA A VIDA”: A CULTURA ESCOLAR CATÓLICA NO COLÉGIO SANTA CLARA (GOIÂNIA-GO)</b> .....	<b>79</b>
<b>3.1 Vestígios da cultura escolar inscritos nas fontes: as regras, as normas internas e a disciplina</b> .....	<b>84</b>
<b>3.2 Evidências de uma formação ampla, contemplando aspectos da vida social, da cultura, das artes, da preparação do corpo e mente – o físico e o intelecto. Indicadores de padrões definidos na formação para toda a vida</b> .....	<b>93</b>
3.2.1 Aspectos da formação religiosa e carisma cristão presente nos ritos e atividades da instituição .....	101
3.2.2 Aspectos da formação cívica promovida na e pela instituição .....	109
3.2.3 Outros aspectos evidenciados no conteúdo das fontes .....	118
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>124</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>128</b>

<b>FONTES DE ACERVO CONSULTADAS E SELECIONADAS .....</b>	<b>135</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>136</b>
<b>APÊNDICE A – Fases históricas .....</b>	<b>137</b>
<b>APÊNDICE B – Fontes com informações oficiais do Colégio Santa Clara.....</b>	<b>139</b>
<b>APÊNDICE C – Vestígios de cultura escolar identificados nas fontes do acervo documental do Colégio Santa Clara .....</b>	<b>143</b>

Os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em funcionamento na Universidade Federal de Catalão (UFCAT), em virtude de procedimentos técnicos relacionados à CAPES, continuam provisoriamente vinculados à Universidade Federal de Goiás (UFG), por isso, todos os elementos pré-textuais do trabalho apresentado estão identificados como Universidade Federal de Goiás/Universidade Federal de Catalão em implantação, em função da migração da BDTD ter ocorrido a partir de 16 de agosto de 2021, assim como pelo fato das pesquisas e produtos serem realizados na UFCAT.

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objeto de análise o Colégio Santa Clara, localizado no Setor Campinas, em Goiânia (GO), fundado em 1922. Tive como foco investigar os aspectos da cultura escolar católica que teriam marcado a existência da instituição entre os anos de 1922 e 1950. A pesquisa foi realizada a partir da consulta e análise das fontes do acervo documental do Colégio Santa Clara, com o objetivo de identificar os traços que poderiam indicar categorias relacionadas à cultura escolar presentes na instituição.

A aproximação da pesquisadora e as motivações pela pesquisa nesta instituição de ensino estão impregnadas de subjetividades, pois cresci e resido no Setor São José, a cerca de dois quilômetros do Setor Campinas, em Goiânia (GO), onde se localiza o Colégio Santa Clara. Desde criança ouvia histórias narradas por familiares sobre o colégio, assim como dos mais idosos do setor, cujas reminiscências ressaltaram a importância da instituição e as possíveis relações da instituição com Campinas.

Sobremaneira, o Colégio Santa Clara fez parte do imaginário e do sonho utópico de muitos como ideal de colégio e ensino. Lembro de minha mãe dizendo: “um dia você e seu irmão vão estudar no Colégio Santa Clara, pois lá é bom!”. Com essa expectativa, eu também compartilhei do sonho genuíno de minha mãe, que, pelas condições familiares e financeiras, não tivera oportunidade de estudar.

Hoje, ao ampliar as oportunidades de formação e atuação profissional, compreendo que, ao acessar a escolarização e avançar nos estudos, tenho rompido com uma suposta predestinação imposta pela condição social e cultural da minha família, superando os rótulos perante a sociedade por meio da educação. Embora não tenha realizado o sonho de estudar no Colégio Santa Clara, tracei outros percursos e, nesta pesquisa, assumindo a condição de pesquisadora em formação, encontrei meios de me aproximar da instituição e tomá-la como objeto de estudo.

Com o passar do tempo, percebi que estudar naquela instituição não era apenas um sonho da minha mãe, cujo desejo despertou em mim um carinho pela instituição. Realizar essa pesquisa é uma oportunidade de adentrar os portões dessa instituição, agora como profissional e pesquisadora na área da Educação. É, também, uma oportunidade de assumir uma tarefa distinta, acionando habilidades e aprendizados do meu campo de atuação para desvelar novos olhares e perspectivas

sobre a instituição. Por meio do mergulho no acervo escolar, em busca de traços que nos remetem à compreensão da cultura escolar católica inscrita na instituição, colocamo-nos diante do tema e objeto do estudo.

Desenvolvo a presente pesquisa na condição de Especialista em Patrimônio Cultural, Direito e Cidadania, e também como Bacharel em Biblioteconomia, ambos cursados na Universidade Federal de Goiás (UFG). Escolhi esses cursos e essa profissão por afinidade, dedicação e investimento, ciente da sua relevância para a educação, bem como para a sociedade no tocante à busca e acesso ao conhecimento e informação.

Visualizo, dentre outras perspectivas, a pertinência da aproximação entre a minha área de formação em biblioteconomia com a educação. Enquanto potencial, a instituição dispõe de fontes guardadas ao longo do tempo. O zelo pelos documentos se expressa na conservação e na preservação do acervo escolar. A consulta teve como foco localizar diferentes registros que indicassem informações relacionadas à cultura escolar católica, evidenciada naquilo que terá constituído traços marcantes ao longo da existência histórica da instituição.

No campo da historiografia da educação, o trabalho com acervos escolares compõe uma vertente expressiva de pesquisas. Elas têm como principal resultado a recuperação e organização de acervos escolares, constituindo-se em programas de pesquisas de longo prazo. O tempo do mestrado não permite que tal investimento seja realizado enquanto objeto de pesquisa. Todavia, a formação em biblioteconomia possibilita utilizar de recursos, ferramentas e habilidades para inventariar o acervo escolar, tendo em vista a localização de fontes de interesse do estudo, neste caso, os vestígios da cultura escolar católica inscrita na instituição.

Com propósito de situar o objeto dentro do universo acadêmico, empreendi buscas em bases de dados, bem como em repositórios institucionais, como por exemplo, o Google acadêmico, a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), o Worldcat e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Obtive como resultado quatro produções acadêmicas que abordam a instituição, sendo que duas delas abordam o Colégio Santa Clara de forma “exclusiva”, enquanto as outras duas apresentam capítulos ou indicações sobre a importância da instituição para a história do estado de Goiás. Além disso, destacamos a produção bibliográfica de Riolando Azzi, historiador da igreja, cujas referências tratam de aspectos das ordens

religiosas, da educação e das instituições goianas durante o século XX. Dentre as produções localizadas, destacamos:

- Dissertação (1976) e livro (1981) intitulados “O Colégio Santa Clara e Sua Influência Educacional Em Goiás”, da Irmã Áurea Cordeiro Menezes;
- Artigo (2012) sobre a “História da Educação em Goiás: estado da arte”, das Professoras Diane Valdez e Valdeniza Maria Lopes da Barra;
- Dissertação (2018) intitulada “Uma trajetória coral do Colégio Santa Clara (Goiânia-GO) a partir da análise e performance de obras selecionadas de seu acervo musical”, de Germano Henrique Pereira Lopes;
- Dissertação (2019), intitulada “A construção e a transformação da paisagem de Campinas: de cidade a bairro de Goiânia”, de Rosângela Deolinda Ribas Lopes;
- Livro (2005) de Riolando Azzi, sobre as “Mulheres Consagradas, das Origens Medievais ao Apostolado Romano”, em que ele dedica na quinta parte do livro um subtítulo inteiro com mais de vinte páginas ao Colégio Santa Clara.

As obras da Irmã Áurea, pertencente à Congregação das Irmãs Franciscanas, aprofundam o conhecimento sobre a instituição, com foco na historiografia, sobretudo, nas questões educacionais, missão e projeção em Goiás. A autora defendeu sua dissertação com tema “O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás” em 1976. Em 1981, a pesquisa foi publicada em um livro com o mesmo título, lançado por ocasião do jubileu de 60 anos da instituição.

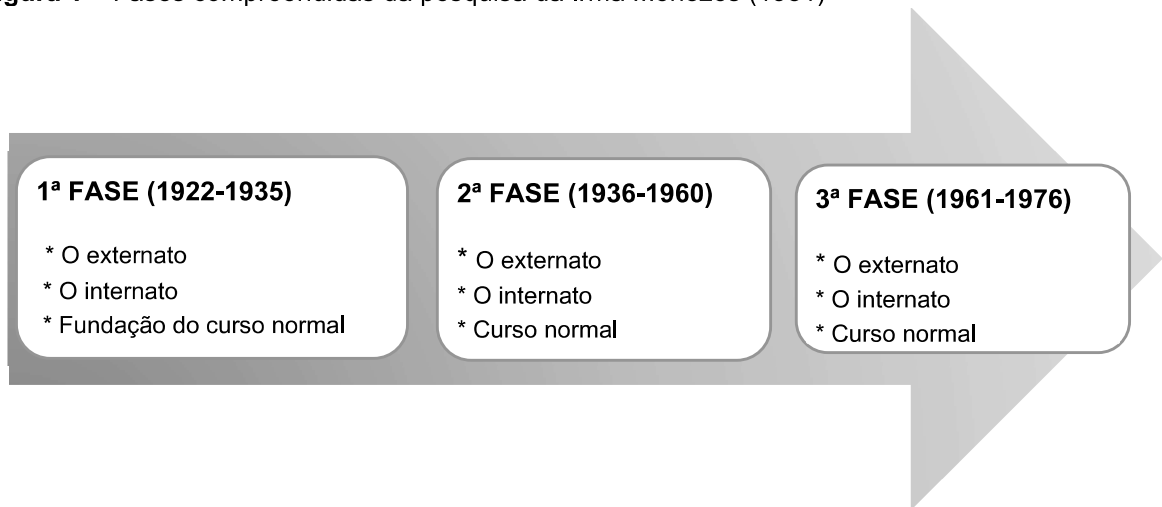
Em ambas as publicações, Menezes (1976, p. 04; 1981, p. 45) expôs a delimitação e proposta investigativa, que consistia em “estudar o ensino e a educação ministrados pelo Colégio Santa Clara e sua difusão no Estado de Goiás”. Com ênfase na perspectiva histórica e no contexto social de Goiás nas primeiras décadas do século XX, a autora destaca a Congregação das Irmãs Franciscanas da Ação Pastoral, a vinda das quatro irmãs pioneiras da Baviera Alemã para Goiânia e a consequente irradiação educacional provocada no Estado. Além disso, é enfatizada a formação integral preconizada pela Lei nº. 5.692, de 1971.

Embora as obras sejam consideradas similares em diversos aspectos, a autora complementa o conteúdo da dissertação com prólogos, fotografias e entrevistas com sujeitos de importância política e social para Goiás, bem como com antigos alunos e alunas da instituição, tornando o livro mais amplo em termos de contextualização e historicidade. Menezes (1981) também pondera sobre a organização e desenvolvimento da pesquisa:

Para uma análise mais acurada do Santa Clara, dividimos sua história em três fases, levando em consideração fatos importantes que exerceram influência sobre sua vida. A primeira fase é a que vai de sua fundação, em 1922, até a transferência do governo, da antiga capital, Goiás, para Goiânia, em 1935. O segundo período compreende os anos que vão de 1936, até a inauguração da nova capital do País, Brasília, em 1960. O terceiro espaço de tempo é contado a partir de 1961, estendendo-se até 1976 (MENEZES, 1981, p. 47).

A Figura 1 indica alguns marcos históricos da instituição propostos por Menezes (1981):

**Figura 1** – Fases compreendidas da pesquisa da Irmã Menezes (1981)



Fonte: Imagem elaborada pela autora, adaptada de Menezes (1981).

Embora haja uma escassez de produções acadêmicas relacionadas ao Colégio Santa Clara, as obras que foram produzidas – em especial as duas obras mencionadas – apresentam uma consistência notável e direcionam a pesquisa ao situar a historicidade e contextualização realizadas por Menezes (1976; 1981). Essa compreensão permite o avanço de novos estudos, que poderão abordar outros aspectos relevantes. Ao definir novas questões extraídas das fontes para dialogar com a cultura escolar da instituição investigada, cumprimos com o propósito de contemplar outras lacunas do conhecimento dentro do campo de pesquisa estudado.

Segundo Podranov e Freitas (2013, p. 172), “a originalidade não significa um tema nunca estudado; ao contrário, devemos observar, em relação ao que já foi escrito, aquilo ou algo que não foi dito ainda, aparecendo, assim, o seu sentido de ineditismo”. No caso da pesquisa com foco na cultura escolar católica, a contextualização histórica de Menezes permite ampliar o olhar investigativo para

aspectos relacionais que identificam a instituição ao longo do tempo, nas suas afirmações e finalidades educativas.

Inicialmente, não nos preocupamos em delimitar um recorte temporal específico, uma vez que essa decisão dependia da localização de fontes no acervo, bem como da seleção posterior dos aspectos que indicassem evidências da cultura escolar católica no Colégio Santa Clara.

A crise sanitária causada pelo Coronavírus e a consequente infecção da Covid-2019, que nos impacta desde março de 2020, atravessou o segundo semestre de 2021, impondo medidas restritivas de enfrentamento à crise sanitária. A retomada gradual e parcial, a partir do final de 2021 e início de 2022, limitou muitas atividades consideradas não essenciais, como por exemplo, o fechamento das instituições escolares. Tais circunstâncias impossibilitaram acessar o acervo escolar da instituição dentro do cronograma previsto. Como se trata de uma instituição confessional, com freiras em sua maioria idosas, o fechamento total e depois parcial se fez necessário diante da pandemia. As duas solicitações de acesso ao acervo escolar apresentadas em 2020 e 2021 foram adiadas. Na terceira solicitação, tivemos a disponibilidade de acesso ao acervo da instituição, desde que fossem respeitadas as devidas medidas de segurança sanitária.

As consultas ao acervo para a localização de fontes e a seleção de dados iniciou-se na segunda quinzena de maio de 2021, conforme as condições de acesso permitiram. Essas consultas ocorreram em expedientes específicos durante a semana. Consultamos gradativamente as referências e obras de cunho histórico, assim como foram levantadas pesquisas e estudos relacionados. Ao situarmos o problema de estudo, partimos do pressuposto de que uma instituição escolar com longa trajetória histórica, que comemorou o seu centenário em 2022, supostamente conservaria prescrições, padrões e concepções de cultura escolar, tornando-se uma instituição de referência na educação goiana. Diante dessa possibilidade, indagamos: qual é a cultura escolar católica inscrita no Colégio Santa Clara de Campinas em Goiânia (GO) (1922-1950)?

Delimitado o recorte temporal do estudo, optamos por privilegiar o período que marca a fundação da instituição em 1922, até o ano de 1950. A escolha deste período se deve a dois acontecimentos importantes: o primeiro está relacionado à história interna do Colégio Santa Clara, pois perpassa o período em que a instituição deixa de ser uma instituição educacional exclusiva para meninas, processo que teve início em

1946 e foi concluído somente em 1948, quando o Colégio passou a ser misto. O segundo acontecimento envolve as demandas educacionais extrínsecas à instituição, representado pelo início das discussões em torno da proposta de criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), promulgada em 1961.

Ao definir e descrever o objeto da presente pesquisa, é evidente que o processo histórico do Colégio Santa Clara ainda apresenta inúmeros hiatos, o que possibilita o desenvolvimento de diferentes investigações. Vale ressaltar que os estudos de Menezes possuem uma perspectiva histórica da igreja no contexto goiano, tangenciada pela presença e atuação das ordens religiosas. Estas considerações abrem espaço para uma discussão sobre os aspectos da cultura escolar católica em relação à imersão social, cultural e educativa da instituição no estado.

Com o objetivo geral de compreender os traços da cultura escolar católica significados na existência institucional do Colégio Santa Clara de Campinas, de Goiânia (GO), foram estabelecidos os objetivos específicos para a investigação. Dentre eles, temos: apresentar a instituição no contexto da educação católica em Goiás; fundamentar o conceito de cultura escolar, assim como a concepção de cultura escolar católica; caracterizar os traços da cultura escolar católica na instituição; e analisar a cultura escolar católica inscrita no Colégio Santa Clara, compreendendo sua relação com a sociedade católica goiana.

Destacamos, na historiografia em geral e particularmente na História da Educação, a influência da Escola de *Annales*. Esse movimento, em sua primeira fase, de 1929 a 1944, foi responsável pelo rompimento da história tradicional, defendendo a ampliação do conceito de fontes e de abordagens, permitindo novas perspectivas e discussões interdisciplinares, que eram ignoradas pelos historiadores anteriores, que se concentravam em preservar a “[...] história tradicional, a história política e a história dos eventos” (BURKE, 1992, p. 08).

Apesar das contribuições da segunda fase dos *Annales* terem sido importantes por se desdobrar a partir de um estudo da história pautada na longa duração, no processo, na interdisciplinaridade, se preocupando também com as transformações nas estruturas econômicas que ocorreram ao longo do tempo, assim como, fez uma crítica a história da política tradicional, mas foi somente na terceira fase, em 1968, que se pôde observar as contribuições do movimento para o “fazer” do historiador (BURKE, 1992). Nessa fase, os três principais temas alcançados foram:

a redescoberta da história das mentalidades, a tentativa de empregar métodos quantitativos na história cultural e, finalmente, a reação contrária a tais métodos, que tomem a forma de uma antropologia histórica, um retorno à política ou o ressurgimento da narrativa. (BURKE, 1992, p. 57).

Durante esse período de renovação, a historiografia adotou novas concepções historiográficas pautadas nos aspectos sociais, culturais, no sujeito histórico, nas fontes e, sobretudo, no *modus operandi* do fazer do historiador, transpondo o fazer tradicionalista (BURKE, 1992). Como uma das mais importantes consequências, a Escola de *Annales* descortinou novas perspectivas e ampliou o campo temático da historiografia, resultando em uma abrangência maior e um campo de pesquisa mais amplo.

Tendo em vista que foi nesta conjunção e concordando com “Braudel que [...] gostava de afirmar que a história tem ‘mil faces’” (BURKE, 1992, p. 87), é que as pesquisas sobre a história das instituições educativas têm se estabelecido como campo fértil para a temática da história da educação brasileira. Justino Pereira de Magalhães (2004), em seu livro “Tecendo Nexos: história das instituições educativas”, introduz de forma genérica, porém pertinente, que:

[...] historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os 'compromissos' sociais como condição instituinte, de regulação, e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto. Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagéticos e projetivos, representações, tradições e memórias, práticas, envolvimento e apropriação. (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Desenvolver um estudo tendo como objeto o Colégio Santa Clara e a singularidade histórica e cultural de uma instituição escolar, a qual completou cem anos em janeiro de 2022, representa um importante campo de pesquisa nas áreas da educação e da história da educação. Além disso, essa instituição desempenhou um papel relevante na construção da cidade de Goiânia e no desenvolvimento do Estado, o que reforça a relevância da investigação em questão. A pesquisa desenvolvida pela pesquisadora provoca a necessidade de aprofundamento nas dinâmicas internas e externas da instituição, que transcende as fronteiras locais e se estende às dinâmicas regionais e nacionais.

No que se refere à seleção e uso de fontes para esta pesquisa, é importante destacar que elas foram divididas em duas categorias distintas. A primeira faz referência ao uso de fontes bibliográficas como suporte para fundamentar

conceitualmente o objeto de pesquisa, relacionado à História da Educação, Instituições de Ensino e à Cultura Escolar Católica. Já a segunda categoria faz referência ao acervo documental escolar da instituição, que constituiu um importante conjunto de fontes para análise da história e das dinâmicas do Colégio Santa Clara.

As bibliografias e conceitos acessados tiveram um importante papel no subsídio da pesquisa de diversas maneiras. Primeiramente, na definição das pesquisas no campo da historiografia da Educação, com foco nas instituições escolares, recorrendo aos autores Valdez e Barra (2012), Fátima Maria Neves (2009), Maria Lúcia de Arruda Aranha (1989), José Luiz Sanfelice (2006), Décio Gatti Júnior e Eurize Caldas Pessanha (2005) e Décio Gatti Júnior e Giseli Cristina do Vale Gatti (2015). Esses autores foram utilizados para a construção de um referencial teórico consistente sobre a história da educação e as instituições escolares.

Além disso, a presente pesquisa recorreu a autores como Marcus Levy Bencostta (2006), Justino Pereira de Magalhães (1998; 2004), Jean-Claude Forquin (1993), Antonio Viñao Frago e Augustin Escolano (1998) e Antonio Viñao Frago (1995; 2000; 2001) para dar respaldo conceitual sobre a cultura escolar, bem como para dar suporte à investigação sobre as possibilidades de interpretação, singularidades e especificidades desse campo de pesquisa. Esses autores também contribuíram para o olhar crítico sobre a instituição, as práticas pedagógicas e o modo como ela se organiza, visto que esses aspectos têm impacto direto no projeto formativo.

No domínio da Cultura Escolar Católica, recorreremos a Riolando Azzi (2005), Evelyn de Almeida Orlando e Paola Leonardi (2017), Ernesto Seidl (2014) e a Agueda Bernardete Bittencourt (2017). Esses autores contribuem para a compreensão do projeto formativo marcado por ideais, princípios, valores, normas, regras e prescrições que identificam as singularidades da instituição confessional católica. No que se refere às pesquisas sobre instituições católicas em Goiás, temos as obras de Áurea Cordeiro Menezes (1976; 1981), que realiza o mapeamento da produção de teses, dissertações e artigos vinculados aos Programas de Pós-Graduação. Para pensar possíveis articulações e aproximações com o conhecimento produzido e na definição de documentos e fontes para a pesquisa, nos pautamos em autores como Jacques Le Goff (1990) e Carlo Ginzburg (1989).

A segunda forma de seleção e uso das fontes nesta pesquisa é considerada fundamental, uma vez que envolve o acesso ao acervo escolar do Colégio Santa Clara de Goiânia. Esse acervo está localizado em uma sala anexa à secretaria do colégio,

e foi objeto de inventariação com a finalidade de identificar, caracterizar e categorizar as fontes a fim de encontrar indícios da cultura escolar católica presentes no acervo institucional. Para coletar os dados, foram realizadas duas visitas que ocorreram na segunda quinzena de maio de 2021. Durante a primeira visita, o mergulho no acervo documental foi um momento gratificante para mim enquanto pesquisadora tendo em vista que eu sou Bibliotecária-Documentalista, por ter tido a oportunidade de acessar um acervo escolar centenário bem conservado e relativamente organizado.

Na situação de discente-pesquisadora mestranda da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDUC), na linha de pesquisa “Políticas Educacionais, História da Educação e Pesquisa (auto) biográfica” da turma de 2020, busquei compor as fontes para a pesquisa a partir do acervo do Colégio Santa Clara.

Acessar a história de um lugar e de sujeitos a partir dos documentos carregados de significados foi outra tarefa que me cativou. Encontrei no acervo da instituição uma história materializada e suscetível de ser surpreendida a qualquer momento por documentos carregados de vestígios capazes de descortinar toda uma trajetória da instituição de ensino confessional. Essa instituição impactou diretamente não apenas a vida das alunas, mas também, posteriormente, dos alunos que tiveram o privilégio de serem educados por ela. Sua significância ultrapassou os muros do Colégio e reverberou em suas práticas e, conseqüentemente, na sociedade goiana em geral.

A sensação de euforia tomou conta de mim ao perceber que eu estava em um lugar único, que poucos tiveram acesso, onde, a cada documento acessado, eu sentia o mesmo que os pesquisadores de outrora que estiveram lá, e afirmaram que os “documentos falavam” com eles. Espacial e temporalmente, as delimitações pareciam não existir ali, dando-me a impressão de que, mesmo que por alguns segundos, era possível reviver alguns momentos.

Todavia, é necessário retomar a descrição dessa experiência de forma técnica, apresentando novamente as intenções de pesquisa a Simone Soares, Diretora Adjunta da instituição. Ela afirmou que a instituição e seu acervo estavam de “portas abertas” para nós, e assim ocorreu. Tivemos livre acesso aos documentos e às memórias ali contidas. O que seria chamado por outros de “arquivo morto” expressava-se ali como “arquivo vivo” e em uso constante, de modo que o antigo e o atual se misturam de forma organizada no mesmo espaço e tempo.

Os documentos encontravam-se armazenados em armários e gaveteiros de aço abarrotados de pastas arquivo, pastas catálogo, pastas L e grampos. É pertinente ressaltar que a maioria dos documentos se apresentavam bem preservados e com as devidas identificações. Ademais, muitos desses documentos, por serem antigos e suscetíveis a diversos fatores que comprometem sua conservação, tiveram cópias realizadas a fim de garantir sua integridade física e preservar a informação neles contida.

Para a realização da coleta de dados no acervo documental da instituição, foi utilizada exclusivamente a câmera do celular Motorola *One Zoom* para a captura das imagens. As imagens foram armazenadas de forma adequada e organizadas em um HD externo e na conta pessoal do e-mail institucional da universidade da pesquisadora no drive na conta Google. É importante destacar que o armazenamento em dois locais distintos tem como objetivo assegurar que os documentos coletados não sejam perdidos ou corrompidos.

No intento de constituir o percurso desta pesquisa e realizar tessituras sobre a instituição e os possíveis vestígios da cultura escolar confessional, foram utilizados os documentos acessados na instituição, tais como: regimentos escolares internos; livros de atas; livros de termos de visita e inspeção; relatórios anuais e currículos de diversas fases do colégio; ofícios, circular, portarias e resoluções; correspondências e fotografias do acervo particular do Colégio Santa Clara; legislações educacionais; notas e notícias publicadas em recorte de jornal da época; documentos que constam os ritos de incineração da bandeira nacional e livros com resumo sobre a história do colégio; entre outros. No entanto, é importante destacar que fontes legislativas históricas foram encontradas no site da Secretaria de Estado da Casa Civil de Goiás (2022), no sentido de trazer elementos que preenchessem as lacunas de pesquisa e garantissem que as evidências encontradas nas duas visitas ao acervo documental na instituição não fossem insuficientes.

Considerado o objeto e discussão em torno da temática cultura escolar católica no Colégio Santa Clara, a pesquisa está organizada em três capítulos, conforme a indicação a seguir:

No primeiro capítulo, intitulado “Percurso histórico da fundação do Colégio Santa Clara (GO)”, nosso objetivo é apresentar o Colégio Santa Clara no contexto da educação católica em Goiás. Nesse sentido, buscamos dialogar com aspectos históricos e culturais da instituição que permeiam sua existência, inserindo-a no

contexto regional goiano, dentro do padrão cultural católico. Ademais, também é discutido o seu papel enquanto investimento no campo da educação, dimensionando o local em questão no plano nacional, compreendendo-o como uma ação integrada da Igreja Católica, no sentido de rearticulação e inserção na sociedade em tempos republicanos. Por fim, discutimos o papel das ordens religiosas como agentes institucionalmente demarcados na gestão das escolas católicas, responsáveis pelos processos formativos e pela materialização da cultura escolar católica inscrita e projetada na instituição em questão.

No segundo capítulo, intitulado “A cultura escolar católica inscrita no Colégio Santa Clara de Campinas - contextualização e pesquisas produzidas sobre a instituição”, apresentamos a fundamentação bibliográfica e o referencial teórico que respalda os conceitos e objeto de estudo, com a intenção de fundamentar o conceito de Cultura Escolar e situar a concepção de Cultura Escolar Católica. Nesse sentido, é realizado um diálogo com o referencial teórico específico a fim de delimitar e fundamentar os conceitos. Além disso, são apresentadas as pesquisas produzidas em Goiás que apontam definições para cultura escolar e cultura escolar católica, com o objetivo de destacar tais visões inscritas na pesquisa realizada. Ainda neste capítulo, são contempladas as interfaces que os referenciais e as pesquisas apontam para explicitar o plano conceitual de cultura escolar católica e os modos como expressam em documentos oficiais, prescrições, padrões, regras, normas e ritos, de modo a problematizar e indagar a respeito da correspondência de tais finalidades com os interesses da sociedade em diferentes épocas. Por fim, buscamos projetar a consolidação do perfil cultural católico no design da sociedade goiana e nos horizontes da educação escolar.

No terceiro capítulo, intitulado “‘Educação para a Vida’ - A Cultura Escolar inscrita na Instituição”, propomos a interpretação do que as fontes revelam sobre a caracterização da cultura escolar católica, identificando também as afinidades, aproximações, dispersões, dentre outras particularidades que possibilitam a composição de alguns eixos analíticos interpretativos sobre aspectos da cultura escolar católica na instituição investigada.

O Colégio Santa Clara, ao longo do seu percurso, é considerado como um colégio de expressão social, com valores éticos e morais fundamentais em sua criação, e que foram conservados em sua evolução temporal, embora tenham sido ampliados por outros valores de acordo com o tempo e o contexto histórico-social em

que a instituição se encontrava. No entanto, podemos considerar que, além da religiosidade, que é parte integrante do projeto educativo do Colégio Santa Clara, a formação dessa cultura escolar deixou traços no comportamento, nos costumes e nos valores que foram cuidadosamente constituídos, com objetivo de despertar nas alunas a vocação para a vida religiosa, bem como para a formação de suas vidas cotidianas.

## CAPÍTULO 1: PERCURSO HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO DO COLÉGIO SANTA CLARA (GOIÂNIA-GO)

A historiografia de uma Instituição Escolar confessional centenária, como a do Colégio Santa Clara de Goiânia (GO), relaciona, concomitantemente, o contexto regional histórico, o espaço geográfico e o espaço social em que tal instituição ocupa. Tudo isso nos direciona a perceber, como resultantes desse processo, fatores materiais e simbólicos institucionais formados por meio dos contextos em que a instituição esteve inserida ao longo da sua trajetória.

Nesta perspectiva, Magalhães (2004, p. 133-134) corrobora que

Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição, [...] é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a, na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influências. (MAGALHÃES, 2004, p. 133-134).

No que diz respeito à historiografia regional ou local e sua relevância,

[...] O historiador recria o passado, não o apresenta tal como ele foi, mesmo aproximadamente ou de modo probabilístico. A leitura do passado se dá no presente e, portanto, modificado pelo seu horizonte de expectativa, pelo seu contexto de significação, de leitura. [...] Cada vez que nos propomos a fazer história regional estamos, ao mesmo tempo, repondo em discussão, fazendo novamente ressoar e fazer sentido uma dada identidade regional, mas também a estamos modificando a partir da ótica, do olhar, da visibilidade e dizibilidade de nosso tempo, da qual não podemos escapar, embora estas não sejam homogêneas ou unitárias. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 09).

Assim, a constituição histórica do Colégio Santa Clara atravessa não só a história do Setor Campinas, como a própria fundação do município de Goiânia e região. É neste sentido que esta pesquisa versará ora sobre as reminiscências da fundação do colégio, ora sobre sua localidade, alcançando também a historicidade social, política e cultural.

Nesta acepção, a fundação, a formação urbana e a organização social na maioria dos Arraiais, Vilas e Municípios do final do século XVIII e início do século XIX, tal qual Campinas, herdaram fortes características de algumas cidades coloniais, que propulsionaram dois aspectos relevantes. O primeiro, o desenvolvimento populacional ocorrer geralmente próximo às regiões auríferas ou de riquezas naturais a serem exploradas; e o segundo, tendo como condição *sine qua non* a influência da igreja e das autoridades eclesiásticas quanto a estruturação social, cultural, econômica e

política desses povoados. É possível observar também que igrejas e capelas eram construídas se valendo dos interesses referentes ao desenvolvimento populacional destas regiões. Como ratifica, Boaventura (2007)

Tal concepção pragmática, ligada às soluções locais, diferentemente das que adotavam esquemas ou desenhos pré-concebidos, que norteou a configuração física adotada em vários arraiais goianos, que se identificavam também por apresentarem paisagens urbanas marcadas por edifícios religiosos, nas suas diferentes categorias, como ermidas<sup>1</sup>, capelas e matrizes. Assentados nas extremidades desse sistema bipolar, esses edifícios foram os elementos de fundação e ordenação dessas aglomerações populacionais de Goiás. (BOAVENTURA, 2007, p. 216).

Os registros históricos oficiais sobre a criação de Campinas são datados de 1810, que, por decisão do Alferes Joaquim Gomes da Silva Gerais, foi motivada pela posição geográfica estratégica que facilitaria a logística dos exploradores auríferos, que, segundo Boaventura (2007), buscavam ouro na recente mina descoberta no Arraial de Anicuns em 1809, a sudoeste de Vila Boa de Goiás<sup>2</sup>, próximo ao ribeirão Rio dos Bois. Há, ainda, suposições que sugerem que o alferes, natural da Meia Ponte (atual Pirenópolis), “tenha sido seduzido pela beleza da vegetação, pela abundância das águas e a planície do lugar, resolvendo, assim, permanecer no local com sua família e ali iniciar uma fazenda” (LOPES, 2019, p. 29).

Posteriormente, com a vinda de famílias paulistas, mineiras e de outras localidades, constituía-se o Arraial de Campinas, subordinado à Vila de Bonfim (atual município de Silvânia) (CAMPOS, 1985; ORTENCIO, 2011). Entretanto, é apresentado um dado divergente sobre a data de origem de Campinas na “Corografia histórica da província de Goiás” de Raimundo José da Cunha Mattos, de 31 de dezembro de 1824, publicada na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) – Tomo XXXVII. Mattos (1824) complementa as informações sobre a região com a descrição de suas impressões sobre as características econômicas, urbanísticas e da paisagem do Arraial de Campinas. Ele descreve que o Arraial

[...] fica a 34  $\frac{3}{4}$  de léguas ao sueste da cidade: tem 44 casas e uma capela de N. S. da Conceição, **foi fundado em 1816** e é habitado por agricultores e criadores de gado para fornecimento da cidade. Recebe o nome de Campinas por estar assentado em terreno plano, farto de montanhas, junto ao rio Meia Ponte, que entra no Corumbá. (MATTOS, 1824, p. 232-233, grifo nosso).

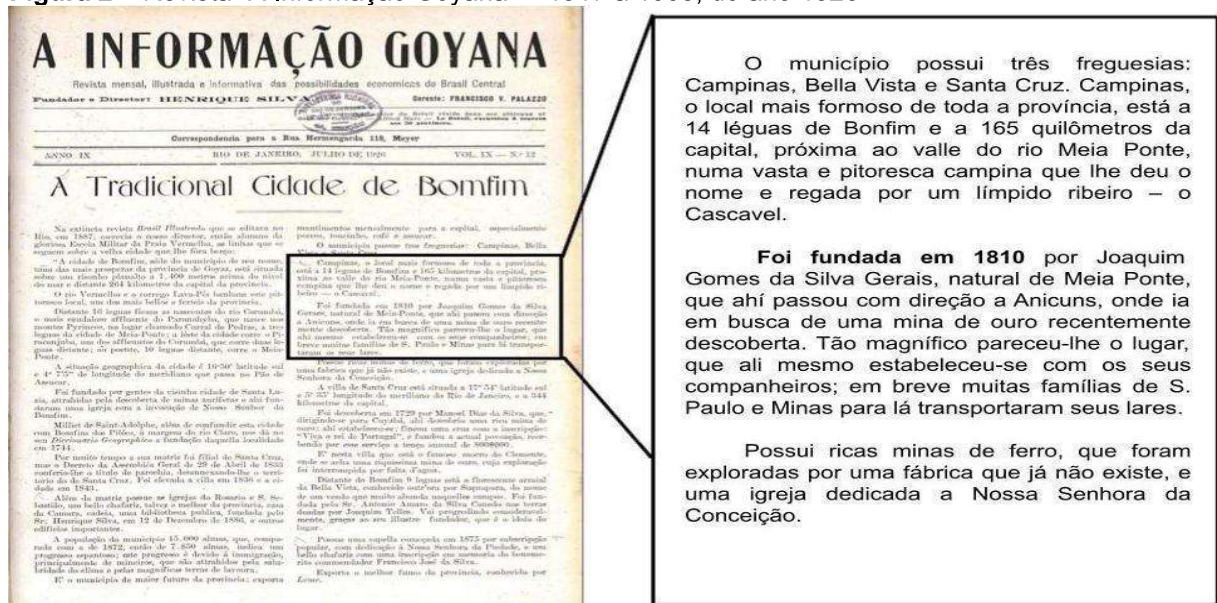
<sup>1</sup> Ermida – pequena capela ou igreja, isolada do povoado (MICHAELIS, 2021).

<sup>2</sup>Vila Boa de Goiás – foi capital do Estado de Goiás de 1944 -1937, é atualmente chamada de Cidade de Goiás.

José Assuero de Siqueira (1942, p. 48 *apud*, MACHADO, 2019, p. 66), na obra “Pequena Corografia de Goiás”, afirma que “Campinas, a 470 metros de altitude, foi fundada em 1816 [...]”. Ambas as obras corográficas contêm “relatos” que contribuíram significativamente para a historiografia e geografia brasileira. No entanto, vale ressaltar a discrepância apresentada quanto ao ano de fundação de Campinas.

A respeito da data de criação de Campinas, Silva (1987), na Revista “A Informação Goyana”, no artigo que tinha como título a “Tradicional Cidade de Bonfim”, indica seguinte:

**Figura 2 – Revista “A Informação Goyana” – 1917 a 1935, do ano 1926**



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Revista “A Informação Goyana”. Imagem elaborada pela autora (2021, grifo nosso)<sup>3</sup>.

Henrique Silva, em 1987, corrobora com outros autores e pesquisadores goianos, concordando que o Arraial se originou em 1810. Os autores que sustentam esta data de criação são: Zoroastro Artiaga (1951); Itaney Francisco Campos (1985); Bariani Ortencio (2011); Horieste Gomes (2012); Welinton Silva (2017); Vinícius Felipe Leal Machado (2019); e Rosângela Deolinda Ribas Lopes (2019).

Por iniciativa das lideranças eclesiásticas regionais e o consequente poder sobre as questões políticas e sociais da época, foi criada a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, em 10 de julho de 1844, anunciada pela Resolução Provincial nº. 02, emitida por Dom José de Assis de Mascarenha,

<sup>3</sup> Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=176648&pagfis=2113>. Acesso em: 26 abr. 2021.

Presidente da Província de Goyaz. No artigo 1º desta resolução, é indicado “o desmembramento da Paróquia do Senhor do Bonfim, elevando a freguesia de natureza colativa<sup>4</sup>, à Capela Curado da Senhora da Conceição de Campinas” (ORTENCIO, 2011, p. 26), estabelecida desde então como “Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas”.

Entretanto, Santos (1976, p. 48) esclarece que o lapso temporal para efetivação do ato ocorreu “cerca de [um] ano e meio mais tarde, segundo o registro paroquial [...], no dia 6 de janeiro de 1845”. Na realidade, registra-se que até fins de 1844, o padre Basílio Antônio assinou os livros paroquiais como Cura, e no começo de 1845, como Vigário, o que fica confirmado na “folha avulsa anexada ao Livro de Tombo supramencionado, que lembra que a lei provincial [que] elevou Campinas a Freguesia era datada de 10 julho de 1843” (SANTOS, 1976, p. 48).

Na figura 3, abaixo é ilustrada a igreja matriz de Senhora da Conceição de Campinas em 1954, reafirmando a importância da existência de instituições religiosas católicas, na sociedade goiana da época.

**Figura 3** – Igreja Matriz de Senhora da Conceição de Campinas, 1954



Fonte: Imagem do acervo de Hélio de Oliveira (2012, p. 173).

No que se refere ao contexto local, Campinas e região não diferiu dos demais povoados e Arraiais que foram criados em virtude da exploração do ouro e que, após

<sup>4</sup> Natureza Colativa – Colaço: lat. *collatione*; *ecles* - nomeação para benefício eclesiástico; concessão de um título ou grau. Um vigário colado é investido em caráter inamovível até a morte, salvo em falta grave (MAIA, 1966 *apud* LOPES, 2019, p. 31).

exaustão dos garimpos, caiu em grande decadência e amargou longo período sem progresso. Neste sentido, o historiador Palacín<sup>5</sup> e Moraes (2001, p. 12) apontam que povoadamentos determinados pela exploração aurífera são “[...] mais irregulares e mais instáveis, sem nenhum planejamento, sem nenhuma ordem. Onde aparece ouro, ali surge uma povoação; quando o ouro se esgota, os mineiros mudam-se para outro lugar e a povoação definha ou desaparece”.

Acrescenta-se ainda, sobre Campinas, que “o conjunto urbano existente no princípio de sua existência seria formado por edifícios religiosos, residenciais e comerciais, sem diferenças substanciais quanto à arquitetura” (GODINHO, 2018, p. 32). Como pode ser verificada na Figura 4, a seguir, datada de 1940, fica evidente a disposição panóptica em que a igreja se localiza no centro do terreno, com o convento e o Colégio Santa Clara nas adjacências. A presença do comércio, residências e equipamentos públicos se deu em torno da paróquia de Campinas, que compreendeu as progressivas ampliações dos marcadores do poder e distinção da igreja católica naquela localidade.

**Figura 4** – Organização ideal: Igreja, convento, Colégio Santa Clara e comércio local, final de 1940



Fonte: Imagem do acervo de Hélio de Oliveira (2012), editado por Godinho (2018, p. 32).

A historicidade de Campinas congrega, em todo seu percurso histórico, uma relação intrínseca com a igreja católica, especialmente projetada por meio dos

<sup>5</sup> Padre Luiz Palacín Gomez, espanhol, jesuíta e historiador, fez importantes contribuições à historiografia goiana.

equipamentos e edificações que, desde outrora, se fizeram distintos no cenário urbano, assim como na disposição dos espaços.

Em consonância com os marcos legislativos de cunho sócio-político, destaca-se a Lei nº. 287, de 15 de junho de 1907, que elevou da categoria de “Arraial de Campinas”, em 1810, para a categoria de Vila que, por sua vez, foi elevada da condição de Vila para Cidade a partir da Lei nº. 476, de 8 de julho de 1911. Pouco mais de duas décadas depois, a cidade de Campinas retoma à condição de vila/bairro, sob o Decreto nº. 327, de 2 de agosto de 1935, publicado no Correio Oficial do Estado de Goyaz (GO), de 3 de agosto de 1935, assinado pelo então governador do Estado de Goiás, Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Tais informações são evidenciadas na Figura 5 abaixo, que demonstra as respectivas leis e decreto organizados cronologicamente em ordem crescente:

Figura 5 – 1- Lei nº. 287/1907; 2- Lei nº. 476/1911 e 3- Decreto nº. 327/1935

<p><b>LEI N.º 287 – DE 15 DE JUNHO DE 1907</b></p> <p>Eleva a categoria de villa o arraial de Campinas e marcas os seus limites.</p> <p>Miguel da Rocha Lima, presidente do Estado de Goyaz: Faça saber que o Congresso decretou e eu sanciono a seguinte lei:</p> <p>Art. 1.º O arraial de Campinas fica elevado a categoria de villa, conservando o município o nome e limites que actualmente tem o districto.</p> <p>Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.</p> <p>Manda, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencerem que a cumpram e a execute, sob as penas da lei.</p> <p>Palácio da Presidencia do Estado de Goyaz, 15 de junho de 1907. 1.ª do Republico.</p> <p>MIGUEL DA ROCHA LIMA, Antonio Ramos Cillado.</p> <p>L. S. – Sellada e publicada nesta Secretaria de Interio, Justica e Seguranca Publica do Estado de Goyaz, aos 15 de junho de 1907, 1.ª officina, servida de chato de caxito, Bernardo Soares de Oliveira.</p>	<p><b>LEI N. 287 – 15 DE JUNHO DE 1907</b></p> <p>Eleva à categoria de villa o arraial de Campinas e marcas os seus limites.</p> <p>Miguel da Rocha Lima, presidente do Estado de Goyaz: Faça saber que o Congresso decretou e eu sanciono a seguinte lei: Art. 1.º O arraial de Campinas fica elevado à categoria de villa, conservando o município o nome e limites que actualmente tem o districto.[...]</p>
<p><b>Lei n.º 476, de 8 de Julho de 1911</b></p> <p>Eleva a categoria de cidade a Villa de Campinas.</p> <p>Salathiel Simões de Lima, 1.º Vice Presidente do Estado, em exercicio.</p> <p>Faço saber que o Congresso Legislativo do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art. 1.º Fica elevada a categoria de cidade a Villa de Campinas, conservando a mesma denominação actual.</p> <p>Manda, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução desta lei pertencerem que a cumpram e a execute, sob as penas da lei, e para cumprir a mesma como nella se contém.</p> <p>1.ª Secretaria de Interio, Justica e Seguranca Publica e Imprensa, Palácio da Presidencia do Estado de Goyaz, 8 de Julho de 1911, 2.ª do Republico.</p> <p>Salathiel Simões de Lima, Antonio Augusto de Carvalho.</p> <p>Sellada e publicada nesta Secretaria de Interio, Justica e Seguranca Publica do Estado de Goyaz, aos 8 de Julho de 1911, 1.ª officina, servida de chato de caxito, Bernardo Soares de Oliveira.</p>	<p><b>Lei n.º 476 de 8 de Julho de 1911</b></p> <p>Eleva à categoria de cidade a Villa de Campinas.</p> <p>Salathiel Simões de Lima, 1.º Vice Presidente, do Estado em exercicio.</p> <p>Faço saber que o Congresso Legislativo do Estado, decretou e eu sanciono a Lei: Art. 1 – Fica elevada a categoria de cidade a villa de Campinas, conservando a mesma denominação actual.[...]</p>
<p><b>DECRETO N.º 327 DE 2 DE AGOSTO DE 1935</b></p> <p>(Publicado no C. O. de 3/8/1935)</p> <p>O Governador do Estado de Goyaz, usando das attribuições que lhe são conferidas e tendo em vista o Relatório apresentado pelo Conselho Municipal de Campinas, no dia 18 de setembro de 1935.</p> <p>LEI N.º 476 DE 8 DE JULHO DE 1911</p> <p>Art. 1.º – Ficam fundidos em um único os atuais municípios de Campinas, Hidrolândia e parte dos territórios dos Anápolis, Bela Vista e Trindade que passaram a constituir o Município de Goiânia, com sede na cidade do mesmo nome, ora em construção no município de Campinas, desaparecido por efeito deste decreto, o mesmo de que fala o art. 5.º do projeto da Constituição do Estado, já aprovado, nessa parte, em redação final. [...]</p>	<p><b>DECRETO N.º 327 DE 2 DE AGOSTO DE 1935</b></p> <p><b>DECRETA</b></p> <p>Art. 1.º – Ficam fundidos em um único os atuais municípios de Campinas, Hidrolândia e parte dos territórios dos Anápolis, Bela Vista e Trindade que passaram a constituir o Município de Goiânia, com sede na cidade do mesmo nome, ora em construção no município de Campinas, desaparecido por efeito deste decreto, o mesmo de que fala o art. 5.º do projeto da Constituição do Estado, já aprovado, nessa parte, em redação final. [...]</p>

Fonte: Compilação da autora<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Imagem elaborada pela autora em 2021, adaptado de Legislação histórica 1, 2 e 3 – Disponível em: 1-<https://legisla.casacivil.go.gov.br/apiv1/arquivos8325>; 2- <https://legisla.casacivil.go.gov.br/apiv1/arquivos8270> e 3- <https://legisla.casacivil.go.gov.br/apiv1/arquivos12587>. Acesso em: 30 abr. 2021.

No âmbito nacional, vale ponderar que, para a província Goiana superar o abandono, em especial Campinas, o primeiro passo dado foi a mudança do regime monárquico em 1889 para o regime republicano. Embora isso tenha ocorrido, Silva (2017, p. 56) enfatiza que “o povo goiano se manteve à margem dos acontecimentos políticos nacionais na longínqua província goiana. Em Campinas, então, nem se fala”.

Em termos de impacto político para Goiás, a Proclamação da República em 1890 ocorreria com a “ruptura” da igreja e do Estado (regime padroado) subsidiada pelo Decreto nº. 119-A, de 7 de janeiro de 1890, que “proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado [...]” (BRASIL, 1890). Silva (2017) aponta que

[...] após quase quatro séculos de vigência e por conta da Proclamação da República<sup>7</sup> no ano anterior, o Estado Brasileiro decreta unilateralmente a extinção do regime de padroado e a drástica mudança nas relações entre a igreja e Estado. Desde os primórdios da história do Brasil até aquele momento, o Império havia apoiado, política, material e financeiramente, a consolidação da religião oficial daquele regime confessional: o catolicismo (SILVA, 2017, p. 57).

A Proclamação da República teve pouca repercussão na Campinas da época, surpreendendo os líderes políticos de modo que a notícia teria sido veiculada por volta de quinze dias após o ato, em 28 de novembro, por carta enviada pelos correios. Como pondera Silva (2017, p. 59), aquela freguesia “[...] não viu sofrer qualquer alteração em sua rotina diária, uma vez que as famílias se aplicavam à agricultura e à vivência ao redor dos atos religiosos da Igreja Nossa Senhora da Conceição”. Todavia, observa-se que este “evento” alterou substancialmente o curso da história não só da localidade, mas do estado goiano, do Centro-Oeste e demais unidades federativas do Brasil ao instalar um novo regime, a república.

Nesta acepção, a igreja católica, enquanto instituição, implementaria novas estratégias a fim de ajustar e reformular as diretrizes de um país laico, visto que, a partir da República, o catolicismo no Brasil, ao menos pela força da lei (no papel) e para o Estado, alteraria o privilégio de ser a única religião oficial do país.

---

<sup>7</sup>A Proclamação da República no Brasil, ocorreu em 1889, antes disso o país adivinha do regime monárquico com primeiro reinado exercido por Dom Pedro I compreendido entre 1822 e 1831, que após abdicação, adentrou-se no período regencial de 1831 - 1840 e o segundo reinado pelas mãos de Dom João II em 1840 a 1889.

Gomes Filho e Silva (2016, p. 55-56), pondera que a igreja católica brasileira, “no final do século XIX, procurava ainda novos meios de se sustentar economicamente [...] e, principalmente, lidava com a concorrência, agora permitida na forma da lei, com existências de outras religiões, especialmente o protestantismo”<sup>8</sup>. Obviamente que entre o preconizado pela legislação e as práticas efetivamente vivenciadas no plano local e regional seriam estabelecidas a partir de disputas sob circunstâncias de interesses entre lideranças laicas e religiosas.

Esta situação colocou a Igreja diante de outro dilema, a dualidade do catolicismo, em que a prática do catolicismo mais leigo do que clerical se fazia presente na sociedade em todo país e em terras goianas. Em outras palavras, Gomes Filho (2018, p. 216) e outros autores estudiosos sobre o assunto nomeiam estas duas “categorias” de catolicismos como “catolicismo institucional, litúrgico, doutrinário (a que se denomina ‘oficial’), contraposto a um catolicismo familiar, ritualístico, leigo e avesso às amarras litúrgicas e doutrinárias (a que se denomina ‘popular’)”. No entanto, em desacordo com o catolicismo leigo popular, a parte conservadora da igreja, na segunda metade do século XIX, deu início ao movimento chamado ultramontanismo.

Em Goiás, assim como em outros territórios eclesiásticos instituídos ao longo do século XX, distintos movimentos de restauração católica assumiram a configuração da igreja oficial por meio das prelaças, dioceses e arquidioceses instaladas com apoio de ordens religiosas masculinas e femininas atraídas para o Estado com o propósito de se fazer presente na difusão da fé cristã católica, alinhada à autoridade do papa, sediado no Vaticano.

Conforme historicizado por Azzi (2005), em diferentes obras sobre a História da Igreja nos tempos republicanos, a dupla colaboração das ordens religiosas com os bispos regionais seriam responsáveis por implementar oficialmente diversas instituições, demarcando a existência e a participação católica com a instalação de paróquias e obras sociais e filantrópicas destinadas à assistência de crianças, idosos e doentes. Demarcava-se, ainda, o surgimento de serviços de formação catequética e a criação e o comando de escolas, dentre outros dispositivos formais utilizados no processo de institucionalização oficial da igreja católica.

---

<sup>8</sup> Ressaltamos, que dentre as fontes acessadas no acervo documental do Colégio Santa Clara, não encontramos indícios que apontem a existência de alunas de outras religiões que não fossem católicas, porém, isto não descarta a possibilidade que a instituição tenha recebido meninas de outras religiões.

## 1.1 Os Missionários Redentoristas alemães em Campinas

A necessidade de lideranças religiosas em quantidade suficiente para assumir paróquias, prelazias e dioceses era um problema enfrentado por diversos arcebispos que estiveram à frente da arquidiocese de Goiás desde o período do Império. Além das dificuldades de acesso, comunicação e condições de atendimento à população dispersa em locais distantes, havia outros entraves, como a ausência de seminário para a preparação dos quadros religiosos. Logo, conseguir ordens religiosas com contingente formado, disponível para as missões em Goiás, seria uma alternativa promissora incentivada pelos arcebispos no chamamento de religiosos de outros países.

Como resultado, a vinda dos missionários foi engendrada pela atitude e esforços do Bispo Dom Eduardo Duarte que, em 1891, buscou na Alemanha “recursos financeiros para subsidiar as atividades da igreja em Goiás, porém, um dos objetivos era de “cristianizar a Romaria do Barro Preto<sup>9</sup>, hoje Trindade” (SILVA, 2017, p. 63). Por consequência, em “31 de julho de 1894 o Governo Geral da Congregação Redentorista encaminhou à Província da Baviera, na Alemanha, o pedido de envio de missionários ao Brasil” (SILVA, 2017, p. 66). Além disso, Gomes Filho (2018) especifica que:

Em termos gerais os religiosos redentoristas que foram para o Brasil se dividiam entre: padres (sacerdotes que já haviam sido ordenados após cursarem filosofia e teologia), estudantes (jovens que já haviam concluído, ou estavam prestes a concluir seus estudos para serem ordenados sacerdotes) e irmãos (categoria de religiosos que não recebiam instrução superior e se consagravam apenas ao trabalho doméstico, ou funcional, como de sapateiros, pedreiros, cozinheiros, agricultores, etc., com o objetivo de suprir as necessidades práticas da congregação). Todas estas categorias compunham-se de frades que já haviam professado os votos parciais ou perpétuos de consagração à congregação redentorista. (GOMES FILHO, 2018, p. 278).

A chegada dos missionários redentoristas da Baviera Alemã aconteceu em 12 de dezembro de 1894, data considerada um marco relevante para a prosperidade de Campinas, tendo sua história e o desenvolvimento intrinsecamente ligado à atuação fundamental dos missionários nas atividades religiosas, pelas quais eles foram essencialmente incumbidos, estendendo suas atuações às esferas social, política e cultural do Arraial e da região. Segundo Ortencio (2011) e Horieste Gomes (2012),

---

<sup>9</sup> Romaria de Barro Preto – Arraial de Barro Preto é a atual cidade de Trindade (GO), que recebe milhares de fiéis anualmente na romaria do Divino Pai eterno (SILVA, 2017, p. 64).

foram destacados quatro padres e quatro irmãos para a missão de Goiás. Já em São Paulo, foram incumbidos seis redentoristas, o que totalizou a formação de um grupo com quatorze missionários, como é ilustrado na Figura 6, que apresenta os missionários ainda em São Paulo, antes de sua partida para Goiás.

**Figura 6** – Primeiros redentoristas da missão Bávaro-brasileira, (1894)



O grupo dos pioneiros alemães escolhido pelos superiores para a missão no Brasil se dividiu em duas turmas: uma em Campinas, Goiás, e outra para Aparecida, São Paulo. Compunham a Casa de Goiás: Pe. **Gerardo Wiggermann** (visitador e superior da casa); Pe. **João Batista da Mata Spath** (admonitor e consultor do visitador); Pe. **Miguel Siebler** e o subdiácono **Lourenço Hubbauer**. Os Religiosos irmãos escalados para Goiás formaram: Ir. **Noberto Waggenlehner**; Ir. **Ulrico Kammeier**; **Gebardo Konzet** e **Florian Grilhist**. (SILVA, 2017, p. 67).

Fonte: Província redentorista de Goiás (Imagem elaborada pela autora, 2021).

Com a chegada dos missionários, foi firmado um contrato entre o Bispo de Goiás Dom Eduardo e os superiores eclesiásticos da Europa. No livro “A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas”, do Padre Welinton Silva (2017, p. 78), é apresentado o contrato realizado entre as partes: “com as vantagens para a consolidação da fundação e licenças especiais, para que eles vivenciassem e praticassem seus objetivos”. Fica evidente, nas onze cláusulas elencadas, a importância e o poder da igreja no Centro-Oeste goiano, que dispôs com generosidade de recursos e propriedades para assentá-los, estabelecendo que:

1. A Missão redentorista da diocese de Goiás, podendo os religiosos estabelecer suas casas em toda a ela, nas quais observaram todas as regras do seu instituto; 2. Por ora fica estabelecida a primeira casa no arraial de Campinas onde construíram uma casa provisória e mais tarde o primeiro convento da ordem; 3. Na povoação de Barro Preto edificarão uma residência para ficar pelo menos mensalmente ali se celebre a missa e sejam administrados os sacramentos; 4. Ao superior dos religiosos, concedemos autorização para escolher do patrimônio de Campinas e de Barro Preto as terras, ainda não cedidas a outras pessoas, que escolheram para edificações, plantas, pastos, currais, engenhos, tendo d'ellas usufruto, e devendo cercá-las para que não sejam invadidas; 5. Ficamos obrigados a entregar à missão Redentorista todos os rendimentos da romaria de Barro Preto, que de hoje

em diante forem recolhidos, exceto o dinheiro necessário para as despesas das festividades daquele santuário e de tudo o que for necessário ao culto divino e reparação da igreja; 6. À missão de Campinas entregamos toda administração de todos os bens móveis, imóveis e semoventes do santuário de Barro Preto, bem como todos os bens para patrimoniais; 7. Igualmente administrarão o convento e com a jurisdição parochial a freguesia de Campinas; 8. Durante o ano, percorreram todas as freguesias que puderem desde o Rio Paranahyba até a capital de Goyás, pregando missões e usando dos privilégios que eles comunicarmos; 9. Dos rendimentos da festa, por ocasião da romaria do Barro Preto, nos enviaram o necessário para manutenção de dois seminaristas; 10. Fica ao árbitro dos superiores na Europa, o número de religiosos nos conventos que fundarem em nossa diocese; 11. Este contrato será aprovado e assinado pelo bispo de Goyás e superiores na Europa. (SILVA, 2017, p. 78-79).

Mesmo com a formalização do contrato que favorecia os estrangeiros religiosos e que facilitava sua instalação, inúmeros foram os desafios encontrados pelos redentoristas em terras goianas desde a sua chegada em Campinas. Inicialmente, os redentoristas foram instalados precariamente em uma casa de aluguel simples de moradores locais. Porém, em dezembro de 1895, eles se transferiram para o convento que haviam construído: “era um casarão de esteios de madeira, paredes de adobe, janelões e portas de madeira, coberta com telhas de barro, como as casas de fazenda de Goiás do período Brasil Colônia” (LOPES, 2019, p. 41).

O primeiro prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges (1980), corrobora com riqueza de detalhes em seu livro de memórias a nova morada dos redentoristas construída por eles em substituição ao primeiro pouso dos redentoristas, bem como a influência dos missionários na sociedade goiana:

Por muitos anos o Convento dos Redentoristas foi o centro de maior influência da vasta região que abrangia, além de Campinas, os municípios de Trindade, Bela Vista, Inhumas, Guapó e Hidrolândia. Não se pode negar ter sido aquela época religiosa importante pólo de evolução e harmonia social. Construído em estilo da época – esteios, baldrame e beirais de “cachorros” – o núcleo constituía-se da residência dos membros da Congregação, abrigando a biblioteca composta de obras quase exclusivamente escritas em alemão, e da Capela, com campanário. Ao oeste de Campinas, na planície que medeia as vertentes do Anicuns e do Cascavel, erguia-se o casarão em forma de quadrilátero. O maciço verde das árvores frutíferas: mangueiras, laranjeiras, abacateiros, além do parreiral, contrastava com as paredes e muros caiados da grande construção que, por mais de um século, abrigou a Congregação do Santíssimo Redentor, no sertão goiano. Ali, tudo era convite ao repouso e à meditação. (BORGES, 1980, p. 41).

Nas memórias de Borges (1980), a descrição das instalações do primeiro convento dos redentoristas em Campinas se assemelha à Figura 7. Os detalhes e aspectos gerais podem ser observados conforme o que se esperava para as instalações à época, considerando o espaço, a área das edificações, o formato das

casas, dentre outros aspectos que indicariam as particularidades do local onde os missionários seriam acolhidos em solo goiano.

**Figura 7** – Primeiro convento dos redentoristas em Campinas, 1895



Fonte: (LOPES, 2019, p. 41).

Horieste Gomes (2012) reforça que algumas ações dos imigrantes alemães na época foram fundamentais ao desenvolvimento da localidade que hoje se tornou a capital do estado de Goiás, tais como: a instalação do primeiro telefone; a inserção da segunda bicicleta de Campinas; o primeiro relógio de torre instalado na torre da Matriz; a reconstrução da antiga Matriz, em 1900; a montagem da primeira serraria; a edição do primeiro jornal quinzenal de Campinas, “O Santuário de Trindade”; a introdução do cultivo de pastagens com técnicas; a montagem da moenda de cana e do moinho de trigo e milho; a fabricação de vinho caseiro e de cerveja; a construção de albergues para viajantes; a instalação de um gerador para produzir eletricidade; e a instalação de água encanada que abastecia o convento e, posteriormente, o Colégio Santa Clara e algumas outras residências.

A vinda e os feitos dos redentoristas também fizeram jus às aspirações de Dom Eduardo quanto ao objetivo maior que era a cristianização da romaria de Barro Preto, estendendo-se, outrora, à consolidação de valores religiosos no povo goiano com a prática da devoção, da promessa e da fé nos padrões doutrinários e ritualísticos de Roma. Porém, as contribuições dos redentoristas não se limitavam a essa condição, exercendo grande influência também na vida cultural e social de Campinas e região,

compreendendo resultados relacionados ao início do desenvolvimento e difusão da educação em Goiás.

Dom Eduardo e os redentoristas passaram por grande adversidade que foram posteriormente superadas, pois a república e Goiás estavam sob a laicização do ensino e a proibição da catequização realizadas nas escolas, sendo considerada uma das resultantes do rompimento com o regime do padroado. Nesse contexto, constituiu-se a primeira lei Goiana sobre o ensino em Goiás, que deixa expresso a obrigatoriedade da Instrução Pública, sob pena de multa de dez a vinte mil réis aos pais de famílias que negarem o cumprimento da Lei nº. 13, de 23 de junho de 1835, que previa:

Art. 1º. Instrucção primaria consta de dous grãos: no 1º se ensinará a ler, escrever, a pratica das quatro operações Arithmeticas, e a Doutrina Christã; e no 2º a ler, escrever, Arithmetica, até as proporções, Grammatica da Lingoa Nacional, e as noções geraes dos deveres moraes, e religiosos. [...] Art. 3º. O Governo poderá estabelecer também Escolas para meninas nos lugares, em que houver 2º gráo, e em que, attenta a população, poderem ser habitualmente frequentadas por desesseis Alunmos ao menos. N'estas Escolas se ensinaráo, além das materias do 1º gráo, Ortografia, Prosodia, e noções geraes dos deveres moraes, religiosos, e domésticos. [...] Art. 11º. Podem ser Professores os Cidadãos Brasileiros, ou Estrangeiros, que professarem a Religiaó Catholica Romana [...] 14º. Fazer observar esta Lei, e os Regulamentos, e Ordens do Governo; esmerando se em que seja a mocidade doutrinada nas mais puras ideias religiosas, e moraes, e nas da importancia da uniaó, e integridade do Imperio, ainda a custa dos maiores sacrificios. (GOYAZ, 1835, p. 01-03).

No entanto, mesmo diante do cenário de conflito causado pelo novo regime imperial no país e a consequente negação de intervenções religiosas nas escolas, percebe-se que, na Lei nº. 13, de 23 de junho de 1835 (GOIAZ, 1835), nos artigos 1º, 3º, 11º e 14º, a igreja e a religião se faziam fortemente presentes na legislação educacional da época, o que repercutiu diretamente nas escolas e casas com apoio da sociedade goiana tradicional.

Tal situação é ilustrada pelo papel de Dom Eduardo, que foi fundamental em assegurar o funcionamento do colégio Sant'Anna de Goiás, fundado em 1889 na capital, articulando, posteriormente, a implementação de dois colégios femininos confessionais da ordem dominicana. O primeiro colégio, Santa Catarina, foi criado em 1902 em Bela Vista, e o segundo, Sagrado Coração de Jesus, foi criado em 1904 em Porto Nacional (GOMES, 2019).

É adequado afirmar que, com a chegada dos redentoristas e a construção do convento, bem como todas as iniciativas que subsidiaram a permanência dos

missionários na região, juntamente com a realização dos seus objetivos, ocorreu o desenvolvimento de um Arraial goiano com poucas perspectivas de progresso, semelhante a Campinas, devido às efetivas ações e implementações executadas pelos redentoristas (MENEZES, 1981; ORTENCIO, 2011; SILVA, 2017).

Contudo, atualmente, esta autora, como moradora do Setor Campinas desde criança, conhecedora da região e agora pesquisadora do assunto, consegue perceber com maior sensibilidade os vestígios de progresso e as contribuições deixadas pelos missionários, levando-se ora pelo conhecimento da historicidade que envolve o local, ora pelas reminiscências permeadas de associações com o presente.

## **1.2 A Congregação das Irmãs da Ordem Terceira Seráfica de *Au Am Inn*: a migração para terras goianas**

De acordo com Menezes (1981, p. 71), a Congregação das Irmãs da Ordem Terceira Seráfica de *Au Am Inn*, localizada na Baviera Alemã, “é herdeira dos ideais de São Francisco”. Ela foi fundada em 1241, na cidade de Dillingen, por um grupo de cinco senhoras medievais vocacionadas, cujo objetivo de vida era louvar a Deus e servir aos pobres. Posteriormente, em 1774, elas também ficariam conhecidas metaforicamente como “franciscanas educadoras” (AZZI, 2005, p. 66).

Conforme Lopes (2018) e o Instituto Religioso das Irmãs Franciscanas de Dillingen do Rio de Janeiro (2015), a fundação desta congregação partiu da necessidade da época, que exigia providências em relação ao excedente de mulheres resultante das guerras e cruzadas. Naquela época, o sistema feudal estipulava que todo o espólio financeiro das esposas deveria ficar sob controle e disposição de seus maridos ou tutores.

Este cenário é caracterizado pela opressão da sociedade patriarcal que submetia as mulheres a apenas “dois modelos, ambos marcados pela exclusão das atividades políticas e econômicas: ou a vida matrimonial dentro das paredes do lar, ou a vida consagrada na reclusão dos mosteiros” (AZZI, 2005, p. 12). Como Menezes (1981) e Azzi (2005) apontam, surgiu o movimento das Beguinhas ou associação com o objetivo de romper com esta realidade opressiva.

O Instituto Religioso das Irmãs Franciscanas de Dillingen do Rio de Janeiro destaca que o movimento das Beguinhas teve origem no sudoeste da França, e apresentava uma singularidade peculiar

forma de vida religiosa, particular, especificamente feminina, com caráter religioso e social. Estes grupos de mulheres fortes, corajosas e idealistas se espalharam rapidamente, também na Alemanha. Eram grupos pequenos que se dedicavam principalmente à oração e ao cuidado dos doentes. [...] Um destes grupos se fixou em Dillingen, pequena cidade ao longo do Rio Danúbio, na Suábia/Alemanha. Foi desse grupo que, certamente, nasceu a nossa Congregação. (INSTITUTO RELIGIOSO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE DILLINGEN DO RIO DE JANEIRO, 2015, s./p.).

Além disso, conforme Opitz<sup>10</sup> (1994 *apud* Azzi 2005, p. 33), embora as Beguinhas estivessem “sob o controle e jurisdição das autoridades Cidades, recebendo delas normas jurídicas e instruções de comportamento, tinham que vestir hábitos cinzentos, fazer voto de obediência e castidade, com validade temporária [...]”, progressivamente esses grupos passaram a sofrer intolerância e, por conseguinte, perseguição em diversas regiões da Alemanha.

No contexto do século XIV, e com o aconselhamento e apoio do então Bispo de Absburgo, as Beguinhas foram afiliadas à Terceira Ordem Regular Franciscana. De acordo com Azzi (2005), naquele período, em termos de organização, os homens consagrados ao monastério compunham a Primeira Ordem, enquanto as mulheres consagradas formavam a Segunda Ordem, e os homens e mulheres leigos que buscavam seguir as práticas religiosas compunham as denominadas Ordens Terceiras. “No caso das mulheres, o ingresso na Ordem Terceira significou, entretanto, um enquadramento dentro de normas mais rígidas, fugindo assim ao projeto inicial de São Francisco” (AZZI, 2005, p. 35).

Posteriormente, em 1289, após a aprovação do Papa Nicolau IV, as Irmãs de Dillingen aceitaram agregar-se ao regramento e à obediência da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Menezes (1981, p. 71) esclarece que “na Ordem se fazem os votos solenes de pobreza, castidade e obediência, enquanto na Congregação, estes votos são simples. O voto solene invalida o ato contrário, enquanto o voto simples apenas o torna ilícito e pecaminoso”.

Muitas foram as adversidades que atravessaram a Congregação, conforme apontam os autores Azzi (2005) e Menezes (1981):

- Primeiramente, pelas imposições políticas e sociais do sistema feudal da época;
- Pelo incêndio em 1438 que destruiu todo vestígio histórico dos primeiros

---

<sup>10</sup> OPITZ, Claudia. O cotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres**. Porto: Afrontamentos; São Paulo: Eubrasil, 1994. v. 2, p. 353-440.

anos das Irmãs de Dillingen. Somente em 1464, com auxílio do cardeal Schaumberg, Bispo de Augsburg, que houve a reconstrução do Convento;

- A influência da reforma Tridentina, que impôs mais regramentos às Irmãs, resultando em um aumento da clausura;
- A guerra dos Trinta Anos, em 1632, levou à fuga de 25 irmãs para Tirólia antes da invasão dos suecos, deixando apenas cinco irmãs no convento. Em 1635, quatro das irmãs morreram em decorrência da peste, restando apenas uma, que vivia isolada das demais por possuir lepra. Mais tarde, das 25 exiladas, 20 irmãs retornam à Dillingen e cinco morreram no exílio;
- Em 1648, os franceses saquearam a cidade e o convento. Em 1803, devido à secularização, as irmãs foram expropriadas e perderam tudo;
- As duas guerras mundiais também tiveram um grande impacto na vida das Irmãs, levando algumas delas a migrar para Minnesota, nos Estados Unidos, e outras para o Brasil, devido à situação do nazismo na Europa. Em 1976, algumas irmãs migraram para a Índia.

Além dos momentos difíceis que impactaram a Ordem Terceira ao longo de sua existência, a Congregação de *Au Am Inn* não se limitou à clausura rigorosa que inicialmente era imposta por seu voto e ideal. Ao romper com essas regras, estabeleceu-se uma nova condição que se destacou pela não adesão aos padrões tradicionais e monástico da Ordem. A Congregação passou a se dedicar também à assistência social, à saúde e à educação. Os frutos desse trabalho, mesmo que não fossem de interesse exclusivo da própria Ordem, ultrapassaram os muros do convento e permitiram que as Irmãs se abrissem de maneira mais notável para a sociedade (AZZI, 2005).

Segundo Azzi (2005, p. 64), essa tomada de decisão foi realizada em contrariedade aos ideais da Congregação, mas em consonância com as determinações expressas no documento intitulado “*confirmation*”, que foi emitido em 5 de janeiro de 1858, quando o convento das Irmãs Franciscanas de *Au Am Inn* foi erigido. Esse documento instruía que, além de buscar a própria santificação, as Irmãs deveriam se comprometer com a “[...] pobreza, humildade e obediência - as Irmãs obrigam-se à educação da juventude feminina burguesa e se responsabilizam pela formação cristã de boas funcionárias” (AZZI, 2005, p. 68).

Movidas pela necessidade de sobrevivência e de maior inserção na sociedade moderna, as Irmãs do convento de *Au Am Inn* adotaram novos padrões de organização religiosa. Inferimos, assim, que essa mudança de identidade da Congregação teve um impacto significativo em seus rumos e objetivos.

Inicialmente, as Irmãs se dedicaram aos trabalhos voltados à comunidade, atendendo à demanda de Dillingen, na Europa, onde abriram uma escola para meninas. Posteriormente, elas expandiram suas atividades através do início das missões em outros continentes, como na América do Sul, nos Estados Unidos, especificamente em Minnesota, e, finalmente, na América Latina, com missões que compreenderam o sudeste e Centro-Oeste brasileiro. O objetivo principal dessas missões era com foco na questão educacional (AZZI, 2005; MENEZES, 1981; OLIVEIRA, A., 2012).

Outra evidência considerada um dos fatores primordiais que levou a Congregação das Irmãs da Ordem Terceira Seráfica de *Au Am Inn* a sair da Baviera Alemã e desbravar terras estrangeiras foi a explosão migratória de congregações. De acordo com Bittencourt (2017), essa explosão ocorreu em três importantes contextos nacionais e internacionais:

a expulsão de religiosos das atividades sociais então assumidas pelos Estados em processo de laicização na Europa, especialmente na França e na Itália; o projeto católico para a América Latina, implementado a partir de Leão XIII (1878-1903); e as demandas do episcopado para realizar a reforma do catolicismo local, associadas às demandas da própria sociedade brasileira, carente de expertises no campo social e educacional. (BITTENCOURT, 2017, p. 36).

No entanto, Rogers (2014, p. 58) chamou esse evento de “internacionalização das congregações”, ou de o grande “exílio das congregações”. Rogers (2014, p. 58) apontou que a abertura para o processo migratório aconteceu por meio de três modalidades: “a difusão fronteiriça, a ação missionária ou a criação de congregações internacionais”.

Nota-se que tanto Bittencourt (2017) quanto Rogers (2014) concordam que a migração das congregações e das ordens religiosas para outros continentes não foi motivada apenas pelos ideais e valores do carisma das instituições eclesásticas. Essas ordens religiosas se expandiram para outras nações motivadas por contextos políticos e sociais em torno do poder, pressionadas pelos interesses do Estado (de origem, nos casos em que dificultavam a atuação e permanência em certas regiões) ou pelos interesses da própria Igreja, que administrava a crise religiosa na Europa no século XIX.

Essa convergência de fatores teve ressonância com os apelos dos arcebispos brasileiros de diferentes regiões, que buscavam quadros religiosos para colaborar com a ocupação dos territórios eclesásticos carentes de líderes para promover ações

junto às paróquias e na fundação de escolas. Além disso, a sociedade civil católica percebeu a importância da presença dos religiosos na formação de seus filhos nas diferentes instituições.

Bittencourt (2017), sob a perspectiva do plano de ação institucional da Igreja, aprofundou que a internacionalização das congregações e ordens passaria pelo crivo do clero, em busca de uma fórmula para a evangelização do novo mundo. A Igreja avaliava os países potenciais do ponto de vista cultural, religioso e político, com o objetivo de elaborar um documento que servisse como diretriz para atuação da Igreja no processo de migração maciça das congregações. Entre as preocupações da Igreja estão:

[...] a preocupação dos conciliares com a formação de um clero competente, estudioso, capaz de conhecer profundamente as verdades que deve transmitir à sociedade; a unificação dos textos de catequese em um catecismo único; o estabelecimento de escolas católicas e a criação de universidades da Igreja; o apoio e a expansão da imprensa católica; o cuidado com os que sofrem (pobres e doentes); a criação de círculos católicos operários como instrumentos de acompanhamento e formação da classe trabalhadora. Importam também as recomendações de que “não se deve separar a religião da política, antes se deveria apreciar o saudável influxo que a religião deve exercer sobre a vida política” e de que é preciso cuidar para que a relação entre o Estado e a Igreja seja de perfeita colaboração. (AGUER, 2000, p. 251 *apud* BITTENCOURT, 2017, p. 39-40).

Embora tenha sido um passo planejado e alinhado ao projeto de romanização da Igreja, ficou evidente a importância prática que essas congregações e ordens tiveram onde estavam inseridas. Além do carisma, elas atuavam em diversas frentes, como educação, áreas sociais, bem como no desenvolvimento de atividades relacionadas à saúde e à sanitização (ROGERS, 2014).

Dessa forma, homens e mulheres partiram da Europa como mensageiros/missionários munidos de seu carisma, conhecimentos médicos e educacionais, instalando-se em países como o Brasil. Como a maioria dos países “recém” colonizados, o Brasil, principalmente a elite brasileira e eclesiástica, sofria com a carência de mão de obra qualificada nas áreas da educação e saúde. Deste modo, iniciou-se a “importação” de “religiosos profissionais” (BITTENCOURT, 2017, p. 16).

Bittencourt (2017) complementa com outros fatores que motivaram o interesse do Estado - Igreja.

Elas não apenas decidiram ser orientadas pela política geral de expansão da Igreja ou por projetos de seus próprios países de origem, mas optaram por

considerar os convites feitos tanto pelos representantes do alto clero brasileiro como por políticos de cidades em processo de urbanização e modernização, ou por chefes de colônias imigradas no final do século XIX. Podemos afirmar, pois, que a demanda de alguns setores da sociedade brasileira constituiu o terceiro fator motivador do deslocamento dos religiosos da Europa para o Brasil, especialmente nas primeiras décadas do século XX. Quando examinadas as escolhas de congregações pelos políticos locais e pelas autoridades eclesiásticas, é possível compreender que algumas foram chamadas especificamente para cuidar de santuários, outras para gerenciar editoras, outras ainda para oferecer atendimento a crianças, jovens e “pessoas com deficiências”, e para servir em hospitais ou fundar colégios. Boa parte dos convites especificava os serviços a serem prestados e seus destinos. (BITTENCOURT, 2017, p. 41- 42).

É importante ressaltar que as resultantes deste processo migratório não se limitaram somente às esferas política e social. De forma transversal, a inserção dessas ordens e congregações religiosas europeias em outros continentes e países, como o Brasil, também impactaram nas relações e construções culturais locais. Isso vai ao encontro do que Rogers (2014, p. 60) considerou como representantes ou “mensageiras da cultura francesa”.

Todavia, se mudarmos a explicação geograficamente para o caso das Irmãs de *Au Am Inn*, é possível entender que estas ordens e irmãs também podem ser consideradas como mensageiras e portadoras de aspectos da cultura alemã no Centro-Oeste goiano, influenciando mais do que inicialmente previsto pelos eclesiásticos europeus. A expansão do projeto de romanização da Igreja, neste caso específico, estava articulada ao desenvolvimento da educação, do ensino e, sobretudo, da catequização institucionalizada em terras goianas.

### 1.2.1 A migração das Irmãs de *Au Am Inn* para o Centro-Oeste brasileiro

No desdobramento dos empenhos de Dom Eduardo, que visava manter seu projeto de romanização do povo Goiano alinhado à instrução, os redentoristas atuaram em Goiás com mais uma intervenção a favor do progresso de Campinas e região, dando apoio à criação de um dos primeiros colégios femininos confessionais de Goiânia para meninas: o Colégio Santa Clara.

De acordo com Menezes (1981) e Silva (2017), em 1920, o padre Matias Prechtel, que era Provincial do Redentoristas na Alemanha, em visita oficial ao convento de sua congregação no Brasil, concluiu que uma das prioridades da sua missão era criar uma congregação feminina para Goiás que pudesse tomar frente à catequese e à implantação de um colégio paroquial dedicado à educação cristã

católica da juventude em Campinas. A meta era obter o apoio das irmãs nas missões de pregação proferidas pelos redentoristas em Goiás, cuja pretensão ecoou novamente para os campineiros e para Goiás como um sopro que impulsionava a região ao contínuo progresso.

Padre Prechtl apresentou seu ambicioso projeto à Madre Superiora da Terceira Ordem, Maria Boaventura Gietl, que, após refletir sobre o pedido junto à igreja local e com as irmãs conselheiras, assentiu com a proposição do padre (SILVA, 2017). “O ideal missionário, entretanto, ganhou força na Ordem de maneira, que, antes de se findar o ano de 1920, Madre Boaventura já havia pronunciado, o sim, aceitando a fundação de uma casa em Goiás” (MENEZES, 1981, p. 77).

É importante mensurar que o empreendimento de comunicação e o acordo entre as autoridades religiosas para a efetiva vinda da congregação é algo recorrente na mediação dos clérigos e padres com evidente influência no trâmite das missões, e com a congregação alemã não foi diferente.

Diante do manifesto interesse do prelado goiano, a mediação do padre superior no Brasil foi decisiva no processo de formalização dos acordos para atender as condições e necessidades de ambos os lados a fim de obter êxito no acordo para a vinda das religiosas alemãs para Goiás. Então, foram designadas quatro irmãs, como apresenta a Figura 8, juntamente com suas habilidades previamente pensadas e escolhidas para o melhor atender o objetivo.

**Figura 8** – As quatro “Marias”, fundadoras do Colégio Santa Clara



Fonte: Imagem elaborada pela autora (2021), adaptada de Menezes (1981).

Os preparativos para a partida das Irmãs missionárias do convento de *Au Am Inn* para o interior do Brasil se iniciaram com as primeiras aulas de português

ministradas pelo padre redentorista Miguel Poce, que, após temporada de estudo na Alemanha, acompanharia as quatro irmãs na missão que na ocasião retornariam para casa (SILVA, 2017). Sobre o entusiasmo das Irmãs com a missão, registrou-se que “à medida que os dias passavam, elas se iam libertando dos sonhos e da imaginação poética, iniciando a caminhada sobre o solo rústico da realidade. O propósito de levar Deus e a instrução à gente goiana, confortavam-lhes o ânimo” (MENEZES, 1981, p. 78).

Comprometidas com o ideal da missão, partiram em 7 de agosto de 1921, aportando no Rio de Janeiro em 28 de agosto seguindo para o Santuário de Aparecida em São Paulo, onde foram hospedadas pelas Irmãs São Bartolomeu, que se dedicaram às aulas de reforço da língua portuguesa, bem como à familiarização com método brasileiro de ensino (MENEZES, 1981). Somente em 18 de outubro de 1921, mais de dois meses após a partida, que as Irmãs chegaram a Campinas (AZZI, 2005).

Segundo os registros nas fontes consultadas, as quatro “Marias” foram acolhidas pelo povo e pelos redentoristas após longa e sacrificante jornada da Alemanha até o Brasil. As Irmãs encontraram dificuldades que se estenderam para além da falta de conhecimento e intimidade com a língua e os costumes, pois tiveram, em seu tempo de preparação para viagem, inexpressivo contato com a cultura do local que, de certa forma, desbravariam.

As Irmãs desbravadoras seguiram sem desanimar diante do “futuro” desafiador. Elas foram inicialmente hospedadas na “casa do Sr. João Dias e Dr<sup>a</sup>. Júlia Duarte Dias”, que se mudaram com a família para uma casa vizinha. As “Filhas de São Francisco” só puderam residir em seu próprio convento em meados de novembro de 1921 (COLÉGIO SANTA CLARA, 2020).

Sobre as dificuldades triviais da nova rotina, Menezes (1981, p. 81) relata que as Irmãs tinham muitos conhecimentos, embora “não sabiam acender fogo, nem catar gravetos e nem tirar água na cisterna. A cozinheira, Irmã Willibalda, não sabia limpar açúcar da forma. No esforço de se adaptarem aos nossos costumes, aprenderam a fiar e a andar a cavalo”.

Nas “Crônicas” do Colégio Santa Clara, há relato de que esse grupo formado pelas primeiras irmãs teria se instalado no convento com poucos móveis. Era uma propriedade com oito cômodos, comprada pelo município por seis contos de réis, com a promessa de que, após dez anos, se tornaria propriedade das Irmãs. Na mudança,

dois carros de bois foram o suficiente para transportar tudo (AZZI, 2005; MENEZES, 1981; SILVA, 2017).

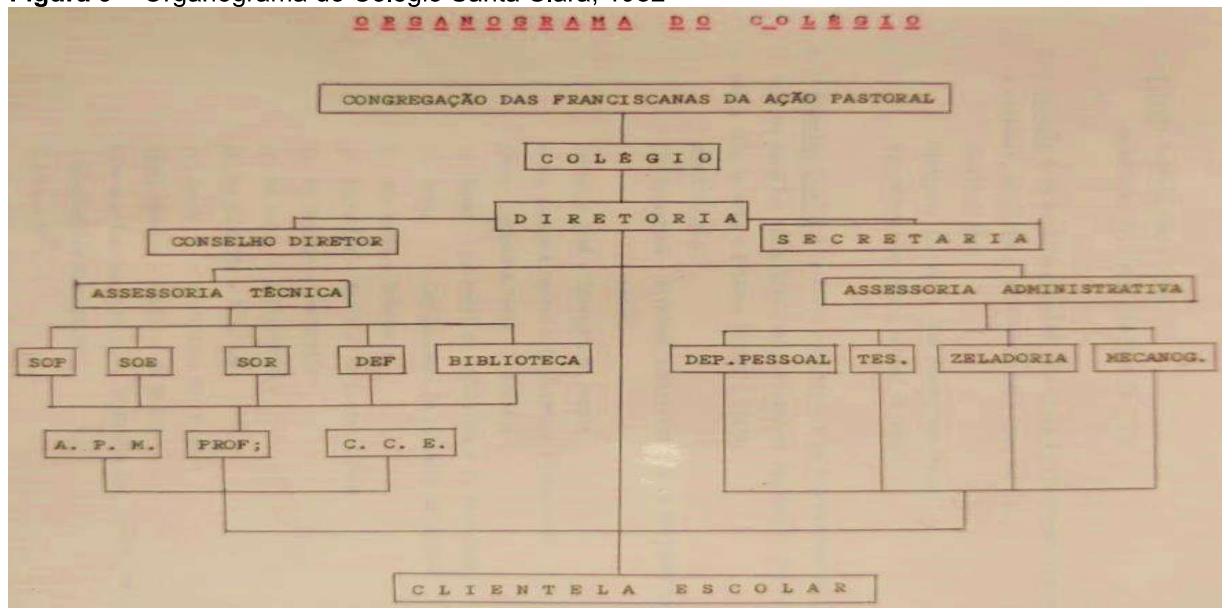
Os aspectos propulsores que fundamentaram a vinda das Irmãs de *Au Am Inn* para o Centro-Oeste goiano, em especial a institucionalização da Igreja Católica por meio do processo de romanização, são perceptíveis. Fica evidente a relevância da missão e da migração das Irmãs para o desenvolvimento educacional do estado, bem como a convergência assertiva dos esforços de ambas as instituições: Igreja e Estado. A atuação da Igreja Católica foi percebida como solo fecundo para as emigrantes das Ordens que chegavam para semear “em nome de Deus e da igreja” sua fé, cultura e conhecimentos.

Como resultado, houve a expansão no número de instalação de instituições de ensino confessional católico, que durou aproximadamente do final da década de 1880 até a década de 1940. Inclui-se também como parte desse processo a criação e implantação do Colégio Santa Clara em Campinas, na segunda década do século XX, sobre o qual o aprofundamento histórico será abordado na seção que trata sobre a instituição.

### 1.2.2 A Congregação Franciscanas da Ação Pastoral (FAP), em Goiás: o percurso da instituição fundadora do Colégio Santa Clara

A Congregação Franciscanas da Ação Pastoral (FAP), mantenedora do Colégio Santa Clara, tem atuado em sintonia com a instituição desde a sua fundação, o que pode ser confirmado na Figura 9, retirada da fonte documental do acervo escolar. Esta figura indica o caráter de subserviência do Colégio Santa Clara em relação à Congregação.

**Figura 9** – Organograma do Colégio Santa Clara, 1982



Fonte: Acervo escolar (COLÉGIO SANTA CLARA, 2021).

O organograma institucional confirma a subordinação do Colégio Santa Clara à Congregação. Uma característica fundamental deste tipo de instituição é que, por longo tempo, os cargos de direção e de coordenação foram ocupados majoritariamente pelas Irmãs da Congregação, fato este que pode ser considerado determinante na constituição da cultura escolar confessional. Além disso, constam os demais setores gestacionais do Colégio Santa Clara, como a Assessoria técnica, que era constituída das seguintes secretarias: Serviço de Orientação Pedagógica (SOP), Serviço de Orientação Educacional (SOE) e Serviço de Orientação Religiosa (SOR). Seguindo a subordinação funcional, está a Associação dos Pais e Mestres (CCE).

O percurso historiográfico da Congregação Franciscanas da Ação Pastoral tem origem na Alemanha, em 1241. Ela emerge e se confunde com a história da Congregação das Irmãs da Ordem Terceira Seráfica de *Au Am Inn*, tratada nas seções 1.2 e 1.2.1 desta pesquisa. Nesse sentido, considera-se como marco histórico inicial da FAP, no Brasil, a vinda das Irmãs de Dillingen para o país, em 1921, com a missão de fundar o Colégio Santa Clara de Campinas em Goiânia e instituir o trabalho de instrução.

Inicialmente, todas as Irmãs da Congregação eram alemãs. Porém, em 1924, com o falecimento da Irmã Maria Ludmilla Schoropp, surgiram as vocações das primeiras Irmãs noviciadas que entraram para a Congregação: a primeira é a Irmã Maria Aparecida e a segunda é a Irmã Maria Gonzaga. Neste mesmo ano, a Congregação e suas implementações educacionais expandiram-se para São Paulo,

Minas Gerais, Mato Grosso e Santa Catarina, a princípio com fundação do Externato de Pindamonhangaba (SP) e a conseqüente migração de mais Irmãs alemãs e a entrada de mais noviças brasileiras para a Congregação.

De acordo com informações extraídas do site da Congregação, do Colégio Santa Clara e em documentos encontrados no acervo escolar da instituição, constata-se que em 1937 foi criada a Província brasileira, tendo a cidade de Pindamonhangaba como sede. Em 1939, foi escolhida a primeira Irmã alemã para dirigir a província. Somente em 1961 uma Irmã brasileira assumiu o cargo. De 1962 a 1965, ocorreu o Concílio Vaticano II, que convocou toda a Igreja para uma renovação, mudanças e engajamento das pastorais, o que iniciou novos compromissos com a Igreja e maior abertura da pastoral às Irmãs.

Em 1967, outra Irmã brasileira, a Irmã Maria Ludmilla do Prado, assumiu a direção e, em um momento delicado para a Congregação, favoreceu o engajamento de mais Irmãs. Neste ínterim, em 1968, o Governo Geral da Congregação comunicou ao Governo Provincial do Brasil o desligamento, tornando-o independente e dando às missionárias alemãs a prerrogativa de retornarem à Alemanha caso desejassem Segundo Azzi (2005),

A declaração de que a Província Brasileira estava separada da Ordem Terceira Seráfica da Alemanha provocou um período de crise entre as religiosas. As divergências entre as superiores de Au, desejosas em frear a renovação da vida consagrada iniciada no Brasil, diversas das quais optaram pela secularização. Não obstante no grupo mais expressivo, composto de mais de cem religiosas, aderiu ao projeto renovados, decidindo pela fundação de um novo instituto feminino, que assumiu o nome de Congregação das Irmãs Franciscanas da Ação Pastoral. (AZZI, 2005, p. 261).

Durante toda a sua trajetória, a Congregação e as missionárias enfrentaram várias adversidades desde sua chegada em terras brasileiras. No entanto, vale ponderar que, principalmente em Goiás, as missionárias foram reconhecidas como as pioneiras na instrução e educação das jovens goianas, assumindo a responsabilidade pela formação intelectual, social e cultural dessas jovens. Elas aplicaram uma educação que priorizava o carisma e o contexto social local da época. Esse adjetivo comprova o protagonismo dessas missionárias, que não se limitaram à educação formal, mas também incorporaram em sua empreitada o fortalecimento de suas crenças e práticas religiosas católicas, tais como:

o ensino do catecismo, na preparação do povo para a recepção dos sacramentos, na formação das pastorais e movimentos, na confecção das

alfaias sagradas usadas nas missas, na ornamentação da igreja para as festas e celebrações e na coordenação do canto coral da paróquia de Nossa Senhora da Conceição. (SILVA, 2017, p. 127).

É importante ressaltar que a Congregação e as Irmãs tiveram êxito em seu objetivo de implementar uma instituição de ensino em Goiás e para a sociedade goiana e adjacências, como o Colégio Santa Clara, que se tornou referência ao longo do tempo. O Colégio foi considerado o maior centro de ensino, cultura e apostolado da época, contribuindo expressivamente para o desenvolvimento do estado de Goiás, atuando como força motriz na mudança da capital do estado da cidade de Goiás Velho para Goiânia.

### 1.3 O Colégio Santa Clara

A chegada das Irmãs Franciscanas e a criação do Colégio Santa Clara foram percebidas como expressões de esperança e de desenvolvimento para a sociedade goiana. Desde o princípio, as Irmãs buscaram alinhar e respeitar o ensino regular normatizado pelo Estado, dando ênfase a um ensino tradicionalista embasado nos costumes e cultura local da época. No entanto, o foco no desenvolvimento da instrução foi inicialmente voltado para meninas e valores cristãos do catolicismo e franciscanos, que se faziam presentes e dialogavam entre si com a instrução, ou seja, coabitavam-se.

Tomada pelos motivos e pontos de vista da fé católica intrínsecos à Ordem, Menezes (1976) expõe que

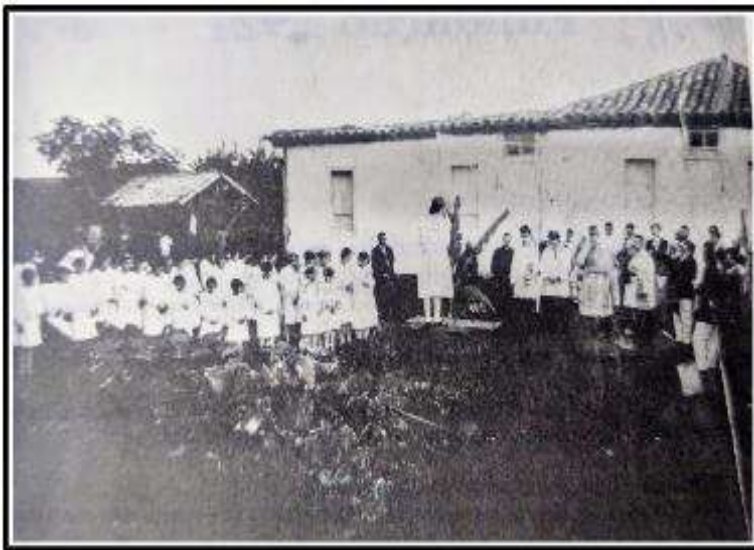
se toda Ordem religiosa não se destina a si mesma, mas se coloca à disposição da Igreja para, desta ou daquela forma, levar o nome de Cristo aos homens, a Ordem das Irmãs Franciscanas de Dillingen respondeu, também, ao apelo da Igreja que a convidava ao trabalho em Goiás. Foi, pois, o espírito missionário, valendo-se da educação e da catequese em nosso estado que as Irmãs Franciscanas, deixaram sua terra natal para virem até nós, fundando o Colégio Santa Clara. (MENEZES, 1976, p. 23).

Dessa forma, é possível compreender que o Colégio Santa Clara e muitos outros colégios confessionais católicos implementados na época foram fundados e estabelecidos a partir do desejo da Igreja de superar a crise e de difundir o cristianismo tradicionalista para além da Europa. Além disso, atendendo às necessidades locais e ao processo histórico em que se encontrava a Igreja, o “Santa Clara surgia da pobreza

franciscana, para espargir as luzes da fé e da cultura no Estado de Goiás” (MENEZES, 1981, p. 81).

A localização do Colégio, desde a fundação, foi aos pés da matriz, no Bairro de Campinas. Segundo Menezes (1981), o colégio começou a desenvolver suas atividades preliminares em 1921, em uma pequena casa onde os redentoristas davam as bênçãos e celebravam missas, como pode ser observado na Figura 10.

**Figura 10** – Casa modesta do início do Colégio Santa Clara em 1921, missa e bênção realizada pelos redentoristas



No quintal da casa eram proferidas missas que em determinada situação, uma das alunas se posiciona em cima de uma espécie de tábua ou giral, substituindo um púlpito.

Fonte: (MENEZES, 1981, p. 241).

Azzi (2005) apresenta apontamentos de que, desde a concepção do Colégio Santa Clara, foi considerada a criação de uma instituição que recebesse alunas em regime de internato, com o objetivo de promover a convivência entre as estudantes e ultrapassar as fronteiras do ensino. Em dezembro de 1921, as Irmãs, após reunirem recursos, empenharam-no na construção de um anexo à casa doada pela prefeitura a fim de dar início ao funcionamento do Colégio Santa Clara, com a infraestrutura mínima necessária para receber internas.

Oficialmente fundado em 1º de janeiro de 1922, o Colégio Santa Clara iniciou suas atividades em regime de externato e internato, atendendo inicialmente apenas meninas com aulas para turmas primárias e, posteriormente, para turmas secundárias. O início do ano letivo ocorreu em meio a festividades no dia 9 de janeiro do mesmo ano. Na ocasião, foi celebrada uma missa pelo padre redentorista João Batista Kiemeier, com a presença de pessoas importantes da alta sociedade de Campinas e região.

No início das atividades, houve um total de quatorze alunas matriculadas, provenientes de Campinas e região, das quais duas ingressaram em regime de internato (AZZI, 2005; MENEZES, 1981; SILVA, 2017). As aulas eram ministradas pelas Irmãs, que seguiam uma rotina rigorosa a fim de cumprir com todas as atividades programadas, que incluíam: aulas regulares; educação religiosa; aulas de música, aprendendo a tocar instrumentos, como piano; aulas de canto para formação de coral, incluindo artes plásticas, bordados, pinturas, etc. (MENEZES, 1981). As atividades letivas e religiosas continuaram a serem ministradas pelas irmãs “desbravadoras” sob a aprovação e o olhar da sociedade tradicional goiana. No entanto, como o progresso intramuros do Colégio Santa Clara era uma meta, a infraestrutura foi ampliada para atender às necessidades das irmãs, da diocese e da sociedade local e regional.

Segundo Menezes (1981) e Azzi (2005), a instituição se tornou símbolo de “expressão social” em Campinas, posteriormente em Goiânia e região. Durante o período de 1922 a 1930, as alunas internas e externas seguiam um rigoroso cronograma, dando importância aos compromissos e responsabilidades.

Menezes (1981) detalha a rotina das alunas nesta primeira fase. No período matutino, às 05h30min, elas se levantavam e se vestiam em silêncio, seguindo em fila para a missa às 06h na igreja matriz, que ficava no largo em frente ao colégio. Depois da missa, tomavam café da manhã em silêncio, às 07h45min iam em fila para a sala de estudo, onde se sentavam em dupla. As duplas eram separadas em decorrência da situação de cada: internato com internato e externato com externato, permanecendo ali até às 09h30min. Em seguida, iam para o recreio, onde externas e internas ficavam em pátios distintos, pois não podiam se comunicar. Elas retornavam para as aulas às 10h. Às 11h30min as aulas acabavam. Após isto, elas iam em fila para o almoço, realizado após oração, sentando-se sempre nos mesmos lugares, os quais eram numerados e controlados pelas irmãs vigilantes.

No período vespertino e noturno, a rotina árdua continuava dividida entre atividades estudantis e religiosas, incluindo outro pequeno recreio, com os mesmos *modus operandi* do primeiro. Às 13h, iniciavam-se as aulas vespertinas e às 14h30min, após outro lanche leve, iniciavam-se os “estudos e aulas particulares: de piano, violino, harmônio, pintura, modelagem, flores, trabalhos manuais e escritas góticas” (MENEZES, 1981, p. 113).

Ainda segundo Menezes (1981) e Azzi (2005), às 16h as alunas se encaminhavam para o banho, que era rápido, silencioso e sob vigilância. Caso demorassem, as Irmãs batiam à porta. Às 17h30min, o jantar era servido seguindo as mesmas normas do almoço, seguido de um passeio pelo campo, no qual todas usavam sapatos especiais, as botinhas. Ao retornarem do passeio, em fila no pátio, rezavam o terço. Às 19h, ainda sob vigilância, dirigiam-se para a sala de estudo. Às 20h30min, era servido o chá com pão alemão, feito pelas irmãs, e às 20h45min elas seguiam para a capela para realizar sua oração da noite, incluindo o “exame de consciência”, frequentemente incentivado pelas Irmãs.

Neste sentido, sistematizamos uma síntese em um quadro disposto no Apêndice A, que foi organizado com base nas fases apontadas pela Irmã Áurea, categorizando-as em: regime, horários, visitas, ordem, refeições e recreações, uniformes, vaidades femininas, controle de frequência, docentes e as pelas irmãs.

## **CAPÍTULO 2: A CULTURA ESCOLAR CATÓLICA INSCRITA NO COLÉGIO SANTA CLARA DE CAMPINAS - CONTEXTUALIZAÇÃO E PESQUISAS PRODUZIDAS SOBRE A INSTITUIÇÃO**

O Colégio Santa Clara de Campinas, uma instituição confessional católica, é objeto de estudo desta pesquisa que enfatiza a cultura escolar inscrita no espaço e tempo da instituição. Para tal, os descritores “Instituição” e “Cultura Escolar” foram utilizados como definidores para orientar a busca de fontes no acervo escolar e interpretar os aspectos e variáveis registrados nos documentos consultados.

A contextualização se inicia com a narrativa histórica da instalação da escola, que ocorreu na segunda década do século XIX com a chegada de uma ordem religiosa feminina em Goiás. Estudos realizados e aspectos relacionados às finalidades da expansão católica no Centro-Oeste são igualmente considerados. Em 1977, a Irmã Áurea Cordeiro Menezes, da Congregação das Irmãs Franciscanas, defendeu sua dissertação de mestrado intitulada “O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás”. Em 1981, sua dissertação foi publicada em forma de livro, lançado em comemoração ao jubileu de 60 anos do Colégio.

A autora, historiadora, desenvolveu sua pesquisa com um olhar íntimo à instituição, por fazer parte da congregação mantenedora da instituição. Assim, Menezes (1981) dividiu sua pesquisa em três fases, considerando aspectos importantes tanto do contexto histórico-social da época quanto de suas próprias impressões que influenciaram sua vida. Embora a obra de Irmã Menezes (1981) seja considerada uma referência significativa na construção da historiografia da educação do Estado de Goiás, o estudo aqui desenvolvido se concentra sobre diferentes aspectos inerentes à cultura escolar presente no Colégio Santa Clara.

Ao abordar a cultura escolar, somos remetidos ao conceito amplo e antropológico do que é cultura. A definição genérica de cultura no dicionário online Michaelis (2021, s./p.) é: um “conjunto de conhecimentos, costumes, crenças, padrões de comportamento, adquiridos e transmitidos socialmente, que caracterizam um grupo social”. No sentido antropológico, Laraia (2009), em sua obra *Cultura, Um conceito antropológico*, explora o conceito de cultura, apresentando diversos autores e contextos, observando a evolução e a conceituação do termo semanticamente significativo na sociedade de sua época. Ele conclui que o homem é o único ser possuidor de cultura, ponderando que:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade. (LARAIA, 2009, p. 45).

Ao se distanciar da amplitude do conceito e restringi-lo ao campo da história da educação, mais especificamente da cultura escolar, somos convocados a retomar imediatamente o olhar para o alcance do conceito genérico e suas conexões com a escola e com a educação, como ratifica Forquin (1993),

[...] cultura é o conteúdo substancial da educação, sua fonte e sua justificação última: a educação não é nada fora da cultura e sem ela. Mas, reciprocamente, dir-se-á que é pela e na educação, através do trabalho paciente e continuamente recomeçado de uma “tradição docente” que a cultura se transmite e se perpetua: a educação “realiza” a cultura como memória viva, reativação incessante e sempre ameaçada, fio precário e promessa necessária de continuidade humana. (FORQUIN, 1993, p. 14).

Ao mesmo tempo, Silva (2006, p. 204), utilizando outras palavras, sintetiza que “a cultura perpassa todas as ações do cotidiano escolar, seja na influência sobre os seus ritos ou sobre a sua linguagem, seja na determinação das suas formas de organização e de gestão, seja na constituição dos sistemas curriculares”. Dessa forma, a cultura escolar, mesmo estando localizada em um âmbito restrito (nas instituições de ensino), não pode ser dissociada do sentido antropológico de cultura, sugerido por Laraia (2009).

O sentido de cultura, bem como de cultura escolar, tem como insumo principal os atores envolvidos, “o homem”, sem os quais não haveria insumos ou formação da cultura escolar que, *a posteriori*, resultaria em investigações e análises. De acordo com Silva (2006, p. 204), “a função da cultura escolar não seria promover uma incorporação de valores outros que não os objetivos escolares, ou mesmo de servir de ferramentas para a inculcação de valores. Pelo menos não são apenas essas as resultantes promovidas pela cultura escolar”.

Sobre o conceito e entendimento de cultura escolar, Frago (2000) e Júlia (2001) concordam que cultura escolar é:

Modos de fazer e de pensar – mentalidades, atitudes, rituais, mitos, discursos, ações – amplamente compartilhados, assumidos, não postos em questão e interiorizados, servem a uns e a outros para desempenhar suas tarefas diárias, entender o mundo acadêmico-educativo e fazer frente tanto às mudanças ou reformas como às exigências de outros membros da

instituição, de outros grupos e, em especial, dos reformadores, gestores e inspetores. (FRAGO, 2002, p. 100).

Julia (2001, p. 10) expressa que a cultura escolar consiste em “[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas [...]”. Ao aprofundarmos nessas leituras, compreendemos que a cultura escolar possui algumas dimensões distintas, especialmente em relação aos aspectos em que ela ocorre, de forma heterogênea, de uma instituição de ensino para outra, embora haja similaridade entre elas. Em outras palavras, cada instituição de ensino é única em sua construção da cultura escolar. Valendo ressaltar o ponto de vista de Forquin (1993), que afirma:

Educação não transmite jamais a cultura, considerada como um patrimônio simbólico unitário e imperiosamente coerente. Nem sequer diremos que ela transmite fielmente uma cultura ou culturas (no sentido dos etnólogos e dos sociólogos): ela transmite, no máximo, algo da cultura, elementos de cultura, entre os quais não há forçosamente homogeneidade, que podem provir de fontes diversas, ser de épocas diferentes, obedecer a princípios de produção e lógicas de desenvolvimentos heterogêneos e não recorrer aos mesmos procedimentos de legitimação [...]. (FORQUIN, 1993, p. 15).

De acordo com Barroso (2012), a distinção das dimensões da cultura escolar, sob o aspecto sociológico, é realizada sob três perspectivas: funcionalista, estruturalista e interacionista. Como podemos ver a seguir:

**funcionalista**, a “cultura escolar” é a Cultura (no seu sentido mais geral) que é veiculada através da escola. A instituição educativa é vista como um simples transmissor de uma Cultura que é definida e produzida exteriormente e que se traduz nos princípios, finalidades e normas que o poder político (social, econômico, religioso) determina como constituindo o substrato do processo educativo e da aculturação das crianças e dos jovens. Numa perspectiva **estruturalista**, a “cultura escolar” é a cultura produzida pela forma escolar de educação, principalmente através da modelização das suas formas e estruturas, seja o plano de estudos, as disciplinas, o modo de organização pedagógica, os meios auxiliares de ensino, etc. Finalmente, numa perspectiva **interacionista**, a “cultura escolar” é a cultura organizacional da escola. Neste caso, não falamos da Escola enquanto instituição global, mas sim de cada escola em particular. O que está em causa nesta abordagem é a “cultura” produzida pelos atores organizacionais. Nas relações uns com os outros, nas relações com o espaço e nas relações com os saberes. (BARROSO, 2012, p. 02, grifo nosso).

Nessa acepção, a presente pesquisa adota a perspectiva interacionista como foco e recorte do estudo, por se direcionar ao objeto da cultura escolar católica presente nas inscrições e prescrições conservadas no acervo escolar. No entanto, as demais dimensões (funcionalista e estruturalista) não são dissociadas, uma vez que

estabelecem o diálogo da cultura escolar em um contexto de relações entre a instituição e a sociedade goiana, bem como com os propósitos do projeto formativo.

Estas aproximações conceituais foram relevantes para a elaboração desta pesquisa. Durante a revisão bibliográfica, foram aprofundados os sentidos, articulações e entrelaçamentos dos conceitos aos objetivos da investigação. Foram destacados aspectos relacionados à cultura escolar católica com base nas leituras realizadas por historiadores da igreja e pesquisas produzidas sobre o tema, buscando ampliar os desdobramentos da problemática da pesquisa.

No entanto, é importante destacar que a autora não delimitou a pesquisa em relação aos outros autores que abordam sobre a conceituação de cultura escolar e o campo teórico de cada um deles, como Julia, Frago e Forquin. Apesar de oferecerem diferentes perspectivas, suas abordagens guardam similaridades, diálogos e concordâncias em relação aos seus atores e insumos, como valores, crenças, normas e práticas.

Sobretudo, essas características devem ser compartilhadas, transmitidas e comunicadas levando em consideração suas materialidades e simbologias, obtidas por meio de fontes documentais ou pelos atores de uma comunidade escolar. Essa comunidade não se limita ao espaço escolar, pois se estende a outros atores sociais fora da instituição. A formação de uma cultura escolar visa estabelecer as singularidades de cada instituição em determinado espaço e tempo, seja no cotidiano escolar, seja na sociedade em geral. A transmissão de conhecimentos e comportamentos é inerente a cada instituição e geralmente é transmitida para gerações subsequentes.

## **2.1 Educação católica: pesquisas no campo das instituições escolares em Goiás**

Com o intuito de aprofundar o conhecimento acerca do campo de pesquisa e, sobretudo, investir na localização do que tem sido produzido sobre instituições escolares católicas em Goiás, dedicamos esta seção ao levantamento de estudos e pesquisas realizadas em diferentes espaços. Como corrobora Almeida Barros (2010),

A revisão de obras sobre a constituição e a trajetória da Igreja Católica na América Latina no século XX e no Brasil, a busca de estudos que abordam o papel e a função das ordens religiosas missionárias no Brasil, é devedora de dados sobre Goiás. Diferentes obras consultadas mostraram que em particular no que se refere à atuação e à presença das ordens religiosas, bem

como do empreendimento educacional católico ocultaram dados e produções específicos em relação a Goiás. Em particular autores como Azzi & Klaus (2008) e Rower (1947), ao tratar as ordens missionárias no Brasil focalizaram seus estudos em outros estados do Centro-Oeste e deixaram uma lacuna quanto aos estudos realizados em Goiás ou sobre Goiás, um verdadeiro vazio acadêmico. As ausências e os silenciamentos sobre a presença da igreja em Goiás, bem como de estudos e pesquisas sobre a atuação das ordens e institutos religiosos foram surpreendentes e intrigantes. (ALMEIDA BARROS, 2010, p. 37).

No que se refere às instituições confessionais em Goiás, é esperado que os pesquisadores contribuam mais para a historiografia das Instituições escolares confessionais de Goiás, especialmente no campo da história da educação, permitindo assim, o preenchimento de lacunas da história da educação do estado.

Especificamente em relação ao Colégio Santa Clara, um estudo intitulado “História da Educação em Goiás: estado da arte” realizado em 2012 pelas docentes da UFG Diane Valdez e Valdeniza Maria Lopes da Barra, destaca a obra da Irmã Áurea como uma importante contribuição, sublinhando o recorte documental realizado para o momento.

Os documentos encontrados nos arquivos do próprio colégio, como atas, livros de matrícula, notas e outros, serviram como referência para esse estudo. Menezes recorreu também a recortes de jornais, sobretudo da época da fundação de Goiânia, a boletins e materiais religiosos, a ofícios, a anuários estatísticos (IBGE), a crônicas de viagens e a uma série de entrevistas realizadas com as Irmãs Franciscanas, as quais incluem as fundadoras do colégio, ex-alunas, pais de alunas e padres da mesma ordem religiosa [...]. (VALDEZ; BARRA, 2012, p. 112).

Para as autoras, a obra, “além de apresentar inúmeros autores do meio religioso, trata-se de uma obra relevante pela documentação que ela apresenta a respeito de instituições escolares religiosas” (VALDEZ; BARRA, 2012, p. 112). Porém, é possível compreender que, apesar da abrangência da obra, Irmã Áurea relacionou aspectos históricos político-sociais do período abordado à educação e à relevância das instituições de ensino para a sociedade. Ainda assim, é provável que haja contribuições a serem “descortinadas” em relação à história da educação e educação em geral.

Em 2018, outra pesquisa resultou na dissertação de mestrado de Germano Henrique Lopes (2018), com o título “Uma trajetória coral do Colégio Santa Clara (Goiânia-GO) com base na análise e performance de obras selecionadas de seu acervo musical”, que também investigou a instituição, focando a área da música. A produção foi organizada em duas partes: “Parte A – Produção Artística”, que engloba

avaliações tecnicistas no âmbito da música; e a “Parte B – Artigo expandido”, composta por quatro capítulos. No capítulo dois, o autor apresenta expressamente a contextualização histórica da obra, com um subtítulo “As irmãs franciscanas da ação pastoral e o Colégio Santa Clara”.

De acordo com Lopes (2018, p. 38), o surgimento das Irmãs franciscanas da Terceira Ordem Seráfica e sua chegada em Goiás em 1921 para fundar o Colégio Santa Clara “se confunde com a história de Goiânia e de Goiás”.

Contudo, a temática da educação católica em Goiás será aprofundada através da apresentação de dados na seção 2.4.1, que aborda o “Mapeamentos de pesquisas produzidas sobre o objeto (Colégio Santa Clara de Campinas)”. Este mapeamento poder ser verificado no Quadro 3, que traz mapeamentos das fontes e registros acadêmicos referentes ao Colégio Santa Clara.

## **2.2 As ordens e congregações religiosas como difusoras da cultura escolar católica**

No Brasil, as congregações e ordens religiosas e sua difusão no âmbito da educação têm seu início alinhavado aos objetivos do seu colonizador por meio do trabalho dos padres jesuítas da Companhia de Jesus. Portugal, que inicialmente objetivava desbravar novas terras através de expedições exploradoras, buscava a expansão do seu reino por meio do aproveitamento de suas riquezas para fins comerciais, com o apoio do Papado, sendo considerada,

produto de interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé. (RAYMUNDO, 1998, p. 43 *apud* SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008, p. 171).

Ao longo dos 520 anos de existência histórica do Brasil, as marcas da colonização, tanto civil quanto religiosa, deixaram traços predominantes na cultura, nos costumes, nos modos de organização da vida social, assim como nos direcionamentos da educação. A relação institucional entre o estado e a Igreja Católica coexistiu por diferentes épocas, espaços e tempos, e mesmo com o fim do padroado na mudança de regime do Império para a República, esta relação não foi totalmente rompida. Essa relação promoveu o investimento em diferentes estratégias

na reconfiguração das relações de poder e campo de atuação no espaço institucionalizado.

Assim como o Estado investiu na colonização de regiões povoadas com baixa densidade demográfica no interior do país por meio de projeto e programas, a Igreja Católica também atuou, ao longo do Século XX, para ampliar a sua presença institucional através da criação de paróquias, dioceses e prelazias. Para atrair ordens e congregações religiosas e ocupar diferentes estados e regiões do país, houve o consentimento da sociedade e das lideranças políticas, inclusive com subsídios destinados a investimentos em escolas primárias e secundárias.

A revisão de pesquisas e estudos realizados acerca da influência da Igreja Católica, principalmente por meio de estratégias direcionadas para a educação, é fundamental para situar a densidade da cultura escolar católica como horizonte e projeto de restauração da igreja em Goiás. Compreender a configuração institucional e os objetivos da presença e atuação das ordens religiosas no cenário da educação goiana é um diálogo relevante com o objeto de pesquisa, que busca situar o Colégio Santa Clara nesse contexto. É importante considerar sua longa existência enquanto instituição, provavelmente caracterizada por traços significativos da cultura escolar católica inscrita e prescrita nos projetos e ações preconizados.

### **2.3 Contextualização do campo de pesquisa sobre instituições escolares e cultura escolar católica em Goiás**

De maneira fundamental, a produção de conhecimento relacionada à educação e sua historiografia, embora relevantes para área e para o registro da memória coletiva e individual da sociedade contemporânea, por muito tempo foram considerados desafiadores, apesar dos métodos utilizados ao longo de sua evolução. No entanto, momentaneamente, não é necessário aprofundarmo-nos em ambas as situações. É relevante destacar, por ora, a pertinência do estudo de instituições escolares e o diálogo com a história da educação.

As pesquisas historiográficas sobre instituições escolares foram ampliadas a partir do final do século XIX. Dentre as mais variadas explicações que justificam este fator, Gatti Júnior e Vale Gatti (2015) ponderam que as pesquisas que buscam investigar a origem da pesquisa em história da educação no país evoluíram de um número restrito para um significativo volume de pesquisas dedicadas a se desdobrar

sobre a história das instituições escolares. A possível causa dessa evolução tem origem na década de 90, motivada pela ampliação de ambas as conjecturas: das pós-graduações *stricto sensu* em educação e das linhas de pesquisas direcionadas para a história da educação do Brasil.

Para esta pesquisa, incluem-se outros dois fatores que dialogam com suas características: o primeiro é amplo e abrangente e diz respeito principalmente às motivações por trás do “fazer” da história da educação, enfatizando a importância das investigações, estudo e historiografia da educação. Como aponta Aranha (1989, p. 12), “[...] é compreendendo o passado que podemos dar sentido ao presente e elaborar o futuro”. O segundo fator é mais concentrado, relacionado à singularidade de cada instituição educativa e sua contribuição para a disciplina.

Através deste excerto, entendemos a educação como objeto de estudo histórico e, conseqüentemente, de composição de significados e representações, acessando registros e memórias institucionais, o que faz ser essencial a proposição de pesquisas na área. Assim, Magalhães (1998) aprofunda de maneira precisa e prática que:

Em matéria de educação, o estudo do passado pode visar à descrição, a legitimação histórica e manutenção do status quo, como pode constituir o ponto de partida para a inovação do conhecimento científico e dos métodos e processos de ensino [...]. A abordagem historiográfica revela-se das mais fecundas quando se intenta a explicação da complexidade educacional [...] e constitui um saber-fazer investigativo e discursivo que se ajusta à complexidade da ação e da racionalidade educativas. (MAGALHÃES, 1998, p. 14-15).

Sanfelice (2006, p. 22) dedica-se a indagar e a responder pontualmente sobre o “por que fazer a história de uma instituição escolar?”. O autor considera alguns pontos relevantes, tais como as distinções entre as categorias de escolas (públicas e privadas), os níveis de ensino que estas instituições oferecem (educação infantil, pré-escola, fundamental, ensino médio e superior) e as modalidades (“escolas técnicas ou as escolas de ensino de línguas, os CELs da rede pública”). Ele conclui que:

[...] **d)** As instituições escolares têm também uma origem quase sempre muito peculiar. Os motivos pelos quais uma unidade escolar passa a existir são os mais diferenciados. Às vezes a unidade escolar surge como uma decorrência da política educacional em prática. Mas nem sempre. Em outras situações a unidade escolar somente se viabiliza pela conquista de movimentos sociais mobilizados, ou pela iniciativa de grupos confeccionais ou de empresários. A origem de cada instituição escolar, quando decifrada, costuma nos oferecer várias surpresas. **e)** As instituições escolares são ainda muito distintas entre si porque são freqüentadas por públicos bastante desiguais. Não somente quando esta diferença é a da idade cronológica dos alunos, como, por

exemplo, os alunos da educação infantil ou os alunos do ensino superior. Há também a diferença em suas procedências espaciais ou sócioeconômicas. São alunos de um determinado bairro, de uma determinada região e alunos que, em cada instituição, pertencem em sua maioria a uma mesma classe social. **f)** O público de uma instituição escolar traz para dentro dela uma certa cultura e um conjunto de valores que podem estar muito próximos ou muito distantes da cultura escolar oficial. Isto faz com que os desafios pedagógicos de cada instituição sejam únicos, o que interfere profundamente no projeto pedagógico de cada unidade escolar. **g)** As políticas educacionais oficiais também não entram nas unidades escolares da mesma maneira. Há múltiplos entendimentos a respeito delas. Há diferentes acomodações ou formas de resistências para cumpri-las. Quando elas se materializam no cotidiano escolar, essa materialização é ímpar. (SANFELICE, 2006, p. 23, grifo nosso).

As pesquisas que abrangem a investigação histórica da cultura escolar podem revelar diversas características, tais como as intrínsecas e extrínsecas. No que diz respeito às características intrínsecas, é possível investigar as peculiaridades do currículo, disciplina, atividades extracurriculares, avaliações, entre outros aspectos. Já no que se refere às características extrínsecas, é possível analisar as organizações socioculturais do período em que as instituições de ensino estão inseridas, independentemente das demandas internas dessas instituições, como gênero, etnia, classe social e as formas como o processo de ensino-aprendizagem é construído.

Frago e Escolano (1998) enfatizam que existem outros elementos primordiais na cultura escolar de instituições de ensino que podem ser investigados por meio de pesquisas históricas.

Em resumo, a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende. (FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 45).

É importante salientar a crescente necessidade de estudos investigativos e analíticos sobre as histórias das instituições e culturas escolares, pois, apesar da abundância de bibliografias sobre o assunto, é evidente que esta é uma fonte difícil de ser esgotada. Cada instituição escolar possui singularidades em suas culturas escolares, apesar das similaridades existentes entre elas. Frago (2001), ao tratar sobre a cultura escolar, corrobora com essa perspectiva.

em síntese, algo que permanece e que dura; algo que as sucessivas reformas não alcançam, senão superficialmente, sobrevivendo a elas, constituindo [...] Um sedimento configurado por camadas superpostas que, ao modo arqueológico, é possível desenterrar e separar. (FRAGO, 2001, p. 29).

Do ponto de vista do pesquisador/investigador, é importante considerar o trecho acima citado, uma vez que o pesquisador, “bebendo da mesma fonte” que outros, será capaz de analisar e interpretar de maneira análoga. Contudo, esse processo não é isento dos aspectos sociais, políticos e econômicos nos quais a instituição está inserida, nem tampouco imune às impressões de cada pesquisador. Assim, a análise detalhada da identidade histórica de uma escola “no sentido de interpretar-lhes os sentidos em seus diferentes aspectos, é passível de construir sobre ela leituras ainda não efetivadas, desvelar-lhe facetas e sentido antes não alcançados (NOGUEIRA, 2012, p. 73).

#### **2.4 A construção do referencial teórico metodológico e instrumentos da pesquisa**

O levantamento das referências com a finalidade de construir a fundamentação conceitual do objeto de pesquisa relacionado à história da educação e à cultura escolar católica é necessário para ampliar a compreensão acerca do conceito de cultura escolar, assim como para conhecer o que se tem produzido em Goiás sobre instituições escolares e educação católica. Nesse processo, foram identificados autores relevantes apresentados perante a seguinte descrição:

- a) No que diz respeito à definição das pesquisas no campo da historiografia da educação, com foco nas instituições escolares, encontramos autores relevantes como Diane Valdez e Valdeniza Barra (2012), Fátima Maria Neves (2009), Maria Lúcia de Arruda Aranha (1989), José Luiz Sanfelice (2006), Décio Gatti Júnior e Eurize Caldas Pessanha (2005) e Décio Gatti Júnior e Giseli Cristina do Vale Gatti (2015). Assim, se faz importante destacar a relevância do estudo desses autores para pensar as instituições escolares e a necessidade de diálogo com a História da Educação.
- b) No que concerne ao respaldo conceitual da Cultura Escolar, enfatizando a concepção de cultura escolar e as possibilidades de interpretação, singularidades e especificidades, encontramos autores como Dominique Júlia (2001), Justino Pereira de Magalhães (1998; 2004), Jean-Claude Forquin (1993), Antonio Viñao Frago e Augustin Escolano (1998) e Antonio Viñao Frago (1995; 2000; 2001). Esses autores colocam a importância de olhar para dentro das instituições e analisar o modo como se organiza, prescreve e instrui o projeto formativo.
- c) No domínio da cultura escolar católica, aborda-se o projeto formativo, que é marcado por um ideal, princípios, valores, normas, regras e prescrições, que identificam as singularidades da instituição confessional católica. Entre os autores que tratam do assunto, temos: Riolando Azzi e Klaus Van Der Grijp

(2008), Evelyn de Almeida Orlando e Paola Leonardi (2017), Ernesto Seidl (2014) e Agueda Bernardete Bittencourt (2017).

d) Realizamos um mapeamento de pesquisas que dialogam com o tema e objeto em questão, buscando possíveis articulações e aproximações com o conhecimento produzido. Destaca-se, nas pesquisas sobre instituições católicas em Goiás, o trabalho de Áurea Cordeiro Menezes (1976; 1981) e Ana Maria Gonçalves (2017), além da realização do mapeamento da produção de teses, dissertações e artigos vinculados aos Programas de Pós-Graduação.

e) Na construção da metodologia, definição de documentos e fontes para a pesquisa, podemos situar autores como Jacques Le Goff (1990), Carlo Ginzburg (1989), Michel de Certeau (1995) e Roger Chartier (1991).

Propomos, a princípio, as seguintes seções com interesse em desenvolver as temáticas de modo a atender aos objetivos aqui apresentados: Educação católica: pesquisas no campo das instituições escolares em Goiás; As ordens e congregações religiosas como difusoras da cultura escolar católica; Contextualização do campo de pesquisa sobre instituições escolares e cultura escolar católica em Goiás; A construção do referencial teórico-metodológico e instrumentos da pesquisa; Mapeamento das pesquisas produzidas sobre o objeto (Colégio Santa Clara de Campinas); Educação católica em Goiás e as fontes documentais do acervo do Colégio Santa Clara.

No que se refere à metodologia adotada para esta pesquisa, temos como perspectiva a análise pautada na interpretação dos discursos inscritos nas fontes oficiais conservadas no acervo escolar da instituição. Para o desenvolvimento da pesquisa, propomos realizar uma combinação de duas técnicas de pesquisas: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

Para Marconi e Lakatos (2011, p. 43-44), a pesquisa documental envolve “todos os materiais, ainda não elaborados, escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica”, enquanto a pesquisa bibliográfica “trata-se do levantamento de toda bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa, onde seu fim é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto [...]”. Em relação aos aspectos referentes ao contexto goiano e à inserção das ordens religiosas em atuação no campo da educação, utilizaremos estudos, pesquisas e dossiês publicados para situar a capilaridade e a inserção institucional da igreja como expressão do processo de restauração católica em Goiás.

No contexto da investigação da historiografia da cultura escolar de uma instituição de ensino como o Colégio Santa Clara e da produção de dados para delinear aspectos culturais da escola, foi necessário analisar cuidadosamente as fontes primárias, secundárias e terciárias, bem como dar atenção ao tratamento dado ao acervo escolar da instituição, tornando-se imprescindível o uso da sensibilidade quanto à semântica empregada nos termos encontrados nos documentos da época a fim de dimensionar os dados localizados no processo de investigação. Conforme Almeida Barros (2010, p. 78), inspirada em autores de referência, “os documentos, enquanto testemunho de uma história passada, não falam por si mesmo. [...] é necessária à intervenção consciente ou não do pesquisador na produção dos significados que moldam a interpretação [...]”.

Nesse sentido, as fontes consultadas no acervo escolar, para além dos propósitos e finalidades para os quais foram produzidos à época, ao serem tomadas para fins da pesquisa, são analisadas cuidadosamente seus discursos, entrelinhas e indícios, atribuindo-lhes sentidos articulados ao que se pretende com a investigação. Em relação aos procedimentos adotados pelo pesquisador, nas palavras de Neves (2009):

[...] possibilitam-nos a percepção de que um trabalho histórico se caracteriza não apenas pelas generalizações universais, mais próximas do campo da Filosofia, mas pela minúcia do pormenor concreto; pela investigação empírica e documental, pela preocupação em relacionar a ordem de permanência e a ordem da transformação, observando sempre o reconhecimento dos diferentes ritmos e tempos históricos[...]. (NEVES, 2009, p. 26).

Consideramos que pesquisar tal objeto é plausível no que se refere ao registro da história em si. Sob o olhar da autora proponente da presente pesquisa, é igualmente relevante para a produção científica da área, uma vez que a produção dos dados pode retratar singularmente a construção e as contribuições sociais e culturais do Colégio Santa Clara para a história da educação brasileira. Portanto, “instituições portadoras de acervos (arquivos, bibliotecas, centros e documentação) estão no centro mesmo da constituição e redefinição do campo da história da educação” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 35).

#### 2.4.1 Mapeamento das pesquisas produzidas sobre o Colégio Santa Clara de Campinas e sobre a educação católica em Goiás

O mapeamento de pesquisas acadêmicas tendo como objeto o Colégio Santa Clara de Goiânia constituiu um conjunto de subsídios de suma importância para nortear a presente pesquisa. Verifica-se que, apesar da escassez de bibliografias sobre o objeto em questão, as fontes são consistentes e direcionam o trabalho desenvolvido nesta pesquisa, o que pode ser confirmado no mapeamento das produções apresentado no Quadro 1.

**Quadro 1** – Produções acadêmicas sobre o Colégio Santa Clara

<b>TIPO DE PESQUISA. ANO.</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR(A)</b>	<b>FOCO/ÊNFASE. REFERENCIAL. FONTES.</b>
Dissertação (1976) e livro (1981)	O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás	Irmã Áurea de Cordeiro Menezes	Propõe-se a estudar o ensino e a educação ministrado pelo Colégio Santa Clara e sua difusão no Estado de Goiás
Artigo (2012)	História da Educação em Goiás: estado da arte	Diane Valdez e Valdeniza Maria Lopes da Barra	Estado da arte da história da educação em Goiás
Dissertação (2018)	Uma trajetória coral do Colégio Santa Clara (Goiânia-GO) com base na análise e performance de obras selecionadas de seu acervo musical	Germano Henrique Pereira Lopes	coral/canto/acervo música
Dissertação (2019)	A construção e a transformação da paisagem de Campinas: de cidade a bairro de Goiânia	Rosângela Deolinda Ribas Lopes	Sobre arquitetura, mas contém um subtítulo sobre o Colégio: 1.3.1 O Colégio Santa Clara: hábitos e costumes transmitidos pela educação às famílias campineiras, influenciando na construção da paisagem, pg. 49. A obra contém muitas imagens do Colégio e de Campinas, além de documentos históricos
Livro	Colégio Santa Clara (19??)	Irmã Maria Nelly Amorim	Não encontrei o livro indexado em nenhum acervo, porém lembro que na minha visita a irmã me mostrou e falou sobre este outro livro
	Egressas (os) do Colégio Santa Clara que se destacaram na vida profissional	Maria Celeste Borges (Irmã); Rosina David Martins da Silva	

Fonte: Organizado pela autora a partir de consulta às referências.

A realização deste mapeamento é necessário para a compreensão dos caminhos percorridos pelos demais pesquisadores e do alcance de suas produções científicas. Esse levantamento permite a verificação do potencial e dos aspectos a serem abordados e desenvolvidos em futuras pesquisas. As informações inseridas no

Quadro 2 elencam os tipos de produções acadêmicas sobre o Colégio Santa Clara e a educação confessional.

**Quadro 2** – Produções acadêmicas sobre o Colégio Santa Clara e educação confessional

TIPO DE PESQUISA. ANO.	TÍTULO	AUTOR(A)	FOCO/ÊNFASE. REFERENCIAL. FONTES.
Mestrado (2001)	A ação educativa de Jesus: ensino para todas as gerações	Ivoni de Souza Fernandes	Ensino Católico
Doutorado (2010)	No altar e na sala de aula: vestígios da catequese e educação franciscanas no sudeste goiano (1944-1963)	Aparecida Maria Almeida Barros	Escolas Paroquiais Franciscanas
Mestrado (2011)	A espiritualidade que nasce da práxis libertadora de JESUS	Maria José Cardoso	Educação católica
Mestrado (2013)	História e memória do Ginásio Simon Bolívar em Corumbaba-GO (1956 a 1974)	Nelsimar José Naves	
Mestrado (2013)	O educandário Nossa Senhora Aparecida-Ipameri-GO (1936-1969)	Patrícia Rodrigues Luiz Peixoto	Escola Católica e Cultura Escolar
Mestrado (2013)	Carisma dominicano e o processo educativo no Colégio Externato São José	Sandra Barbosa Melo	Escola Católica
Mestrado (2015)	Memórias religiosas da infância e práticas educativas: o caso dos egressos do Educandário Nossa Senhora do Rosário	Silvana Custódio Pinheiro	Escola Católica
Mestrado (2016)	“Colégio das freiras”: educação feminina no curso normal no sul de Goiás (1939-1968)	Fabiana Aparecida de Andrade	Educação católica
Mestrado (2017)	“Ginásio de Morrinhos-GO” (1936-1971): instituição católica de ensino secundário	Rosilene Alves da Silva Sante	Educação católica
Mestrado (2017)	A docência em uma escola da Ordem Franciscana - Goiandira-Goiás (1960-1970): narrativas de professoras	Walkíria Vieira do Prado e Souza	Educação católica
Mestrado (2018)	Escola Paroquial “João XXIII” de Urutaí-GO (1960-2001)	Rafael Vasconcelos de Oliveira	Escola Católica e Cultura Escolar
Mestrado (2018)	Uma trajetória coral do Colégio Santa Clara (Goiânia-GO) com base na análise e performance de obras selecionadas de seu acervo musical	Germano Henrique Pereira Lopes	Escola católica

Fonte: Organizado pela autora a partir de consulta às referências.

Para o levantamento inicial das fontes sobre o objeto, foram realizadas buscas em base de dados bem como em repositórios institucionais, tais como no Google acadêmico, na *SciELO*, no *Worldcat* e na *BDTD*. Foram encontradas quatro produções acadêmicas que abordam o Colégio Santa Clara. Duas publicações tratam o objeto de forma “exclusiva”, e outras duas apresentam capítulos ou indicações sobre

a importância da instituição para a história do estado de Goiás e do país. É relevante apontar que essas pesquisas iniciais não esgotam a possibilidade de haver mais produções que não estão elencadas no quadro 2.

Em ambos os mapeamentos foram utilizadas as mesmas fontes de informação. A princípio, foi dada maior atenção às fontes localizadas na BDTD com o intuito de garantir a efetividade do mapeamento informacional. Primeiramente, foram selecionados os termos/palavras-chave que representavam da melhor forma possível o panorama esperado. Os termos escolhidos foram: ensino católico, educação católica, escola católica (ressaltando que onde continha o termo “católico”, este foi substituído pelo termo confessional e paroquial) e cultura escolar. Todas as buscas foram realizadas com a critério de produções realizadas em instituições escolares de Goiás ou Goiânia, indicadas no Quadro 2.

O detalhamento e a apropriação desse conjunto de pesquisas alinhadas ao interesse da investigação, bem como a inclusão de outras pesquisas produzidas, serão pormenorizados em etapa posterior, que levará em conta a pertinência e o potencial diálogo com a presente pesquisa.

No Quadro 3 apresentamos a síntese do levantamento realizado sobre o Colégio Santa Clara referente às informações documentais que respaldam a pesquisa, contemplando fatos e fontes sobre a instituição. Este quadro será utilizado na pesquisa para amparar as considerações e apontamentos futuros durante o desenvolvimento do estudo.

**Quadro 3** – Mapeamentos das fontes e registros levantados no Colégio Santa Clara

<b>TIPO DA FONTE</b>	<b>ACERVO/ LOCALIZAÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO</b>	<b>DESTAQUE OU OBSERVAÇÕES RELEVANTES</b>
Site	Colégio Santa Clara. Link: <a href="https://acervo.fe.ufg.br/index.php/colégio-santa-clara">https://acervo.fe.ufg.br/index.php/colégio-santa-clara</a>	Fotografia: de algumas juntamente com a freira	Imagem, ano 1968
Site/ reportagem	Reportagem O Popular. Link: <a href="https://especiais.opopular.com.br/museu-e-seu/memorial-santa-clara">https://especiais.opopular.com.br/museu-e-seu/memorial-santa-clara</a>	Reportagem: Recorte da história goiana, Memorial Santa Clara resgata a trajetória de missionárias alemãs que fundaram o Colégio em Campinas.	Contém imagem/fotografias e dados técnicos do memorial (data de inauguração)
Site da arquidioces e de Goiás	Nota de falecimento. Link: <a href="https://www.arquidiocesedeGOIANIA.org.br/comunicacao/noticias/279-nota-de-falecimento">https://www.arquidiocesedeGOIANIA.org.br/comunicacao/noticias/279-nota-de-falecimento</a>	Nota de falecimento da Irmã Áurea Cordeiro Menezes dia 21/11/2017	Contém imagem da Irmã Áurea
Site DM notícias	Especial para Opinião Pública sobre a vida de algumas irmãs do Colégio Santa Clara. Link: <a href="https://www.dm.jor.br/opiniaio/201">https://www.dm.jor.br/opiniaio/201</a>	Sobre a Irmã Maria Nelly Amorim (Adelaide Siqueira de Amorim) de 23/03/2015	Ela escreveu um livro sobre o Colégio Santa Clara, no qual em minhas pesquisas

	5/03/irma-maria-nelly-amorim-adelaide-siqueira-de-amorim/		só há exemplar localizado na instituição
Lei	Lei Ordinária nº. 1.530/1957. Link: <a href="https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/96582/lei1530826">https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/96582/lei1530826</a>	Concede auxílio ao Ginásio Santa Clara Associação Rural de Anápolis.	
Lei	Lei Ordinária nº. 826/1927. Link: <a href="https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/98473/lei-826">https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/98473/lei-826</a>	Equiparar à Escola Normal do Estado o colégio de Santa Clara, de Campinas.	

Fonte: Organizado pela autora a partir do manuseio das fontes.

O processo de pesquisa foi organizado em três etapas distintas, cuja ordem precisou ser redefinida em virtude das condições da pandemia e pelas restrições sanitárias. Na primeira etapa, privilegiou-se a localização de referências e a realização de leituras atreladas ao esboço teórico dos capítulos propostos. Na segunda etapa, acessamos o acervo escolar da instituição a partir de duas visitas a fim de localizar fontes e caracterizar e descrever os aspectos específicos da cultura escolar católica contidos nos documentos oficiais. Na terceira e última etapa, foi elaborado o relatório de qualificação, a escrita do texto da dissertação e realizada a defesa da pesquisa.

#### 2.4.2 Fontes documentais do acervo do Colégio Santa Clara de Campinas

Durante a fase inicial de elaboração do projeto, foi realizada uma visita à instituição no dia 20 de agosto de 2019. Na ocasião, fui recebida por Simone Martins, que ocupava o cargo de diretora adjunta da instituição. Durante a visita, a diretora demonstrou interesse e questionou sobre a proposta de pesquisa. Eu tive a oportunidade de conhecer a instituição e o acervo institucional que parecia estar eximamente organizado, guardado e conservado desde a criação da instituição em 1922. A Figura 11, registrada pela autora durante a visita em 2019, ilustra o momento.

**Figura 11** – Secretária do Colégio Santa Clara, armários com o acervo documental



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2019).

Segundo a diretora adjunta, todo o acervo documental referente às rotinas escolares encontrava-se naquelas gavetas. Ela ressaltou “que não se tratava de um arquivo morto e sim vivo”. Simone também me apresentou o museu da instituição, que preserva a memória institucional e recebe visitas guiadas à comunidade externa todas às terças-feiras. Essa condição permitiu que eu obtivesse mais ânimo e orgulho para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Como resultado dessa visita, recebi o consentimento verbal para acessar o acervo institucional para fins da pesquisa. Posteriormente, após consultar a diretora Adilaza, recebi a confirmação para acessar a instituição.

No entanto, no início das aulas das disciplinas e da minha pesquisa no programa, a conjuntura mundial mudou significativamente devido à pandemia da Covid-19. Como resultado, protocolos de biossegurança foram implementados, impedindo o acesso à instituição temporariamente durante o ano de 2020 e início de 2021. Ainda assim, a instituição manteve a intenção de permitir o acesso ao acervo documental do colégio. Entretanto, não havia uma data prevista para autorização de acesso, visto que o Colégio contava com colaboradores, corpo docente e as próprias irmãs que foram classificadas como grupo de risco.

Inicialmente, as expectativas foram grandes, visto que a pesquisa somente poderia ser concebida a partir dos dados e informações dispostos no acervo escolar do Colégio. Nesse sentido, para o desenvolvimento da pesquisa, as fontes deveriam

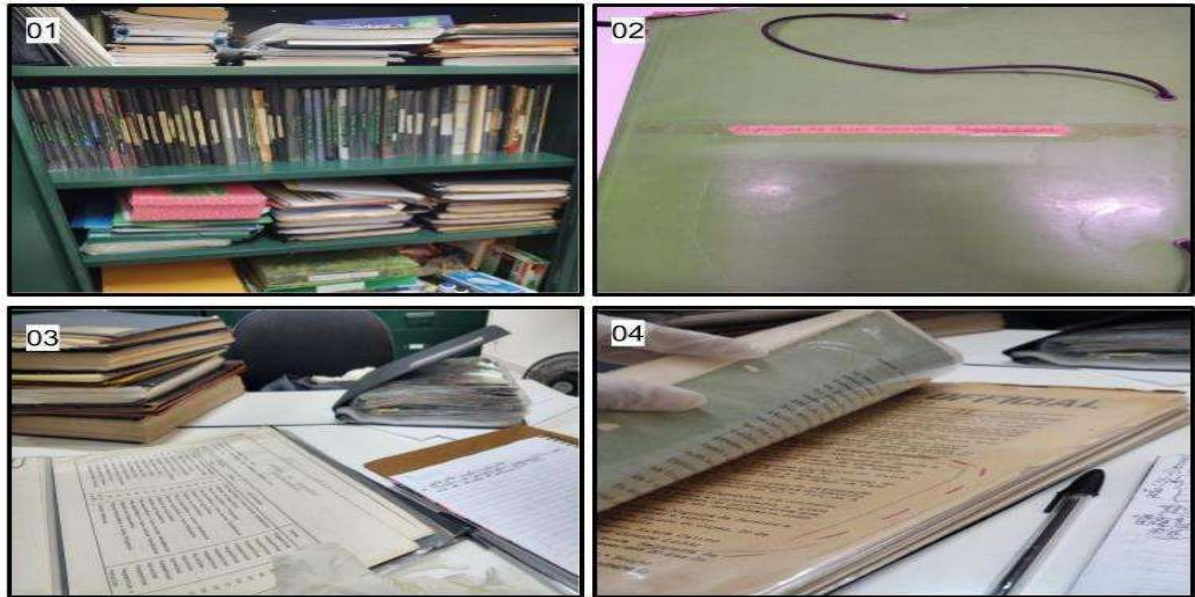
ser coletadas, catalogadas e analisadas, guiando a autora na busca de respostas à questão problema levantada.

Pelo exposto, reafirma-se a relevância e a dedicação para o desenvolvimento da presente pesquisa, considerando que foi lançado um novo olhar em uma perspectiva ainda não explorada. É provável que esta pesquisa possa preencher lacunas quanto à historiografia da educação goiana e brasileira, especialmente considerando a delimitação escolhida para a pesquisa, a cultura escolar.

No total, foram efetuadas duas visitas à instituição. A primeira ocorreu em 14 de maio de 2021, sendo realizada sozinha, porém supervisionada pela Irmã Luciene, que exercia interinamente a função de secretária escolar. Já a segunda visita foi realizada em 21 de maio de 2021, acompanhada pela Professora Dra. Aparecida Maria Almeida Barros, orientadora desta pesquisa.

Para exemplificar o processo de coleta dos dados no acervo documental do Colégio Santa Clara, apresentamos, na Figura 12, um conjunto de registros relacionados à visita. O primeiro registro é uma imagem de um armário vertical em aço de cor verde-militar, que continha principalmente livros atas de resultados finais e documentos diversos, diplomas, etc. O segundo registro mostra uma pasta verde que continha os diplomas das alunas do curso normal, em estado de conservação precário. O terceiro registro é da mesa de trabalho, que continha algumas pastas pretas, onde os documentos eram analisados e fotografados. Já o quarto registro mostra uma parte de uma classificação prévia e superficial dos documentos realizada pela pesquisadora. É importante destacar que a pesquisadora manuseou os documentos com o uso de luvas para preservar a integridade dos materiais.

**Figura 12** – Processo de coleta de no acervo escolar do Colégio Santa Clara



Fonte: Imagens coletadas do acervo escolar do Colégio Santa Clara (2021). Compilação da autora.

Ainda sobre o processo realizado junto ao acervo escolar, após a análise dos documentos coletados foram relacionados e organizados todos os documentos coletados em forma de quadros e disponibilizados para consulta nos apêndices da presente dissertação. No Apêndice B, consta um quadro que relaciona as informações das fontes com informações oficiais da instituição, que são caracterizadas conforme a descrição e síntese do conteúdo dos documentos, além de organizadas de acordo com o período ao qual pertencem; já nos Apêndices C e D, são especificados os vestígios de cultura escolar e os vestígios de cultura escolar confessional identificados nas fontes do acervo documental, também organizados pelo período, descrição do documento e imagem, e com uma breve análise sobre o tipo de cultura escolar que cada documento contempla.

Vale ressaltar que o acervo documental escolar do Colégio Santa Clara, assim como a maioria dos acervos, possui lacunas. Porém, ele é consistente e possui grande potencial para futuras pesquisas com diferentes abordagens, uma vez que dispõe de muitos vestígios historiográficos relevantes sobre a educação em Goiás.

### **CAPÍTULO 3: “EDUCAÇÃO PARA TODA A VIDA”: A CULTURA ESCOLAR CATÓLICA NO COLÉGIO SANTA CLARA (GOIÂNIA-GO)**

A cultura escolar de uma instituição escolar confessional centenária, como é o caso do Colégio Santa Clara, pode ser compreendida como parte integrante da historiografia da educação em Goiás e no Brasil. Esta afirmação vai ao encontro do que Magalhães (2004) teoriza:

A história do sistema educativo não é um somatório de instituições escolares justapostas nem, por outro lado, a história de uma dessas instituições se torna possível fora de um todo coerente. É nos domínios da representação e da apropriação que esta autonomização se revela mais consequente, porque mais relacional e menos aut centrada. Constituindo um todo em si mesma, cada instituição escolar ou educativa integra esse todo mais amplo que é o sistema educativo (MAGALHÃES, 2004, p. 114).

Desde sua concepção e implantação, o Colégio Santa Clara se autodenominou como uma instituição de ensino dedicada a proporcionar à sociedade goiana a formação de estudantes com uma “educação para toda vida”, baseada na tríade da educação, instrução e evangelização católica. A logomarca do Colégio Santa Clara, apresentada na Figura 13, foi atualizada e modernizada ao longo dos anos, mas continua a representar visualmente uma instituição de ensino que atravessou várias décadas. Embora suas raízes estejam arraigadas em sua história, a instituição não hesitou em se adaptar aos tempos e permanecer atualizada em cada período.

A logomarca do Colégio Santa Clara é composta pela sigla das iniciais do nome, dentro de uma figura geométrica triangular, que faz referência à tríade mencionada anteriormente. Além disso, a figura sugere equilíbrio e dinamismo de uma instituição que atravessou várias décadas, além de estar associada à Santíssima Trindade.

**Figura 13** – Logomarca do Colégio Santa Clara, “Educação para toda a vida”



Fonte: (COLÉGIO SANTA CLARA, 2022).

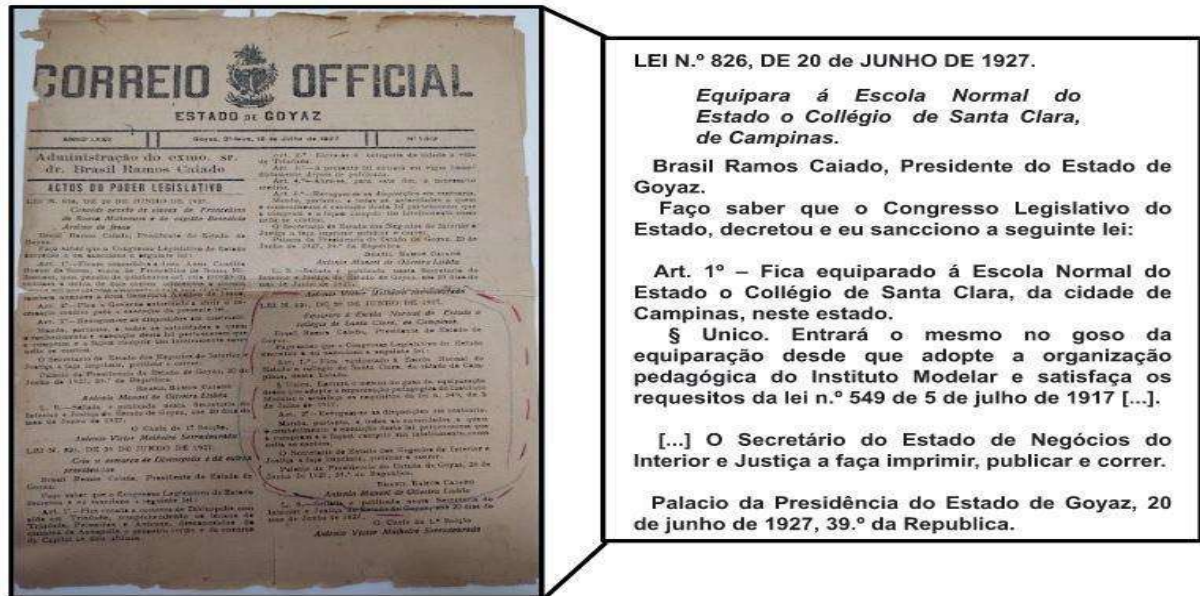
Entretanto, era esperado e reconhecido pela sociedade goiana que o aprendizado e o ensino oferecidos pelo Colégio Santa Clara ultrapassassem a alfabetização e os limites físicos da instituição, buscando formar estudantes com valores sociais e religiosos tradicionais, condicionados às normas aceitáveis da época. Embora os princípios originais da educação na instituição fossem baseados na liberdade de ensino, a rigidez das matrizes curriculares era evidente e expressa no regulamento, que, segundo Menezes (1981, p. 108), “era dos mais severos, característico da Alemanha”, sendo bem aceito na sociedade conservadora goiana da época.

Desde a equiparação institucional<sup>11</sup> em 1927 até os dias atuais, o Colégio Santa Clara tem mantido suas diretrizes político-pedagógicas em consonância com as demandas sociais do período em que está inserido. Para ilustrar isso, a Figura 14 abaixo mostra uma publicação do Correio Oficial do Estado de Goyaz (GO) sobre a equiparação, de 12 de julho de 1927, nº. 1.312.

---

<sup>11</sup> A equiparação institucional, refere-se neste contexto, a medidas realizadas pelo governo federal para equipar o ensino ministrado nas instituições particulares ao ensino público da época. Normatizando, por exemplo, as condições de funcionamentos, bem como, a obrigatoriedade de currículos a serem cumpridos e a formação adequada dos professores. (ARANHA, 1989).

**Figura 14** – Correio Oficial do Estado de Goyaz (GO), equiparação a Escola Normal do Colégio Santa Clara



Fonte: Imagem elaborada pela autora, adaptada de (GOIAZ, 1927).

Conforme os documentos encontrados no acervo documental do Colégio Santa Clara, é possível confirmar que a instituição é submetida à regulação, normatização e supervisão das autoridades e departamentos competentes do Estado e do país. Como evidência disso, destacam-se as legislações relacionadas ao funcionamento do Colégio Santa Clara no período de 1927 a 1981, que confirmam o vínculo e a subordinação da instituição ao Estado.

Legislações referentes ao funcionamento do Colégio Santa Clara no período de 1927 a 1981:

- Lei n.º. 826, de 20 de junho de 1927 - equipara a Escola Normal do Estado ao Colégio Santa Clara. A lei foi sancionada pelo Presidente do Estado de Goiás, Dr. Brasil Ramos Caiado;
- Decreto n.º. 10.639, de 12 de fevereiro de 1930 - o Presidente do Estado resolve, nos termos do Art. 62 e seu § 1º do Decreto n.º. 5930, de 24 de outubro de 1918, elevar de 2ª para 1ª classe as escolas dos sexos masculino e feminino, de Campinas;
- Portaria Ministerial n.º. 253, de 4 de abril de 1946 - o Ministério da Educação e Saúde concede o reconhecimento ao ginásio Santa Clara, sob regime de inspeção preliminar;
- Portaria Ministerial n.º. 532, de 31 de outubro de 1949 - o Ministério da Educação e Saúde, concede o reconhecimento ao ginásio Santa Clara;
- Ofício circular n.º. 174/1949-1, de 24 de novembro de 1949 - a divisão do ensino do 2º grau permite à Escola Normal Santa Clara manter o curso intensivo (em dois anos) para o 2º ciclo (curso normal), de acordo com os

dispositivos do Art. 13º do vigente regulamento do Ensino Normal do Estado;

- Ofício Circular nº. 50 e 50 – I, de 14 de março de 1950 - a divisão do ensino do 2º grau apresenta o currículo escolar do curso intensivo. (O curso intensivo foi ministrado de 1950 a 1954);
- Resolução nº. 75, de 10 de dezembro de 1965 - o Conselho Estadual aprova o Regimento do Colégio Santa Clara;
- Certificado de nº. 152, de 7 de outubro de 1970 - o Departamento de Ensino Primário confere ao curso primário do Colégio Santa Clara o certificado de nº. 152 registrado à Fls. 69 do livro um;
- Resolução nº. 518, de 05 de março de 1971 - o Conselho Estadual de Educação, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº. 41, de 23 de outubro de 1964, aprova o currículo do Colégio Santa Clara;
- Documento do Conselho Nacional de Serviço Social - atestando o registro da sociedade educadora e instrutora;
- Explicação das modificações do Currículo - de 1966 a 1971;
- Resolução nº. 1002, de 20 de fevereiro de 1973 - o Conselho Estadual de Educação, aprova os Currículos do curso ginásial secundário e do curso normal colegial - 2º ciclo, mantidos pelo Colégio Normal Santa Clara;
- Resolução nº. 1109, de 5 de outubro de 1973 - o Conselho Estadual de Educação aprova a mudança de denominação do estabelecimento - de Colégio Normal Santa Clara para Colégio Santa Clara;
- Portaria nº. 12, de 13 de março de 1974 - o Diretor do Departamento de Ensino de 2º grau aprova o currículo do curso para habilitação em técnico em magistério para o 1º grau, do Colégio Santa Clara;
- Certificado de entidade de fins filantrópicos - 31 de dezembro de 1974;
- Resolução nº. 1380, de 6 de fevereiro de 1976 - o Conselho Estadual de Educação autoriza, em caráter condicional, o Colégio Santa Clara de Goiânia a implantar a reforma do ensino de 1º e 2º graus, aprova seu regimento e currículos e dá outras providências;
- Resolução nº. 267, de 16 de novembro de 1977 - o Conselho Estadual de Educação aprova os novos currículos dos cursos de 1º grau da 1ª a 8ª séries e de 2º grau, da habilitação específica para o magistério de 1ª a 4ª séries do ensino de 1º grau, mantidos pelo Colégio Santa Clara;
- Portaria nº. 5997, de 29 de dezembro de 1980 - o Secretário da Educação reconhece, pelo prazo de 5 anos, com início em 27 de novembro do corrente ano, o curso de 1º grau, da 1ª a 8ª séries, ministrado pelo Colégio Santa Clara;
- Resolução nº. 198, de 11 dezembro de 1980 - o Conselho Estadual de Educação autoriza o Colégio Santa Clara a ministrar a educação pré-escolar: maternal, jardim e pré-alfabetização.

No que se refere à instrução, o Colégio Santa Clara conferiu destaque também ao desenvolvimento de suas alunas, contemplando, além da educação em geral, o

ensino de saberes e conhecimento de cunho social com objetivo de formar cidadãs qualificadas social e profissionalmente, conforme posto na missão e filosofia educacional da instituição:

**Filosofia Educacional:** Em sua ação educativa, o Colégio Santa Clara se propõe a promover o desenvolvimento dos educandos, com a finalidade de prepará-los para o exercício da cidadania e sua qualificação profissional, despertando os valores evangélicos e franciscanos, através de sua tomada de consciência, dignidade, responsabilidade e solidariedade.

**Missão:** formar, através de excelência na educação, alunos solidários, competitivos, com alto senso crítico, dinâmicos, imbuídos dos valores Evangélicos Cristãos, Franciscanos. Capazes de converterem informações em conhecimentos científicos comprometidos com a realidade humana na defesa da vida e da natureza. (COLÉGIO SANTA CLARA, 2022<sup>12</sup>, s./p., grifo nosso).

Com referência à filosofia e à missão, ao longo de sua jornada, a instituição adequou-se às necessidades temporais em diferentes momentos sociais, enquanto, internamente, continuou a incutir em seus estudantes valores do carisma católico por meio de desenvolvimento de atividades educacionais e culturais.

A “educação para toda a vida” é uma filosofia de ensino que tem como objetivo preparar as alunas para enfrentar desafios ao longo de suas vidas, fornecendo-lhes habilidades e valores que as ajudem a se desenvolver como cidadãs. No Colégio Santa Clara, essa abordagem é fortalecida pela cultura escolar católica, que valoriza a formação completa das alunas. Além de ensinar matérias tradicionais, como matemática, ciências e línguas, o Colégio busca promover valores como a caridade, a solidariedade e o respeito ao próximo, moldando as alunas para serem cidadãs responsáveis e conscientes.

A cultura escolar católica no Colégio Santa Clara deve ser considerada tão importante quanto o conhecimento adquirido em sala de aula, pois é por meio dela que as alunas aprendem a se relacionar socialmente e a contribuir para a sociedade. Assim, a “educação para toda a vida” na instituição é uma combinação do processo formativo, conhecimento pedagógico e formação religiosa com base na moral tradicionalista, preparando as alunas do Colégio Santa Clara para enfrentar quaisquer desafios que surgissem em suas vidas, seja na esfera doméstica ou social.

---

<sup>12</sup> Filosofia educacional. Disponível em: <https://santaclarago.com.br/o-colegio/#1595624222630-66e957aa-b7b3>. Acesso em: 07 jul. 2022.

### 3.1 Vestígios da cultura escolar inscritos nas fontes: as regras, as normas internas e a disciplina

Nesta seção, recorreremos mais uma vez às fontes documentais encontradas no acervo do Colégio Santa Clara. Faremos isso com o objetivo de construir nexos e alinhamentos entre traços identificados nos documentos a fim de compreender a representatividade histórica da instituição. Para tanto, usaremos como ponto de partida a formação de uma cultura escolar, empregando a análise e interpretação de fragmentos de documentos institucionais como ferramentas.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. (LE GOFF, 1900, p. 472).

Para iniciarmos, apresentamos os documentos que revelam os perfis biográficos das diretoras do Colégio, que tiveram papel fundamental no processo e projeto educacional das alunas e da instituição. Não menos importantes na construção da cultura escolar, as diretoras e seus períodos de gestão, assim como suas características em cada período, representam os traços de cada tempo em relação às regras, as normas e disciplina ali aplicadas. Além disso, tais características nos direcionam a pensar a cultura escolar como um conjunto de traços institucionalizantes, conforme posto por Frago (1995):

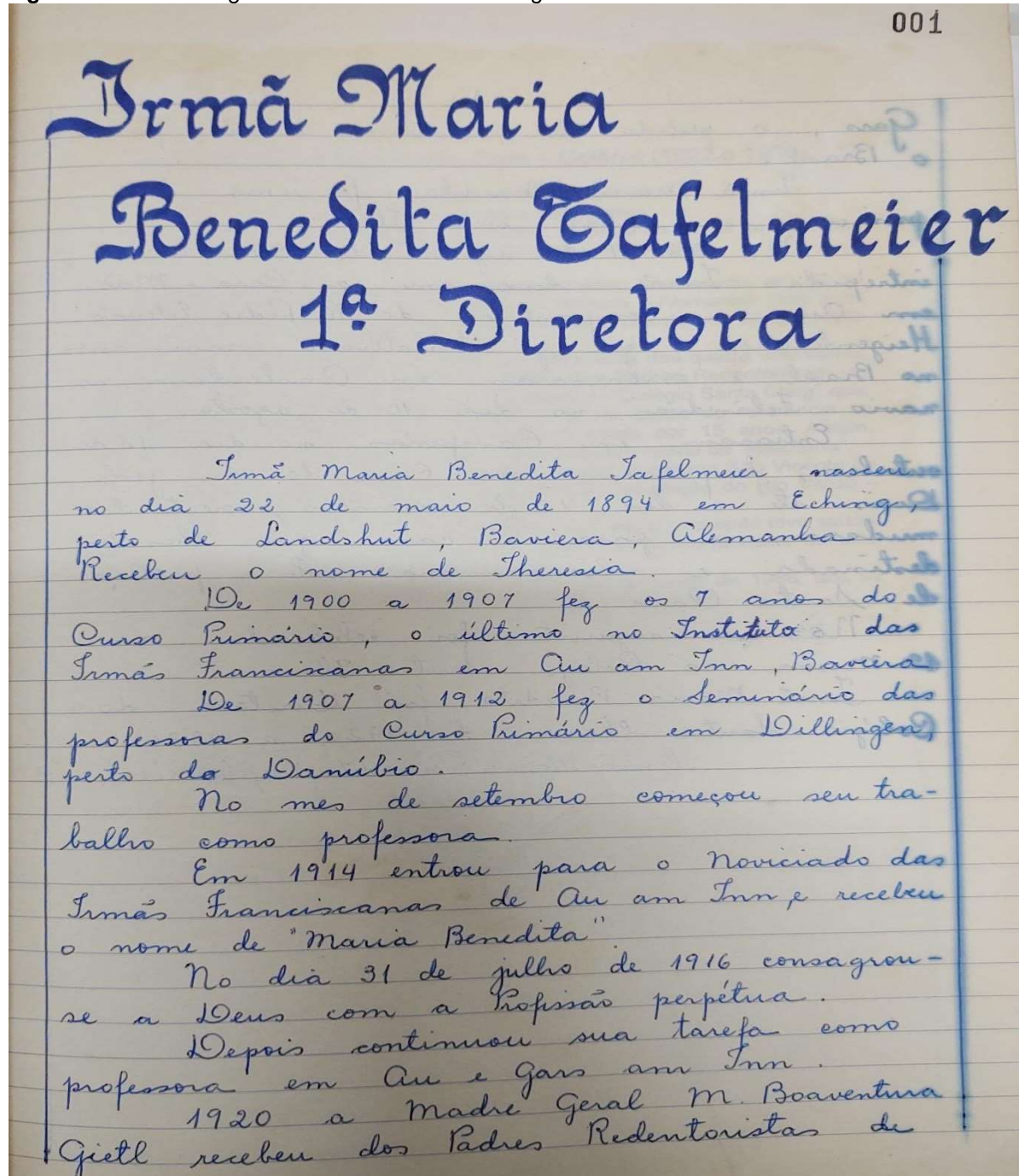
[...] práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos – a história cotidiana do fazer escolar –, objetos materiais – função, uso, distribuição diária do tempo e do espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento –, e modos de pensar, assim como significados e ideias compartilhadas. (FRAGO, 1995, p. 68-69, tradução nossa).

Neste sentido, traremos luz e analisaremos aspectos de uma cultura escolar do Colégio Santa Clara que se relacionam com âmbito institucional e organizacional. Essa cultura escolar é consolidada por meio da obediência às normas e regras estabelecidas pela instituição, não somente por meio de apelos subjetivos, mas também através de documentos institucionais, tais como metodologias de ensino, currículo das disciplinas escolares, algumas didáticas, legislações, entre outros.

Os perfis biográficos das diretoras, que são fontes importantes para a análise da cultura escolar do Colégio Santa Clara, estavam organizados de forma sistemática e cronológica em uma pasta de capa preta intitulada “Histórico das Diretoras do Colégio Santa Clara Goiânia-Goiás”. Tais perfis eram apresentados de forma sucinta, contendo informações sobre a naturalidade das diretoras, aspectos vocacionais, características de como eram percebidas no interior da instituição, aspectos referentes à gestão administrativa da instituição, além de eventos e datas importantes celebrados durante seus períodos de direção.

Inicialmente, esses perfis biográficos foram escritos em folhas de papel almaço com uso de letras cursivas. Posteriormente, foram transcritos, por meio da utilização de computadores, e impressos em folhas de papel A4. Esse primeiro formato pode ser visto nos registros da compilação na Figura 15, que apresenta, como exemplo, o perfil da diretora Irmã Maria Benedita Tafelmeir. Ela foi a primeira diretora da instituição, assumindo o cargo em 1922 e permanecendo nele até 1936.

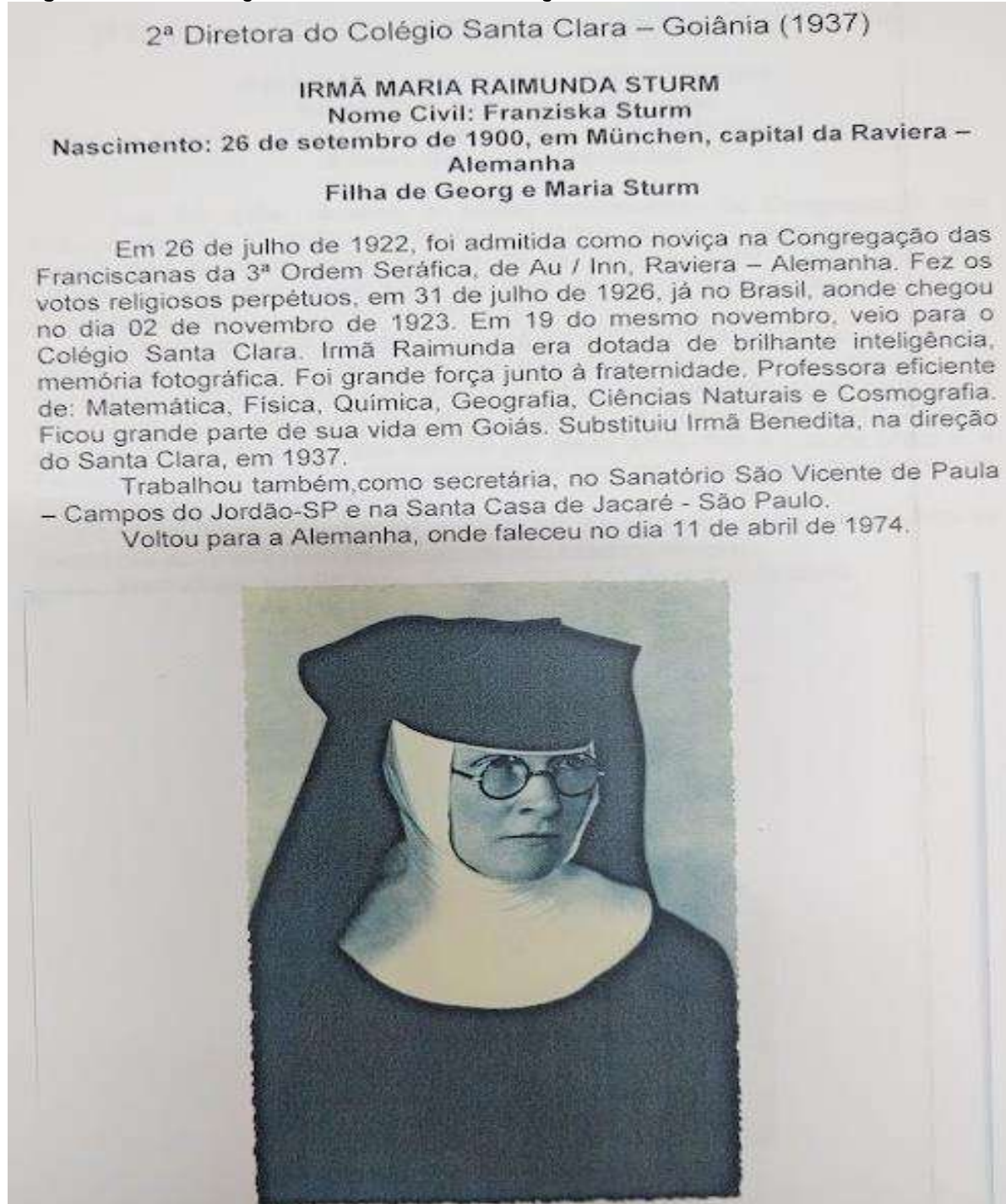
Figura 15 – Perfis biográficos das diretoras do Colégio Santa Clara: Irmã Maria Benedita Tafelmeier



Fonte: Acervo escolar (COLÉGIO SANTA CLARA, 2021).

O segundo perfil é o da Irmã Maria Raimunda, que exerceu o cargo de diretora do Colégio Santa Clara de 1937 a 1943. É possível observar, na Figura 16, as características pessoais da Irmã, bem como suas aptidões e predileções para o exercício do ensino.

**Figura 16** – Perfis biográficos das diretoras do Colégio Santa Clara: Irmã Maria Raimunda Sturm



Fonte: Acervo escolar (COLÉGIO SANTA CLARA, 2021).

O terceiro perfil biográfico (Figura 17) é o da Irmã Adilza Silveira de Paula, cuja gestão ocorreu entre os anos de 2000 e 2020. O término da sua gestão é considerado um marco institucional, uma vez que, desde a fundação do Colégio Santa Clara até o seu centenário, a Instituição nunca havia sido gerida por uma pessoa leiga, que não pertencia à ordem religiosa. A atual diretora, Simone Martins, iniciou oficialmente suas atividades em 2021.

**Figura 17** – Perfis biográficos das diretoras do Colégio Santa Clara: Irmã Adilaza Silveira de Paula  
18ª Diretora do Colégio Santa Clara – Goiânia  
(2000 a ... )

**IRMÃ ADILAZA SILVEIRA DE PAULA**  
Nome civil: Adilaza Silveira de Paula  
Filha do Sr. Adílio Vicente de Paula e de D. Lazara Silvério de Paula  
Nasceu em Aloândia – Goiás, no dia 27 de outubro de 1963.

Foi admitida ao Noviciado da FAP, em 25 de dezembro de 1985.

Após um ano, emitiu os Votos Religiosos, passando a ser oficialmente, uma Franciscana da Ação Pastoral.

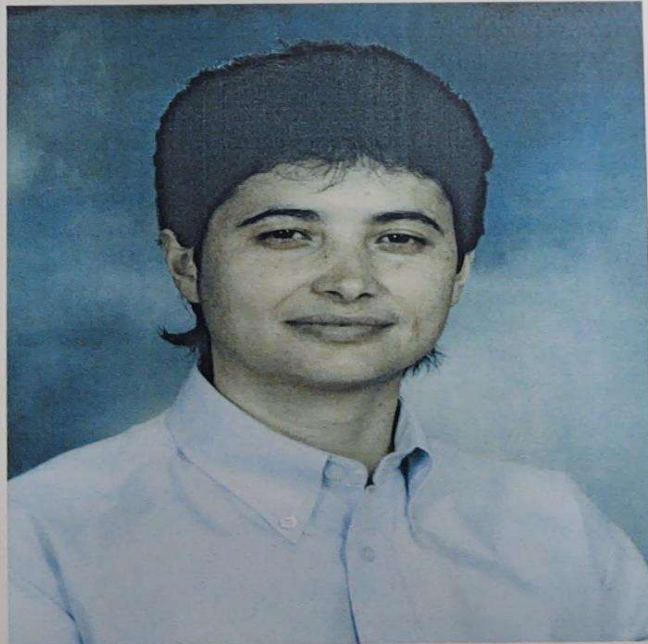
Desde os primeiros anos atuou na área da educação no Colégio São Francisco de Assis, em São Paulo, como Orientadora Educacional e Vice-Diretora.

Dedica-se inteiramente a esta missão com carisma e fidelidade.

Assumiu a Direção do Colégio Santa Clara em setembro de 2000, a pedido da Superiora Geral, Ir. Ercília Aparecida Buosi. Foi a época da implantação de um novo projeto administrativo e pedagógico, sob a orientação da Fundação L'Hermitage – Belo Horizonte –MG.

Dirige este Colégio, assessorada por uma equipe educacional, com esmero e brilhantismo.

Parabéns e muita esperança.



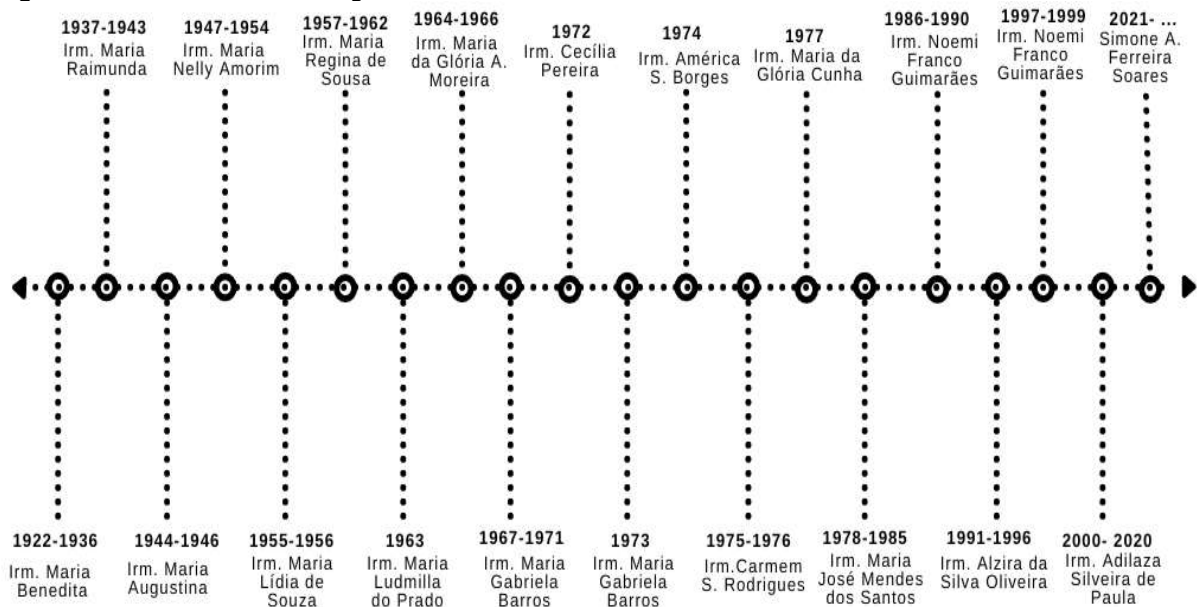
Fonte: Acervo escolar (COLÉGIO SANTA CLARA, 2021).

Após a análise dos documentos acima, foi elaborada uma linha do tempo que identificou todas as diretoras que estiveram à frente da instituição no período de 1922 a 2022, ressaltando o período de gestão de cada uma delas. Ao analisarmos os documentos biográficos das Irmãs, foi possível perceber que, ao longo dos cem anos de existência da instituição, dezoito diretoras assumiram a gestão do Colégio. Contudo, duas delas foram contempladas com mais de dois períodos de gestão: a

Irmã Maria Gabriela Barros, que geriu de 1967 a 1971, e assumiu novamente em 1973, e a Irmã Noemi Franco, que geriu a instituição entre os períodos de 1986 a 1990 e de 1997 a 1999, como pode ser observado na Figura 18.

É importante ressaltar que não devemos nos ater somente às quantificações, sendo necessário direcionarmos nosso olhar para a cultura escolar da instituição. Durante a análise dos documentos, foram encontrados indícios que corroboram aspectos sobre o tipo de gestão realizados pelas irmãs e, conseqüentemente, sobre a cultura escolar exercida na instituição. Porém, apesar de apresentar um panorama mais amplo, o objetivo da pesquisa é apresentar os perfis biográficos e a linha do tempo das diretoras restringindo-se ao recorte temporal da pesquisa.

**Figura 18** – Diretoras do Colégio Santa Clara de 1922 a 2022



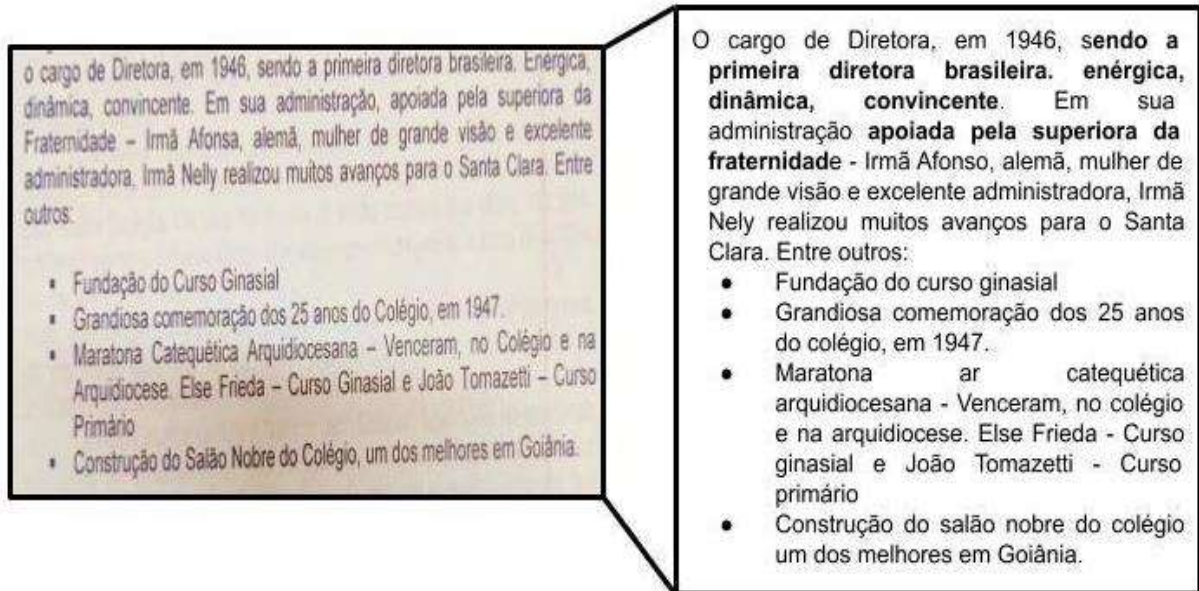
Fonte: Imagem elaborada pela autora, adaptada de Colégio Santa Clara (2021).

Foi constatado que em 1946, pela primeira vez, uma brasileira e ex-aluna do Colégio Santa Clara assumiu o cargo de diretora da instituição. Trata-se da Irmã Maria Nelly S. de Amorim, que havia concluído o curso em janeiro de 1937, feito seus votos religiosos em 1938 e lecionado e dirigido a instituição de 1946 a 1954, com assistência da superiora da Fraternidade, Irmã Afonsa, de nacionalidade alemã.

Observa-se que os atores que atuaram na organização e gestão do espaço escolar contribuíram para a formação de uma cultura escolar singular, em que as trajetórias de vida vocacional e funcional de cada diretora, vividas no interior da instituição, influenciaram diretamente a formação de características distintivas que

definem o constructo de uma cultura escolar. Dessa forma, podemos inferir que o fato histórico do Colégio Santa Clara ter tido sua primeira diretora brasileira em 1946, após mais de vinte anos de gestão rigorosa das irmãs alemãs, indica que mudanças e novas impressões na gestão começariam a ocorrer, como evidenciado na Figura 19.

**Figura 19** – Trecho do perfil biográfico da Irmã Maria Nelly S. de Amorim



Fonte: Imagem elaborada pela autora, adaptada de Colégio Santa Clara (2021, grifo nosso).

É possível notar que o carisma e os preceitos presentes nas gestões não foram considerados como ponto de partida para a mudança ou grandes inovações na gestão. Pelo contrário, ao nos atentarmos à fonte, percebemos que, apesar dos avanços e realizações citadas, tanto o carisma, a ética religiosa e as características educacionais da instituição são realizadas sob o crivo da continuidade e não da mudança. Isso fica confirmado na fonte, quando é citado o “apoio” da Irmã superiora Afonso, entendido aqui como característica de uma cultura escolar de manutenção que, ao longo de sua existência, foi pautada no controle, rigor, supervisão e disciplina.

Outro fator a ser observado é a ênfase dada às atividades comemorativas, culturais e sociais nos perfis das Irmãs, que não apenas destacam as realizações administrativas, mas também aspectos pedagógicos e vinculados à religiosidade. Isso pode ser ratificado na Figura 19, que menciona a realização da “Maratona catequética arquidiocesana”, como a participação em solenidades festivas relacionadas à sociedade goiana, como a “campanha de Natal solidário para 50 famílias, realizado anualmente, seguido da missa festiva e café da manhã e distribuição de roupas” (COLÉGIO SANTA CLARA, 2021, s./p.).

Como resultado, essas observações nos levam a compreender que, em um ambiente educacional confessional como o Colégio Santa Clara de Goiânia, diversas influências religiosas foram percebidas e produzidas pelo processo pedagógico. Além disso, torna-se evidente que os valores carismáticos alinhados à disciplina, ordem e atitudes, influenciaram na criação de culturas escolares intramuros que preservaram o legado da instituição, formando cidadãs – e mais tarde cidadãos – com virtudes e comportamentos impregnados de religiosidade.

Quanto às Irmãs diretoras, foi observado que, em relação às suas características pessoais, a maioria delas era vista pelas alunas como mulheres inteligentes que estavam à frente do seu tempo, repletas de bons predicados e adjetivos, como afetuosas, bondosas, simpáticas, dedicadas, enérgicas e rigorosas. Essas características podem ser verificadas nos registros documentais do acervo escolar, descrevendo, por exemplo, Maria Benedita Tafelmeier, classificada como “exigente, severa, mas bondosa, chamada de ‘Mãezinha’”; enquanto a Irmã Maria Regina de Sousa é descrita como “séria, enérgica, exigente, mas querida”; a Irmã Maria da Glória Artiaga foi descrita como “enérgica, competente, muito culta era querida e admirada por todos”.

É importante salientar que suas competências e características pessoais eram bem quistas pela sociedade goiana, o que é confirmado pela confiança que os pais tinham nas Irmãs, que além da instrução e educação, confiavam também a “tutela” de suas filhas no caso das internas. Outra característica marcante das diretoras é que a maioria delas exercia a gestão com rigor, presumidamente herdado e trazido da Alemanha, o que contribuiu para a construção de uma cultura escolar específica e característica que certamente deixou suas marcas na instituição e sociedade goiana, como pode ser percebido na Figura 20, abaixo:

**Figura 20** – Trecho do perfil biográfico da Irmã Maria Lídia de Souza

Pe. Cirilo Taptka publicou no Brasil Central: "Um belo exemplo".  
 O Colégio Santa Clara foi sempre um modelo em tudo. Ali se cuida, a sério, dos estudos.  
 O tempo é tomado em coisas úteis. A vidinha é de aperto, sem ser de arrocho. Prova disso é o amor que as ex-alunas daquela casa de ensino têm pelo velho Colégio. Os pais de família já estão convencidos disso. Por isso, preferem sempre o Santa Clara. Nas menores coisas, vê-se o traço da ordem, na disciplina e do respeito.

Fonte: Acervo escolar (COLÉGIO SANTA CLARA, 2021).

Do ponto de vista da instrução, a instituição formou várias mulheres preparadas para exercerem suas "funções sociais", tanto dentro quanto fora dos seus lares, como mães e donas de casa. No entanto, é importante mencionar que, durante muito tempo, desde a criação do Colégio, uma das principais funções da instrução das alunas era prepará-las para serem boas esposas. Porém, ao mesmo tempo, muitas dessas alunas saíram da instituição com o objetivo de se tornarem disseminadoras de tudo que apreenderam no Colégio Santa Clara, muitas delas tornando-se professoras. Isso é confirmado pelo acervo escolar do Colégio, como visto na Figura 21:

**Figura 21** – Trecho do perfil biográfico da Irmã Alfonsa Neiderbauer

dar aulas de Matemática. Em 1938, assumiu a direção do Santa Clara e exerceu, brilhantemente, sua missão por cinco anos. Foi a grande Mestre, a Pedagoga ímpar. Formou 140 professoras, com as quais criou um Método de Alfabetização, usando fantoches.

Fonte: Acervo escolar (COLÉGIO SANTA CLARA, 2021).

É importante destacar a presença da inovação na metodologia usada na e para instrução, como é ilustrado na Figura 21. O Colégio Santa Clara foi um baluarte da sociedade goiana da época, oferecendo ensino e instrução modelares e tradicionais para suas alunas. A cultura escolar construída diariamente na instituição buscava

estar à frente de seu tempo, e as diretoras, juntamente com outros autores, foram fundamentais neste processo.

Prova disto é a evolução da instituição identificada nas duas últimas décadas, de 2000 a 2020, em que uma única diretora, Irmã Adilaza Silveira, gerenciou o Colégio Santa Clara, ultrapassando o período de duração da gestão anterior de Irmã Maria Benedita, que durou dezoito anos ininterruptos. Atualmente, desde 2021, a instituição está sendo dirigida pela primeira vez por uma pessoa leiga, Simone Martins, que por anos atuou como diretora adjunta durante a gestão da Irmã Adilaza.

Embora esta pesquisa não abranja todo o período de funcionamento da instituição, é relevante registrar ambas as situações recentes da direção, demonstrando e reafirmando a evolução e a adaptação às demandas contemporâneas da instituição, fornecendo indícios sobre a construção de percepções. Com relação à cultura escolar da instituição, Magalhães (2004) aprofunda que ela é,

simbólico, e abordagem científica desafiam a uma multidimensionalidade Educação, instituição, história da educação são [...] instâncias epistêmicas, substantivas, metodológicas e de investigação ação, cuja representação, nos planos material e a uma multifatorialidade, nos quadros sincrônico e diacrônico. [...] Na sua evolução, como na sua conservação e consolidação, a dinâmica institucional traduz-se num constructo em que se entretecem a educação (como atualização científica, axiológica, tecnológica, de cidadania, de humanidade e subjetivação), a história (como discurso pleno, integrativo, evolutivo) e a instituição (como enquadramento, referente, metaeducação, estrutura de ação e de institucionalização). Tecer nexos entre essas instâncias é torná-las inteligíveis, racionais, significativas, projetivas. (MAGALHÃES, 2004, p. 168-169).

Todavia, o objetivo desta pesquisa durante o período pesquisado, de 1922 a 1950, foi acessar as possíveis culturas escolares contidas e registradas no acervo documental do Colégio Santa Clara por meio dos nexos e das intencionalidades documentais. Buscamos, então, torná-las compreensíveis por meio de possibilidades e evidências, a partir das simbologias e das representações materiais inscritas nas fontes, que remontam aspectos da história da instituição.

### **3.2 Evidências de uma formação ampla, contemplando aspectos da vida social, da cultura, das artes, da preparação do corpo e mente – o físico e o intelecto. Indicadores de padrões definidos na formação para toda a vida**

A concepção do Colégio Santa Clara de Campinas está intimamente ligada ao aspecto social, já que a sua criação em 1921 foi impulsionada pela colaboração da Igreja, do Estado e do povo, que demandava por instrução. Dessa forma, é possível compreender a interdependência entre a instituição e a sociedade em que está inserida, uma vez que tudo que compõe o Colégio Santa Clara como instituição de ensino é social, e vice e versa.

A ideia de instituição consagra uma combinatória de finalidades, regras e normas, estruturas sociais organizadas, realidade sociológica envolvente e fundadora, relação intra e extra-sistêmica; é, por consequência, uma ideia mais ampla e mais flexível do que a de sistema. **Consagra ainda a ideia de relação/ comunicação e de categoria social, como condições instituintes que, no plano educativo,** compreendem alteridade, autonomização, participação e implica materialidade, representação, apropriação, normatividade. (MAGALHÃES, 2004, p. 58, grifo nosso).

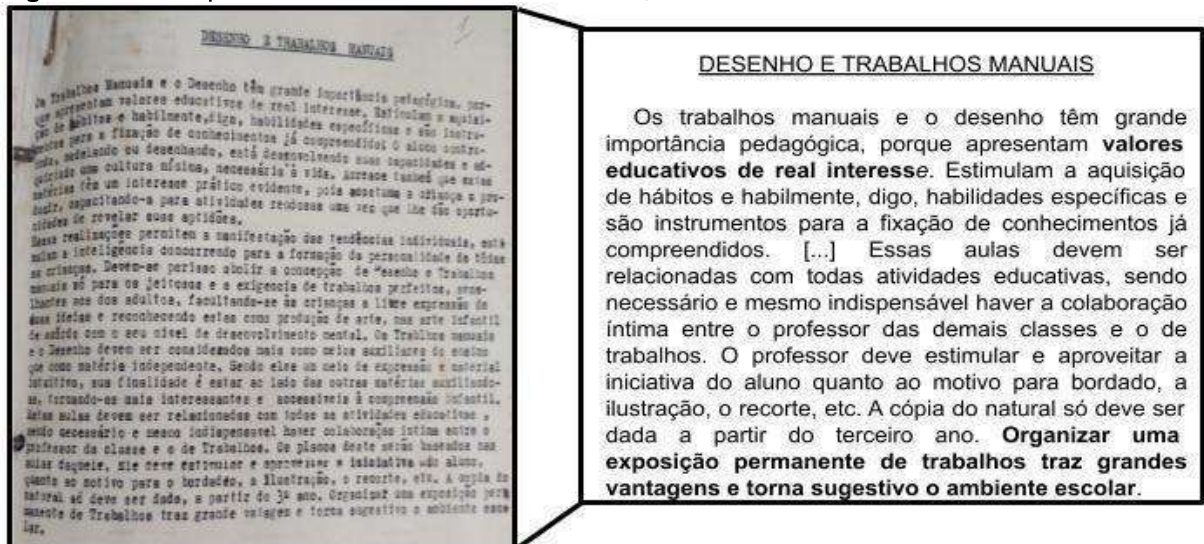
Assim, com base nas fontes documentais do acervo escolar, poderemos realizar aproximações entre a instituição e seus aspectos sociais e culturais formadores. Para tanto, continuamos a análise das fontes do acervo escolar no que diz respeito ao currículo do Colégio Santa Clara de 1948. Especificamente, analisamos as disciplinas propostas, como “Desenhos”, “Trabalhos manuais e atividades econômicas da região”, e “Economia doméstica e puericultura”. Além disso, abordaremos a disciplina de “Canto orfeônico<sup>13</sup>” quanto aos aspectos cívicos na seção 3.2.2.

A seguir, temos a Figura 22, que traz a apresentação da disciplina “desenhos e trabalhos manuais”.

---

<sup>13</sup> O termo “orfeão” (orpheón) foi utilizado pela primeira vez em 1833 por Bouquillon-Wilhem, orientador do ensino de canto nas escolas de Paris. Ele faz referência a Orfeu, poeta e músico, filho da musa Calíope e de Apolo. Segundo a mitologia grega, o deus Orfeu era o músico mais talentoso que já viveu. [...] O canto orfeônico tem suas origens na França, no início do séc. XIX, quando era uma atividade obrigatória nas escolas municipais de Paris. É um canto coletivo, de características próprias, no qual se organizam conjuntos heterogêneos de vozes. A prática do canto orfeônico não exige conhecimento musical ou treinamento vocal prévio. (CÁRICOL, 2012, p. 20).

Figura 22 – Disciplina “Desenho e trabalhos manuais”, currículo de 1948

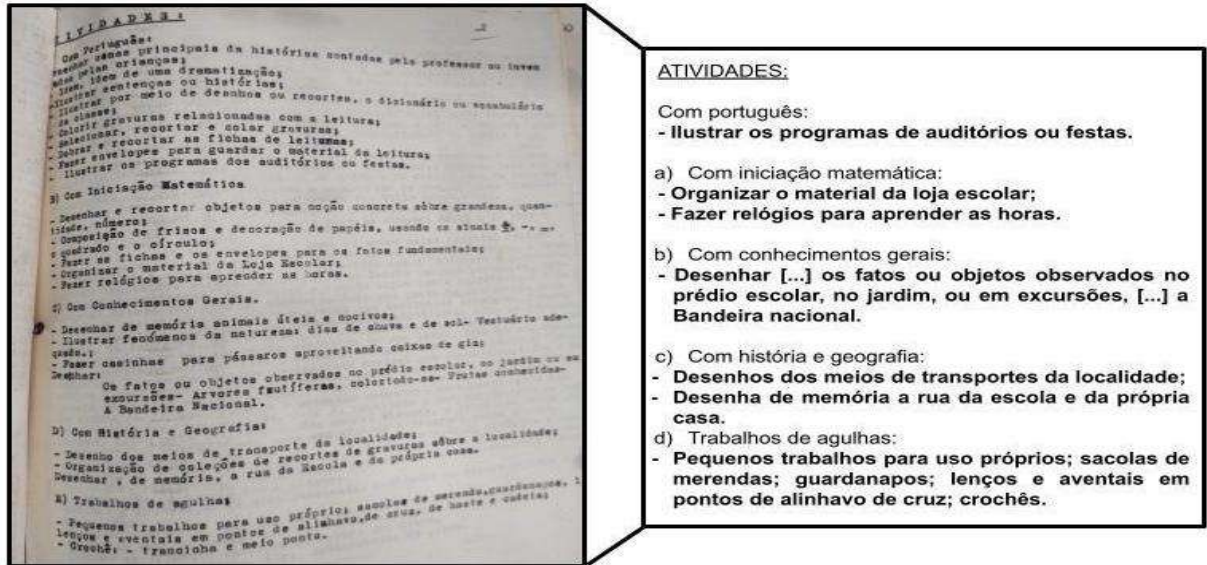


Fonte: Imagem elaborada pela autora, adaptada de Colégio Santa Clara (2021, grifo nosso).

A disciplina “Desenho e trabalhos manuais” era parte do currículo e era regulada por decretos, tais como o Decreto-Lei nº. 8.530, de 2 de janeiro de 1946, que tratava do ensino normal (BRASIL, 1946), e o Decreto nº. 19.890, de 18 de abril de 1931, que tratava da organização do ensino secundário (BRASIL, 1931).

Ambos os dispositivos, entre outros, estabeleciam a obrigatoriedade dessas disciplinas na vida escolar dos alunos desde cerca de 1890. A disciplina “Desenho e trabalhos manuais” era desenvolvida juntamente com as demais disciplinas do currículo, atuando como suporte para a compreensão e fixação do conhecimento em outras áreas. Na Figura 23, apresentamos os pontos que consideramos relevantes para uma formação ampla.

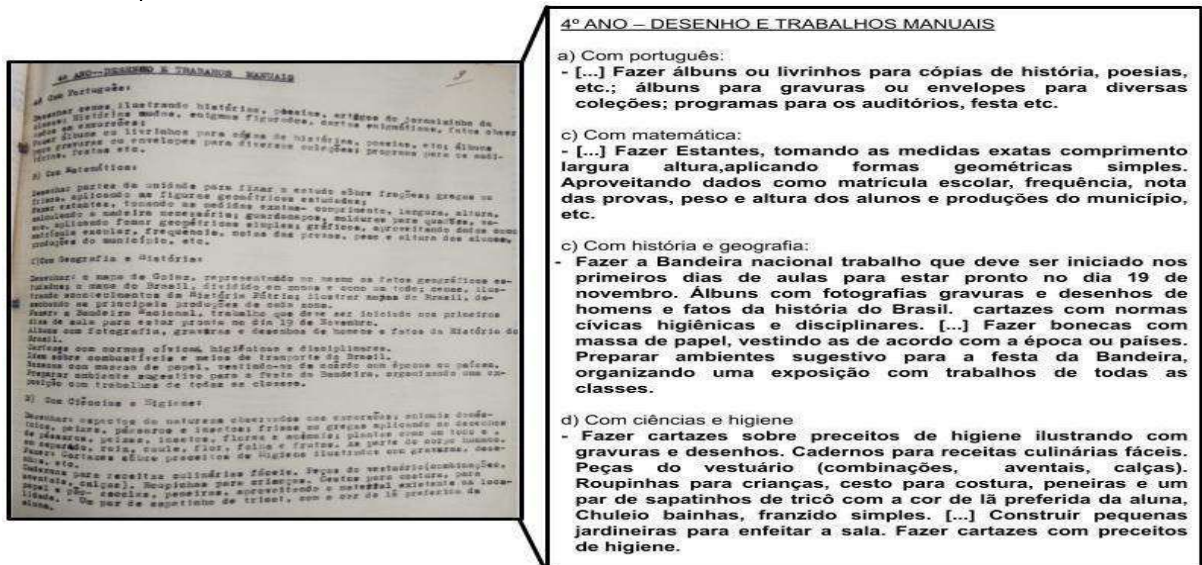
**Figura 23** – Disciplina “Desenho e trabalhos manuais, 1º ano/série”, currículo de 1948, relacionada a outras disciplinas



Fonte: Imagem elaborada pela autora, adaptada de Colégio Santa Clara (2021, grifo nosso).

Observa-se que a análise da Figura 23 aponta exemplos que contribuem diretamente para uma formação voltada ao desempenho das alunas na vida cotidiana fora do Colégio Santa Clara, preparando-as para a vida em sociedade. Nessa época, as demandas sociais, principalmente para as mulheres, exigiam o aprendizado de habilidades e hábitos específicos a fim de se tornarem “boas esposas e donas de casas”.

**Figura 24** – Disciplina “Desenho e trabalhos manuais, 4º ano/série”, currículo de 1948, relacionada a outras disciplinas

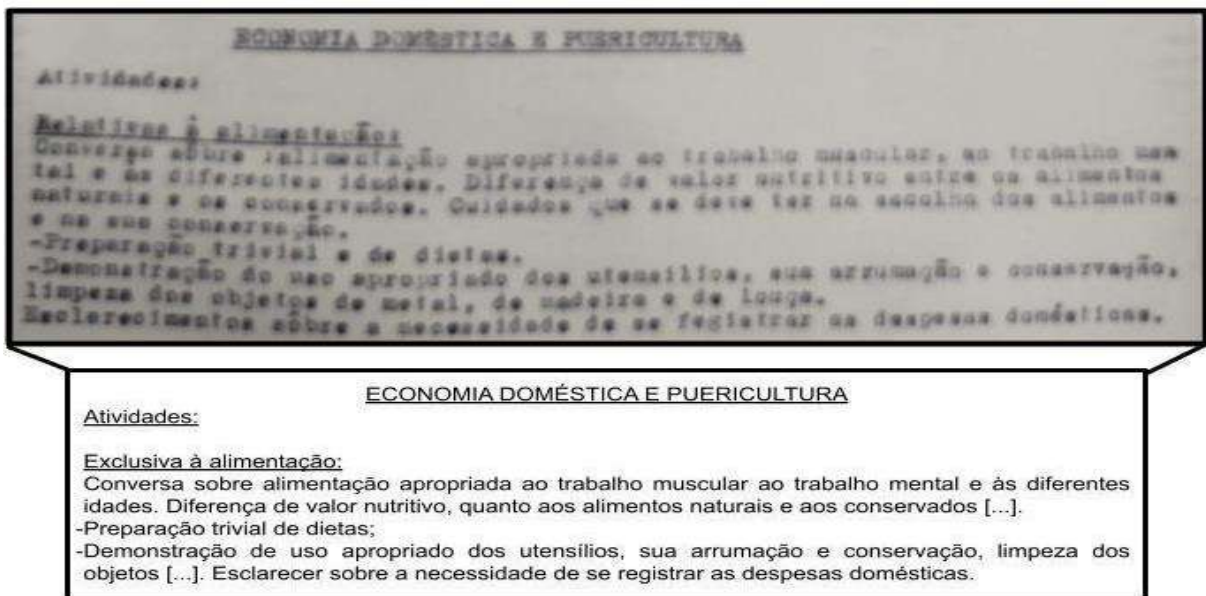


Fonte: Imagem elaborada pela autora, adaptada de Colégio Santa Clara (2021, grifo nosso).

É possível verificar, na Figura 24 que a disciplina “Desenho e trabalhos manuais”, associada a outras disciplinas, como História, Geografia, Ciências e Higiene, possui características indicativas de uma formação que visa desenvolver habilidades domésticas nas alunas, tais como: produção de álbuns de fotografias, confecção de bonecas e suas vestimentas, elaboração de cadernos de receitas, aventais, lenços, peneiras, sapatinhos de crochê para bebês, entre outras atividades da época.

De maneira semelhante, a disciplina “Economia doméstica e puericultura” tem como objetivo aproximar a instituição e a instrução ali empregada à realidade cotidiana das alunas. Ao final do período de estudos no Colégio Santa Clara, elas deveriam estar aptas a lidar com alimentos, ter conhecimentos sobre higiene, organização da rotina doméstica, além de outras habilidades que seriam úteis no papel de boas esposas e mães. A Figura 25 apresenta um resumo da disciplina “Economia doméstica e puericultura”, com foco na alimentação, conforme ministrada no currículo de 1948.

**Figura 25** – Disciplina “Economia doméstica e puericultura”, currículo de 1948



Fonte: Imagem elaborada pela autora, adaptada de Colégio Santa Clara (2021).

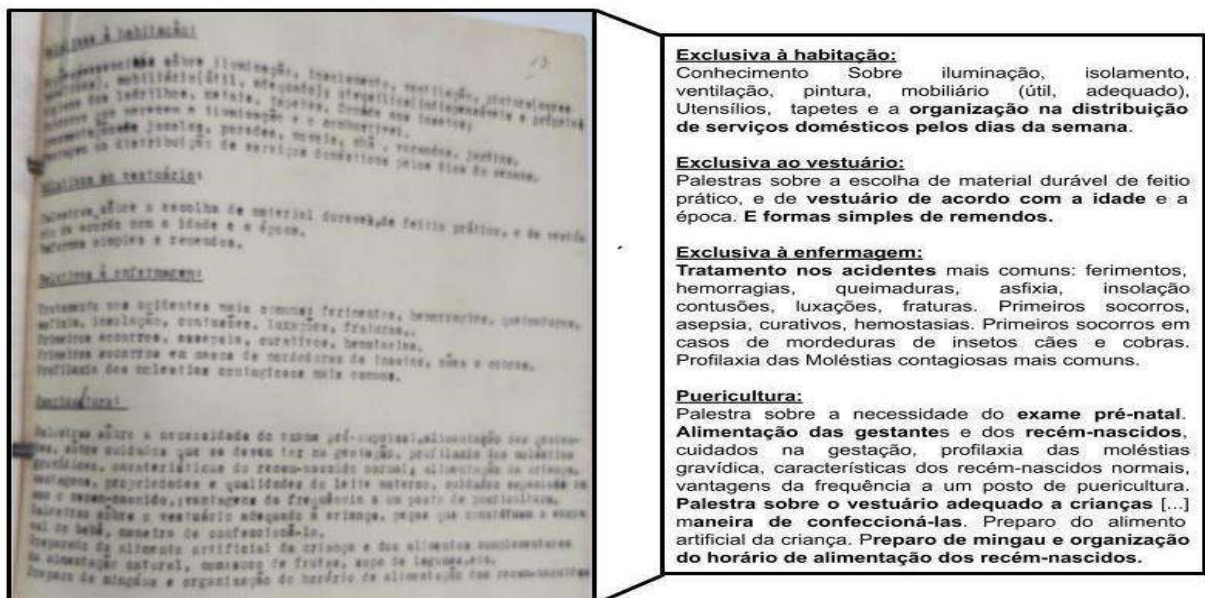
Essa perspectiva confirma que a educação oferecida no Colégio Santa Clara, embora alinhada pedagogicamente com as definições do Estado em leis e decretos, expandiu-se para incluir expectativas em preparar as alunas para “bons” casamentos, maternidade e rotinas domésticas, em conformidade com os valores e moral da fé católica da época. Além disso, a disciplina “Economia doméstica e puericultura”, que

se concentra na alimentação, instrui sobre as dietas e/ou receitas que devem ser seguidas, bem como coisas triviais do dia a dia de uma dona de casa, que deve saber como higienizar e conservar objetos e controlar os gastos domésticos.

A disciplina “Economia doméstica e puericultura” também aborda outros assuntos, como a habitação, que inclui conhecimentos sobre iluminação, mobiliário, decoração da casa e organização dos serviços domésticos que deveriam ser distribuídos durante a semana; vestuário, que ensina sobre tecidos, formas de se vestir para cada ocasião e pequenos reparos e consertos em roupas; e enfermagem, onde as alunas obtinham conhecimento sobre queimaduras, picadas de animais peçonhentos e primeiros socorros.

No que diz respeito à puericultura, as alunas recebiam palestras e treinamentos sobre como conduzir a gestação, a vida da criança em várias fases, abordando assuntos como alimentação, vestimentas, acompanhamento adequado da gestação, preparo da alimentação do bebê e da criança, bem como os horários adequados para alimentá-los. Tudo isso pode ser observado na Figura 26:

**Figura 26** – Disciplina “Economia doméstica e puericultura” e os conteúdos abordados, currículo de 1948



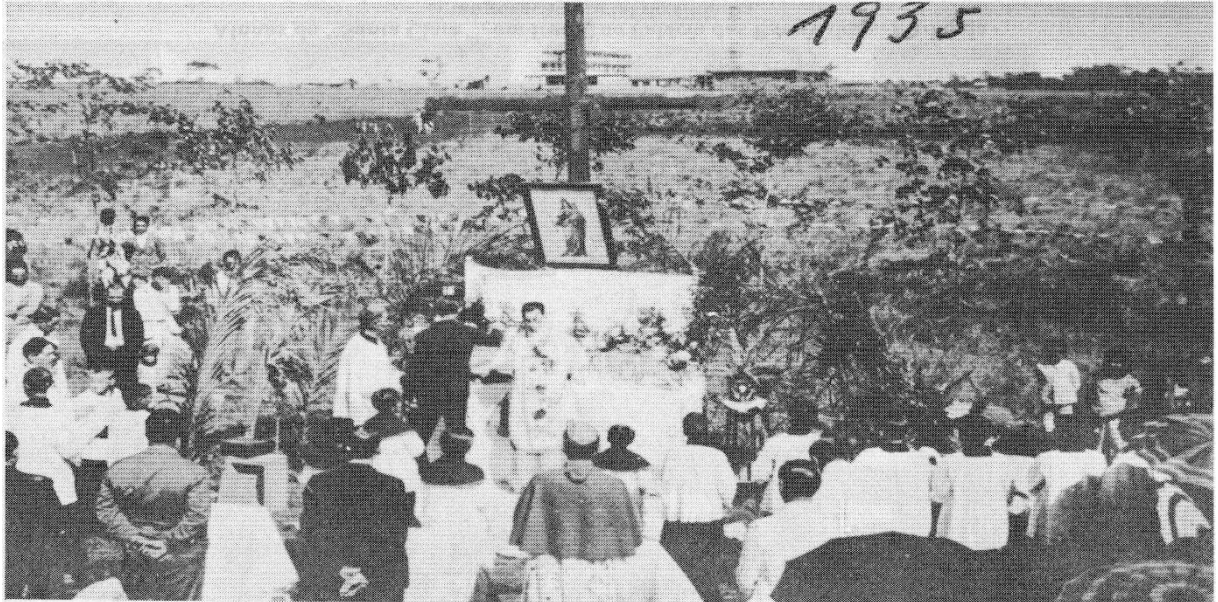
Fonte: Imagem elaborada pela autora, adaptada de Colégio Santa Clara (2021, grifo nosso).

Com relação às fontes documentais sobre as disciplinas “Desenho e trabalhos manuais” e “Economia doméstica e puericultura”, é importante destacar que, para a formação de culturas escolares na instituição, devemos considerar os aspectos sociais das alunas que frequentavam a instituição. Como pondera Forquin (1993, p.

167), “é fato que os alunos de diferentes meios sociais chegam à escola portando certas características culturais que influenciam diretamente a maneira pela qual eles respondem às solicitações e às exigências inerentes à situação de escolarização”. Ao trazer esta perspectiva para dentro da instituição pesquisada, podemos perceber a importância dos aspectos formativos da instituição em consonância com a demanda social da família tradicional, educando as alunas da elite goiana para corresponderem a um determinado padrão social esperado na época. Isso influenciou diretamente a formação de uma cultura escolar que herdava necessidades sociais extramuros.

Além disso, não podemos deixar de mencionar a importância das manifestações artísticas e culturais para formação das alunas do Colégio Santa Clara. Embora as fontes documentais sobre esse tema pareçam ser escassas, as informações disponíveis indicam que ocorriam diversas manifestações dentro e fora da instituição, como exposições dos trabalhos manuais realizados pelas alunas em sala de aula, recitais de poesias e danças, atividades e apresentações do coral. Como evidenciado na Figura 27 as meninas do Colégio Santa Clara participaram do coral durante a cerimônia de lançamento da pedra fundamental, em outubro de 1933.

**Figura 27** – Missa de lançamento da pedra fundamental de Goiânia, em 1933



Fonte: Acervo escolar (COLÉGIO SANTA CLARA, 2021).

Em contraposição à fotográfica acima datada de 1935, no site oficial da Secretaria de Estado da Casa Civil do Governo do Estado de Goiás (2022), que fornece informações acerca da “História da Cidade de Goiânia”, podem ser observadas divergências nas datas. Os documentos oficiais do Estado de Goiás

estabelecem a data do lançamento da pedra fundamental da nova capital, Goiânia, como sendo 24 de outubro de 1933. Nesse contexto, é evidente que este evento representou um momento histórico para a cidade de Goiânia e para o estado de Goiás, uma vez que a capital do Estado deixaria de ser a “Cidade de Goiás”, também chamada de Goiás Velho. Diversas foram as razões sociais e econômicas para que esse fato ocorresse, no entanto, não é pertinente aprofundar essa abordagem nesse momento.

É importante destacar que as Irmãs e o coral das meninas do Colégio Santa Clara eram frequentemente convidados a acompanhar as atividades solenes da cidade, nas quais usavam trajes semelhantes aos utilizados nas missas de domingo, das quais as alunas do Colégio Santa Clara participavam “religiosamente”. Além disso, o fato de as meninas do Colégio Santa Clara participarem desses eventos indica o prestígio social e cultural que elas tinham.

**Figura 28** – Missa campal, ocasião em que se erguia Goiânia, 1935



Fonte: Acervo escolar (COLÉGIO SANTA CLARA, 2021).

Representada na Figura 28, logo acima, temos a participação das alunas do Colégio Santa Clara em outro importante evento social. Desta vez elas participaram da missa campal realizada em 1935, em que as autoridades também estiveram presentes, conforme era costume. Nessas ocasiões, as alunas se apresentavam cantando no coral ou declamando poesias, o que conferia prestígio ao evento e confirmava a relevância do Colégio Santa Clara na formação das alunas como cidadãs engajadas nas demandas sociais e culturais da comunidade. Além disso, tais eventos

permitiam que elas desenvolvessem habilidades relacionadas à boa convivência social e ao relacionamento interpessoal, que eram importantes para a formação de boas esposas e mães de família.

A educação e instrução oferecidas às alunas no Colégio Santa Clara eram consideradas dignas de respeito e honra pela sociedade goiana, e a percepção geral era que as estudantes ali formadas eram preparadas para assumir seus papéis na sociedade como mulheres de referência, imbuídas de valores éticos, morais e cívicos. Durante a sua permanência educativa na instituição, se percebessem o gosto pela vida religiosa, poderiam se tornarem mulheres vocacionadas, prontas para servirem ao Colégio Santa Clara ou a outras congregações e colégios, seja como professoras ou como Irmãs.

Portanto, o ensino, a instrução e a educação oferecidos no Colégio Santa Clara, principalmente em relação ao catolicismo, tinham como objetivo formar cidadãs goianas disciplinadas, imbuídas de valores éticos, morais e cívicos, seguindo as regras e a disciplina, o que resultava em uma cultura escolar tradicionalista em que a formação de comportamento era enfatizada. Isso pode ser observado na vida das alunas e ex-alunas, tanto em rotina doméstica com seus futuros maridos quanto em sua atuação como cidadãs formadas para exercerem seu papel como mulheres moral e eticamente corretas, sendo consideradas referência socialmente e, portanto, um modelo a ser seguido.

### 3.2.1 Aspectos da formação religiosa e carisma cristão presente nos ritos e atividades da instituição

Em Goiás, até a chegada das instituições de ensino como o Colégio Santa Clara e outros colégios confessionais, havia poucas instituições educacionais no Estado que ofereciam instrução às alunas em que os pais confiavam. Normalmente, elas eram alfabetizadas e instruídas em casa ou eram mandadas para outros estados para obterem educação.

Mesmo com o processo de rompimento do regime padroado, o catolicismo ainda era culturalmente considerado a religião oficial do país. As famílias tradicionais goianas, assim como as outras famílias do país, acreditavam que a educação e a religião coexistiam na formação. Isso se dava porque a educação e a formação moral-religiosa realizadas em instituições de ensino confessionais, como o Colégio Santa

Clara, validavam para os pais e mães a certeza e a satisfação de estarem em sintonia com o social e cultural. Isso confirmava que o Colégio era suscetível e influenciado pelo contexto social da época.

Assim, com o propósito de investigar essa influência e relação da instituição e o meio social e cultural da época, trataremos as fontes documentais do acervo escolar do Colégio Santa Clara, no período de 1922 a 1950, buscando nas fontes da instituição vestígios e nexos sobre as percepções de uma educação formadora comprometida com a preservação dos valores do catolicismo na sociedade goiana. Lançaremos luz sobre os valores imbuídos na evangelização católica para revisitar tudo o que envolve o ensino, a instrução e a educação confessional, como as normas, a ordem, a disciplina, a vigilância, os ritos, entre outros aspectos.

Nesta acepção, traremos diversos instrumentos usados na instituição que contribuíram para o seu funcionamento, levando em consideração os aspectos que possivelmente moldaram a formação de uma cultura escolar pautada na ordem, na disciplina e no carisma. É importante ressaltar que as fontes coletadas nas visitas à instituição fornecem boas indicações, mas possuem algumas lacunas a serem preenchidas, como a ausência do regulamento da instituição. Estes materiais, entre outros, estavam sob a responsabilidade da pessoa responsável pela biblioteca, que, durante as duas visitas, estava afastada de suas funções devido à pandemia da covid-19, seguida de férias trabalhistas.

Dessa forma, nos ateremos às fontes que temos em mãos, que são igualmente importantes como indicadores das inscrições das possíveis culturas escolares encontradas no Colégio Santa Clara. Os documentos do acervo escolar contam sobre uma instituição cuja administração foi constituída por mulheres Franciscanas até 1948. É relevante apontar que, até 1946, o Colégio Santa Clara foi considerado essencialmente uma instituição educacional para meninas. No entanto, somente em 1948, o Colégio Santa Clara tornou-se uma instituição educacional mista. As Irmãs enfrentam muitos desafios, mas o fato de serem consideradas “mulheres de Deus”, ou figuras sacras perante a sociedade, as tornou livres de alguns impedimentos sociais, tanto em suas vidas cotidianas quanto diretoras e coordenadoras do Colégio Santa Clara.

No entanto, a rigidez com a qual administravam a instituição, tanto no aspecto técnico-administrativo quanto no pedagógico, deixou marcas na formação das “meninas do Santa” e na sociedade local. No que diz respeito ao ensino, à instrução

e à educação, estes eram realizados de acordo com os ideais alemães, mesmo quando, em 1946, Irmã Nelly S. de Amorim, primeira Irmã e ex-aluna brasileira assumiu a direção da instituição, conforme ilustrado na Figura 29. Por mais que ocorressem mudanças de uma gestão para outra, a cultura escolar presente naquele espaço era herdada em relação às virtudes e valores intrínsecos à religião católica. Geralmente, as mudanças que ocorriam correspondiam a adequações ao contexto social e político que a instituição passava.

Outro traço da cultura escolar do Colégio era a fusão entre o aspecto pedagógico e o espírito religioso, que surgiu quando o Colégio Santa Clara começou a formar suas primeiras turmas de meninas. Conforme confirmado pela fonte na compilação da Figura 29, logo abaixo, esta característica foi profundamente enraizada na instituição:

**Figura 29** – Perfis bibliográficos das ex-alunas que se tornaram professoras e diretoras do Colégio Santa Clara

<p><b>01</b>      <b>IRMÃ MARIA DA GLÓRIA ARTIAGA MOREIRA</b>  Nome civil: Maria Artiaga Moreira  Filha do Sr. Francisco da Silva Moreira e de D. Ana Artiaga Moreira.  Nasceu em Itaberaí de Goiás, no dia 16 de janeiro de 1917.</p> <p>Terminou o Curso Normal no Colégio Santa Clara, em 1933. Formada professora, ingressou na Congregação, em março de 1936.  Dia 06 de janeiro de 1937 – recebeu o hábito religioso.  Dia 07 de março de 1938 – fez profissão dos votos religiosos.  A maior parte de sua vida, Irmã Glória passou no Colégio Santa Clara, como professora e diretora. Enérgica, competente e muito culta, era querida e</p>	<p><b>02</b>      <b>IRMÃ MARIA GABRIELA DE BARROS</b>  Nome civil: Maria José de Barros  Filha do Sr. Antonio Pereira Barros e de D. Sebastiana Almeida Barros.  Nasceu em Barueri – São Paulo, no dia 28 de março de 1925.</p> <p>Ex-aluna do Colégio Santa Clara, foi admitida como noviça da Congregação, no dia 19 de dezembro de 1946, no Externato São José, Pindamonhangaba – SP.</p>
<p><b>03</b>      <b>IRMÃ MARIA NELLY S. DE AMORIM ( EX-ALUNA)</b>  Nome civil: Adelaide Siqueira de Amorim  Nascimento: 22 de janeiro de 1917, em Bela Vista – GO.  Filha do Sr. Antenor de Amorim e D. Nayá Siqueira de Amorim</p> <p>Admitida na Congregação das Franciscanas da 3ª Ordem Seráfica, no Colégio Santa Clara, em 6 de janeiro de 1937. Fez a profissão dos votos religiosos a 7 de março de 1938. Lecionou no Colégio Santa Clara. E assumiu o cargo de Diretora, em 1946, sendo a primeira diretora brasileira. Enérgica,</p>	<p><b>04</b>      <b>IRMÃ MARIA LUDMILLA DO PRADO</b>  Nome civil: Darci Lourdes do Prado  Filha do Senhor Florido do Prado e de D. Graciema Mendonça do Prado.  Nasceu em Bela Vista de Goiás, no dia 28 de abril de 1928.</p> <p>Aluna do Colégio Santa Clara, como aspirante à vida religiosa franciscana. Formada professora, foi para a sede da Congregação em Pindamonhangaba - SP – o Externato São José.</p>

Fonte: Imagem elaborada pela autora, adaptada de Colégio Santa Clara (2021).

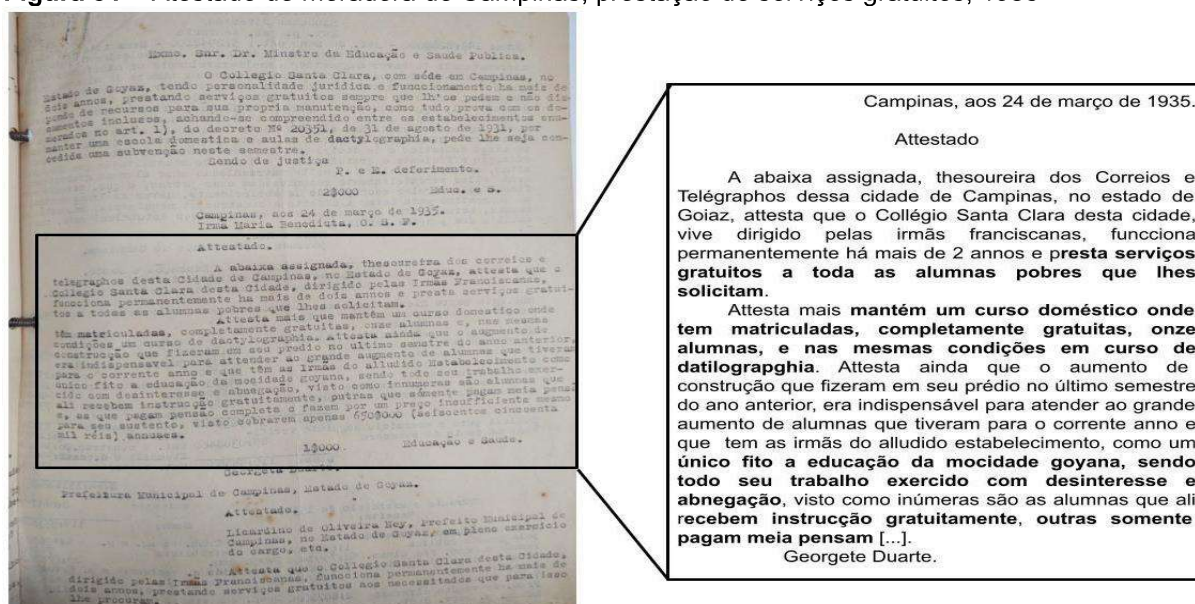
Como consequência do aumento do alunado do Colégio Santa Clara, tornou-se inevitável a ampliação do quadro funcional de professoras. Algumas ex-alunas demonstraram interesse pela vida religiosa, tornando-se noviças e, posteriormente, fazendo seus votos religiosos e exercendo a função de professoras. Em outros casos, as ex-alunas tornavam-se professoras leigas da instituição ou de outros colégios confessionais. Em síntese, no espaço escolar do Colégio Santa Clara, havia a prática de formar as alunas para desenvolverem o gosto e a vocação pela vida religiosa como



cidade que não tinham condições de pagar os cursos. Essa prática alimentava na instituição valores como generosidade, solidariedade e caridade, inerentes ao espírito e às orientações do carisma.

Essa prática é confirmada a seguir na Figura 31, em que uma moradora de Campinas, em 1935, atesta no documento suas percepções sobre o Colégio Santa Clara, afirmando que o “único fito da instituição é a educação da mocidade goiana, e todo o seu trabalho é exercido sem desinteresse e abnegação [...]” (COLÉGIO SANTA CLARA, 2021, s./p.). Isso sugere que o Colégio Santa Clara era percebido pelos goianos, tanto intra como extramuros, como uma instituição na qual os valores advindos da evangelização católica se sobrepunham à necessidade do lucro com a instrução das meninas goianas. Ao contrário, nos documentos acessados que citam os recursos financeiros, a única preocupação é a subsistência da instituição, de maneira que todos os recursos captados se voltavam em prol do seu alunado.

**Figura 31** – Atestado de moradora de Campinas, prestação de serviços gratuitos, 1935



Fonte: Acervo escolar (COLÉGIO SANTA CLARA, 2021, grifo nosso).

Ao se analisar as subvenções financeiras<sup>15</sup> que ocorreram ao longo da história da instituição, é possível perceber situações que indicam traços que fazem referência às culturas escolares. Dentre essas situações, destaca-se a confirmação de que, a partir da equiparação do Colégio pelo Estado, em junho de 1927, foram despendidos

<sup>15</sup> Subvenções financeiras, é considerada modalidade de repasse financeiro realizado pelo governos federal, para entidades e instituições, que desenvolvem atividades de interesse comum ao povo, como por exemplo, as escolas. (OLIVEIRA, 2013).

muitos subsídios financeiros ao Colégio Santa Clara, tanto a nível Federal ou Estadual. Podendo ser confirmado na Figura 32, abaixo:

**Figura 32** – Comunicado de deferimento de subvenção financeira ao Colégio Santa Clara, 1935

BRASIL DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS TELEGRAMA

RECEBIDO DE *Copa* POR *18/39* AS *18:39*

ENDEREÇO *Senado Federal Rio*

DE *1835* N.º *3020* PLS. *37* DATA *7* HORA *1835*

Comunico ao prezado amigo que Sr. Presidente Republica definiu pedido subvenção Colégio Santa Clara e de Goiaz e concedendo auxilio de dois contos de réis a essa instituição pt cordiais saudações

Gustavo Capanema  
 Director do Departamento de Correios e Telégrafos

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS  
**TELEGRAMA**

Senado Federal  
 Rio de Janeiro  
 07/08/1935

Comunico ao prezado amigo que Sr. Presidente República, deferiu o pedido de subvenção do Colégio Santa Clara de Goiaz, concedendo auxílio de dois contos de réis a essa instituição. Bondosas saudações

Gustavo Capanema  
 À Sra. Superiora do Colégio

Fonte: Acervo escolar (COLÉGIO SANTA CLARA, 2021).

Ainda a respeito das subvenções, é possível constatar o prestígio da instituição fora dos muros do Colégio desde a sua criação para a população goiana, o que denota um reconhecimento social advindo da promoção de uma cultura escolar que ultrapassa os limites da instituição. Um exemplo desse prestígio é o deferimento de subvenção financeira do Governo Federal a uma instituição de ensino privada, como o Colégio Santa Clara, em 1935.

Além disso, é importante destacar as diversas manifestações religiosas das alunas do Colégio Santa Clara em atividades sociais extramuros, como a procissão de “Corpus Christi” em 1948, como pode ser observado na Figura 33.

**Figura 33** – Procissão de “Corpus Christi”, Colégio Santa Clara, 1948



Fonte: Acervo escolar (COLÉGIO SANTA CLARA, 2021).

Na Figura 33 é possível observar que as alunas do Colégio se vestiam padronizadas dos “pés à cabeça”, com boinas, chapéus ou véus brancos na cabeça, camisas de mangas compridas, saias plissadas abaixo dos joelhos, meias brancas e sapatos pretos. Destaca-se, entretanto, duas meninas que estão logo à frente da procissão: a primeira com vestido preto, portando um coração também preto torneado de branco; e a outra com vestido claro, mas não branco, segurando a imagem do que parece ser alguma figura sacra. Além disso, é possível notar bandeiras e brasões, bem como a presença das Irmãs que acompanham e organizam a procissão, vestidas com hábitos pretos. Esses elementos indicam uma cultura focada na disciplina, uma vez que as Irmãs acompanhavam as alunas em todos os eventos, garantindo com rigidez a ordem.

O uso de véstias brancas, seja nos uniformes de uso interno ou nos uniformes de gala utilizados em eventos sociais na cidade ou no Colégio para ocasiões especiais, bem como os véus, podem ser considerados traços característicos de uma cultura escolar confessional, que faz alusão às virtudes inculcadas nas alunas, como a pureza espiritual e física. Essa preocupação ou obrigação em demonstrar a excelência na formação das alunas do Colégio Santa Clara, que aos olhos dos goianos era exemplar, fica quase velada em eventos externos.

Ao examinarmos as fontes documentais do acervo escolar do Colégio Santa Clara em busca de indícios da formação de culturas escolares por meio de ritos e atividades, constatamos que a cultura escolar, embora construída de maneira

despretensiosa no cotidiano do espaço escolar, é uma parte fundamental na vida das alunas nesse ambiente, pois fortalece os vínculos e a sensação de pertencimento à instituição. Além disso, alguns outros ritos e atividades significativas fazem parte dos elementos que compõem a formação das culturas escolares, tais como: jogos esportivos, clubes e associações estudantis, jornais – como, por exemplo, o “Jornal Clarear” com edição anual –, festas de final de ano e celebrações em torno das datas sacras previstas em calendário acadêmico, celebrações dos aniversários da instituição e das cerimônias de formatura, que, no caso do Colégio Santa Clara, sempre ocorriam acompanhadas de missas solenes e convites e participações de pessoas notórias da cidade.

Os documentos trazem indicações de que as celebrações dos aniversários da instituição são uma cultura interna valorizada, como no perfil biográfico da Irma Maria Nelly, em que um dos feitos da sua gestão é apontada a “grandiosa comemoração dos vinte e cinco anos do Colégio, em 1947”. Em outro momento, recortes de jornal de grande circulação na cidade de Goiânia anunciam as celebrações em torno do jubileu de 60 anos; em 2002, a comemoração dos 75 anos do Colégio Santa Clara e 25 anos da FAP; e, mais recentemente, em 2022, o centenário. A Figura 34 ratifica a existência de uma cultura escolar solidificada ao longo do tempo na instituição, centrada em torno das celebrações do aniversário do Colégio.

**Figura 34** – Convite e cronograma das comemorações de 75 anos do Colégio Santa Clara, 1997

**CONVITE**

As Irmãs Franciscanas da Ação Pastoral têm o prazer de convidar pais, alunos, ex-alunos, professores, ex-professores e amigos para participar das cerimônias de comemoração do 75º aniversário do Colégio Santa Clara e do 25º aniversário da Congregação FAP.

**PROGRAMAÇÃO**

23/05/97 - 19h45 - **MISSA JUBILAR**  
75 anos do Colégio Santa Clara e 25 anos da Congregação FAP.  
Igreja Matriz de Campinas

27/05/97 - das 8:00 às 17h30 - **EXPOSIÇÃO**  
Fotografias da cidade de Goiânia e, no contexto, o Colégio Santa Clara.

08/08/97 - 19:00 - **ABERTURA DA V JORNADA ESPORTIVO CULTURAL**  
Centro de Formação Vicentina

09/08/97 - 7h30 - **HOMENAGEM AOS PAIS**  
Momento Esportivo, integrando Escola e Família  
Quadra de Esportes Santa Clara

25/08/97 - 8:00/16:00 - **VISITA ÀS SALAS DE EXPOSIÇÃO E FEIRA DE CIÊNCIAS**

02/09/97 - 7h30/16:00 - **APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA**  
Teatro, dança, música e oratória  
Auditório Santa Clara

17/09/97 - 8:00/16:00 - **I FEIRA DO LIVRO**

18 a 22/09/97 - **SEMANA VOCACIONAL**

25/09/97 - 8h30/16:00 - **I MOSTRA DE TRABALHOS DE INFORMÁTICA**

02/10/97 - 8:00/16:00 - **VISITA AO MUSEU SANTA CLARA**

21/11/97 - 19:00 - **MOMENTO FRANCISCANO**  
Mensagem de PAZ e BEM.

Fonte: Acervo escolar (COLÉGIO SANTA CLARA, 2021).

É importante ressaltar que a ilustração mencionada não deve ser considerada como fonte documental, mas sim como uma evidência complementar que reforça a narrativa. Essa explicação se faz necessária, uma vez que ela transcende o recorte temporal da pesquisa. No entanto, quando tratamos de culturas escolares de uma instituição centenária e em constante evolução, é inevitável que ocorram desdobramentos como este.

Os ritos e atividades do Colégio Santa Clara destacam a importância da instituição como veículo de transmissão de crenças e valores da fé católica, materializados na presença de elementos carismáticos nas rotinas educacionais. Isso influenciou tanto as alunas quanto a comunidade em que estavam inseridas. A compreensão desses aspectos contribui para a análise da influência da religião na sociedade e na educação, bem como para a reflexão sobre a importância da preservação da memória institucional.

### 3.2.2 Aspectos da formação cívica promovida na e pela instituição

Para o desenvolvimento desta seção, abordaremos os ritos cívicos concebidos e aplicados no Colégio Santa Clara às alunas. Utilizaremos como suporte as fontes do acervo escolar da instituição, bem como as “devolutivas” sobre os resultados dessa formação cívica e cultural para a sociedade goiana. Compreendemos a participação das alunas de uma instituição de ensino confessional e, conseqüentemente, da Igreja, nas festividades sociais como convidadas de grande expressividade social. Isso se deve à importância do Colégio Santa Clara para o município, estado e para a própria Igreja.

No que se referente ao período ultramontano, que subsidiou alguns interesses da Igreja, especialmente no Brasil, Bencostta (2014) explica que

a perspectiva da hierarquia da Igreja era demonstrar que seus líderes jamais abandonaram a ideia de o Brasil ter nascido católico, que sempre colocaram em um mesmo grau de importância o amor à Pátria e o zelo pela religião. Na concepção da Igreja como Cristandade, o poder civil constituído e o poder eclesiástico se identificam, a ponto de se confundirem na concepção como “sociedade perfeita”, assim, a Igreja se colocava ao lado do poder da autoridade politicamente constituída. (BENCOSTTA, 2014, p. 397).

Nesta acepção, é possível inferir que os ritos cívicos nas instituições de ensino confessionais eram desenvolvidos em sinergia com os interesses do Estado. Por meio

das fontes acessadas, revelam-se aspectos da materialidade relacionados às práticas civis e religiosas, destacando que a instituição, mesmo sendo autônoma, mantinha vínculos com o Estado. No entanto, nos documentos acessados, não foram encontradas uma diversidade de fontes sobre as realizações destes ritos. Considerando alguns fragmentos encontrados, percebe-se que as atividades cívicas dentro e fora da instituição ocorriam e eram inseridas no cotidiano das alunas.

As comemorações cívicas, assim como as festividades e ritos ligados à religiosidade, faziam parte do calendário escolar da instituição. O objetivo das atividades era fomentar e fortalecer o sentimento patriótico e o carisma nas alunas, bem como a formação de uma memória coletiva nos atores envolvidos dentro e fora da instituição. “Festa escolar cívica perpetuava uma recordação, separava o que tinha importância e o que não era relevante para a história/memória dos alunos e para a fundação de sua identidade social.” (BENCOSTTA, 2006, p. 310).

Alguns exemplos de datas e ritos manifestadas no cotidiano do Colégio Santa Clara eram: o Dia de Tiradentes, o Dia da Proclamação da República, o Dia da Independência, o hasteamento diário da bandeira nacional e o canto do hino nacional. Sobre os eventos e atividades de caráter religioso, destacam-se: a Páscoa, Corpus Christi, o Dia de Santa Clara e São Francisco de Assis e eventos municipais e estaduais nos quais o Colégio Santa Clara, como orgulho da sociedade goiana, normalmente participava.

Ao analisarmos as práticas cívicas e religiosas realizadas pelo e no Colégio Santa Clara prescritas nas fontes documentais, deparamo-nos com a existência da materialidade nos documentos. No Colégio Santa Clara, estes aspectos eram desenvolvidos por meio de uma instrução moral, religiosa e cívica. Segundo os documentos, uma das propostas educativas do Colégio Santa Clara era “promover a formação cristã e cívica, baseada no respeito a Deus, a Pátria, à família e ao próximo” (COLÉGIO SANTA CLARA, 1997, s./p.).

No que diz respeito às ocorrências das participações fora da instituição, o Colégio Santa Clara era habitualmente convidado a compor os ritos cívicos, sociais e culturais. Essas participações foram entendidas como uma manifestação do mais puro orgulho goiano. A representatividade social da instituição transmitia aos goianos valores éticos e morais desejados pelas famílias goianas que sustentavam e defendiam a tradicional moral e os “bons costumes”. As alunas do Colégio Santa Clara

eram percebidas e respeitadas socialmente como cidadãs dignas de serem seguidas como modelos sociais.

Assim, na instituição, atividades cívicas materializavam-se por meio de práticas e ritos previstos atrelados ao pedagógico, como o ensino dos procedimentos sobre a bandeira e as regras de uso (hasteamento, altura do hasteamento, uso em enterros, proibições de uso e rito de incineração da bandeira nacional); canto do hino nacional e o ensino dos cantos orfeônicos, previsto no currículo da instituição.

Especificamente em relação aos ritos de incineração da bandeira nacional, as fontes indicam que o conhecimento era aplicado em sala de aula de forma aprofundada e devendo ser percebido e conhecido pelas alunas, sem exceção. A Figura 35 apresenta a bandeira nacional ilustrada por meio de desenho manual, respeitando todas as cores e formas geométricas, bem como constando 21 estrelas representando os 20 estados brasileiros e mais uma para o Distrito Federal. O protocolo era seguido rigorosamente no caso de incineração:

**Figura 35** – Rito de incineração da Bandeira Nacional, que compõe o currículo escolar do Colégio Santa Clara, 1948



Fonte: Acervo escolar (COLÉGIO SANTA CLARA, 2021).

Para além dos protocolos e das atividades disciplinares, o Colégio Santa Clara estabeleceu o uso da bandeira nacional, do hino nacional, do hino da bandeira e de outros cânticos patrióticos e cantigas culturais. É importante mencionar que a Lei nº.

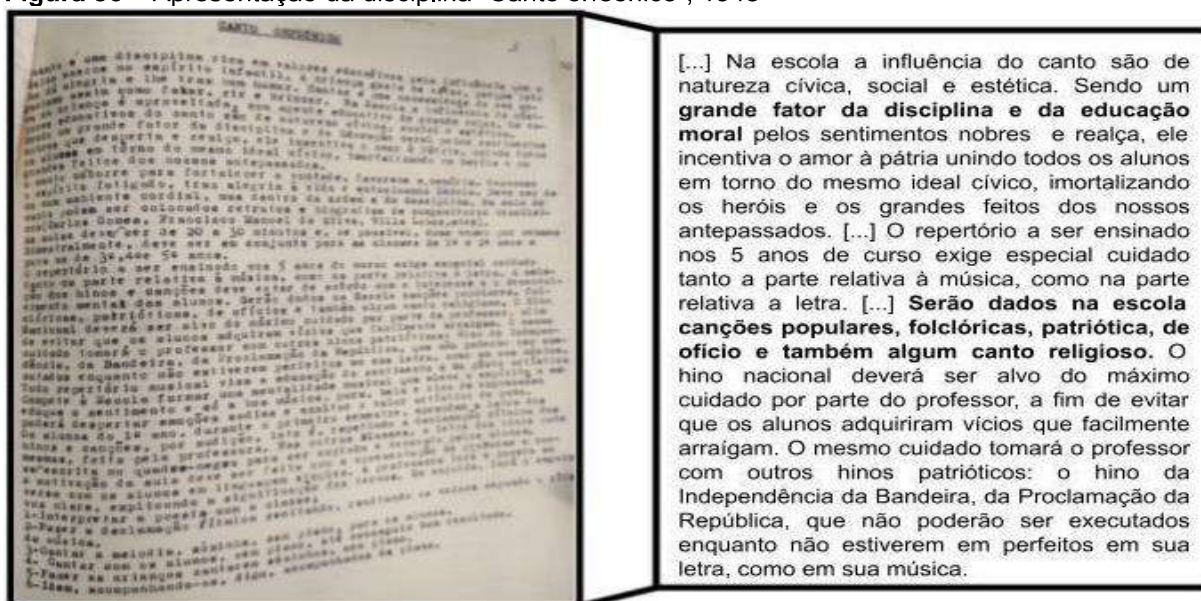
259, de 1º de outubro de 1936, estabeleceu a obrigatoriedade do canto do hino como uma atividade de cunho nacionalista e patriótico no cotidiano da instituição, e o Colégio Santa Clara adotou esta prática.

[...] Art. 1º. Fica obrigatório, em todo o país, nos estabelecimentos de ensino, mantidos ou não pelos poderes públicos, e nas associações de fins educativos e outros, constantes dessa lei, o canto do Hymno Nacional, de Francisco Manoel da Silva, com a letra de Joaquim Osorio Duque Estrada, oficializado pelo Decreto nº. 15.671, de 6 de setembro de 1922, do Governo da República. [...] Art. 3º. A instituição que, previamente intimada, deixar de cumprir as determinações desta lei, terá proibido seu funcionamento pela autoridade competente. (BRASIL, 1936).

Com o objetivo de fortalecer este sentimento, ficou regulamentado, por meio do Decreto Oficial nº. 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário, expresso no artigo terceiro, o conteúdo das disciplinas que compunham o curso fundamental, distribuídas em cinco anos, da 1ª a 5ª série (BRASIL, 1931). Dentre as disciplinas obrigatoriamente abordadas, destaca-se a música (canto orfeônico).

Neste sentido, constatou-se, por meio de fontes documentais datadas de 1948, que o Colégio Santa Clara cumpria o referido decreto, ministrando a disciplina “Canto orfeônico” aos alunos da 1ª à 5ª série. O documento apresentado na Figura 36 descreve como a disciplina deveria ser implementada em sala de aula, visando o pleno cumprimento da norma.

Figura 36 – Apresentação da disciplina “Canto orfeônico”, 1948



Fonte: Imagem elaborada pela autora, adaptada de Colégio Santa Clara (2021, grifo nosso).

O currículo da disciplina de “Canto orfeônico”, aplicado pelo Colégio Santa Clara, está em conformidade com a determinação estabelecida pelo Decreto nº. 19.890/1931 (BRASIL, 1931), o qual fazia parte de um período histórico brasileiro em que o civismo, a disciplina e a ordem coletiva eram promovidos, apoiando-se na pedagogia musical implementada nas escolas do país, liderada inicialmente por Heitor Villa-Lobos.

Essa conquista demonstra que o Colégio Santa Clara, embora baseado em princípios religiosos em sua abordagem pedagógica, se adaptava às demandas políticas e sociais, incorporando as políticas educacionais da época. A comprovação disso é o próprio currículo, pois esta prática, inserida no contexto do espaço escolar, se materializava tanto dentro quanto fora das paredes da escola, com a participação em eventos sociais e culturais que cultivavam sentimentos de patriotismo e respeito ao país, como pode ser observado na Figura 36.

Apesar de as aulas de canto orfeônico desenvolverem habilidades musicais e culturais nas alunas, elas também se comprometiam, sobretudo, com a supervalorização da expressão dos ritos cívicos, visando formar cidadãos engajados com os deveres patrióticos, confirmado no Currículo da disciplina “Canto orfeônico” do 1º ano/ série, 1948, na Figura 37, a seguir.

Figura 37 – Currículo da disciplina “Canto orfeônico” do 1º ano/ série, 1948

1º ANO

Este ano devem ser dadas algumas canções fáceis, pequenas e alegres, como as relacionadas abaixo, e que serão ensinadas aos alunos através de livros de Canto Orfeônico, de Heitor Vila Lobos, 1º volume; Vamos Brincar de Roda, de Irja Costa Novais, Diva Diniz Costa e Gedir de Paula Pinto; Minhas Cantigas, de Fabiano Lozano; Brasil Cantando, de Frei Pedro Blazio. Algumas canções são avulsas.

Soldadinhos.....	Canto Orfeônico
Marcha escolar (Meu sapinho).....	"
Carneirinho de algodão.....	"
Repiu-piu-piu.....	"
Na Bahia tem.....	Brasil Cantando
São horas.....	Minhas Cantigas.
Vamos, maninha.....	"
O cravo brigou com a rosa.....	"
Ciranda, cirandinha.....	"
Terezinha de Jesus.....	"
Fui no Itororó.....	"
A canção virou.....	"
Princesa Rosa.....	Vamos brincar de roda.
Canção da Bandeira.....	Hekel Tavares (avulsa)
Princesa Isabel.....	"
Estréla pequenina.....	"
Deus salve a América.....	Irving Berlin

Fonte: Acervo escolar (COLÉGIO SANTA CLARA, 2021).

Na disciplina de “Canto orfeônico” ministrada na 1ª série no Colégio Santa Clara, as canções desenvolvidas com os alunos deviam ser fáceis, pequenas e

alegres, seguindo como referência o livro de Heitor Villa-Lobos. Entre as músicas destacam-se: “Soldadinho”, “Marcha escolar”, “Deus salve a América” e a “Canção da Bandeira”, cujas letras tinham como objetivo exaltar a bandeira e fazer alusão às suas características. Já na disciplina da 2ª série, algumas das canções trabalhadas na 1ª série eram contempladas novamente. Além disso, os alunos do Colégio Santa Clara tiveram o primeiro contato com o ensino pedagógico do “Hino à Bandeira Nacional” e ao “Hino à Goiás”, além de terem contato com músicas do folclore brasileiro e algumas músicas regionais. Como confirmado na Figura 38 que aponta as especificações do currículo da disciplina “Canto orfeônico” do 2º ano/série, 1948.

**Figura 38** – Currículo da disciplina “Canto orfeônico” do 2º ano/série, 1948

CANTO ORFÔNICO : 2º ANO	
Hino à Bandeira Nacional.....	Brasil Cantando
Marcha, soldado.....	Idem
Minha Terra tem palmeiras.....	idem
Associação brasileira.....	idem
Bandeira de minha terra.....	idem
Viva o Sol... (cântico).....	idem
Terra natal.....	idem
Leão do sertão.....	idem
Tembozinhão.....	Minhas Cantigas
Onda vai, onda vem.....	idem
Dorme, filhinho.....	idem
O velho sino.....	idem
No imensomar.....	idem
Lar, doce lar.....	idem
No jardim.....	idem
Marcha escolar.....	Canto Orfeônico
Moçani-ná (indígena).....	idem
Hino a Goiás.....	avulso.....
Férias.....	Vila-Lobos-
Carrilhão.....	Vila Lobos
Capelinha de melão.....	C.B.Barreto
Noites goianas	Vamos Cantar.

Nota: É aconselhável que o 2º ano cante em conjunto com o 1º.

Fonte: Acervo escolar (COLÉGIO SANTA CLARA, 2021).

O currículo da disciplina de “Canto orfeônico” da 3ª série não foi encontrado no acervo documental. No entanto, o currículo da 4ª série aponta que “as aulas devem seguir a orientação dada no terceiro ano”, além de indicar as metodologias a serem aplicadas durante o ano. Na 4ª série, acrescenta-se o ensino do Hino Nacional e do Hino da Proclamação da República com intuito de reforçar o sentimento cívico, bem como a religiosidade através dos cantos de músicas sacras, como pode ser verificado na Figura 39, logo abaixo:



Outro evento no qual o Colégio Santa Clara se fazia presente regularmente como uma parte importante do contexto social goiano da época eram os desfiles de Sete de Setembro, data que marca o Dia da Independência do Brasil. Bencostta (2014) ratifica essa informação, destacando a presença de instituições confessionais nos desfiles.

Os desfiles foram eventos coletivos que exigiram organização conforme as regras peculiares a cada uma das datas cívicas comemoradas. Deles participaram regularmente os alunos dos colégios católicos, distribuídos dentro de uma determinada estrutura de produção e de consumo das festas, na qual eles ocupavam papéis específicos. (BENCOSTTA, 2014, p. 396).

Os desfiles eram precedidos por semanas de ensaios, tanto dentro quanto fora do colégio, e a concentração dos participantes ocorria em um local externo à instituição. Em seguida, iniciava-se a marcha com um percurso definido pela cidade, acompanhada por fanfarras oficiais que marcavam o ritmo dos desfiles, em que disciplina e ordem eram elementos fundamentais para o andamento das celebrações. A prática dos desfiles cívicos era percebida como um dia de festa para os goianos, em que as autoridades notórias da sociedade, consideradas “anfitriãs”, estavam presentes, enquanto o povo, como convidado, se propunha a vestir suas melhores roupas para apreciar as festividades.

**Figura 41** – Desfile de Sete de Setembro (Independência do Brasil, 1950)



Fonte: Acervo escolar (COLÉGIO SANTA CLARA, 2021).

Conforme é possível observar na Figura 41, as alunas do Colégio Santa Clara marchavam anualmente pelas ruas, padronizadas em seus uniformes de gala, compostos por boinas pretas, camisas brancas de mangas longas com golas e gravatinhas pretas, saias plissadas pretas com o comprimento abaixo do joelho milimetricamente acertado e vigiado pelas irmãs, luvas e meias brancas, e sapatos pretos de bico redondo presos às canelas. Naquele momento social, as alunas eram consideradas a personificação dos melhores valores sociais e culturais almejados pelas famílias goianas.

As práticas cívicas e religiosas desenvolvidas na ou pela instituição era impregnada de sentidos simbólicos e de representatividade, contribuindo para a construção de culturas escolares que eram refletidas e difundidas na sociedade goiana. Entretanto, é importante destacar que essas atividades religiosas e o civismo não se descolavam do projeto político-pedagógico implementado pelo Estado nas instituições de ensino do país.

De modo geral, as festividades culturais escolares e as atividades e festividades cívicas não se restringiam aos muros do Colégio Santa Clara, alcançando a sociedade goiana de forma orgânica e inculcando a disciplina, a ordem e os valores relacionados ao catolicismo. Essa constituição a partir da instituição pode ser comparada figurativamente a sementes germinadas que eram trazidas pelos alunos do Colégio Santa Clara para dentro dos lares goianos, atuando como atores de difusão. No entanto, é importante considerar a construção da memória e seu conceito, como pondera Le Goff (1990), na consolidação desses ritos.

Fenômeno individual e psicológico (cf. soma/psiche), a memória liga-se também à vida social (cf. sociedade). Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita (cf. oral/escrito) e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (passado/presente), produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história (ef. filologia), acumular objetos (cf. coleção/objeto). A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social (cf. espaço social) e político (cf. política): trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos (cf. imaginação social, imagem, texto) que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo (cf. ciclo, gerações, tempo/temporalidade). (LE GOFF, 1990, p. 419).

Neste sentido, é evidente que as festividades culturais, cívicas e religiosas que faziam parte das rotinas dos alunos, conforme delineado no projeto político-pedagógico do Colégio Santa Clara, por obrigatoriedade do Estado ou não, não podem ser entendidas apenas como mecanismos utilizados para controle social e

disciplinar. Essas atividades contribuíram para a promoção e construção de uma memória social e cultural coletiva, situada em um tempo e espaço específicos.

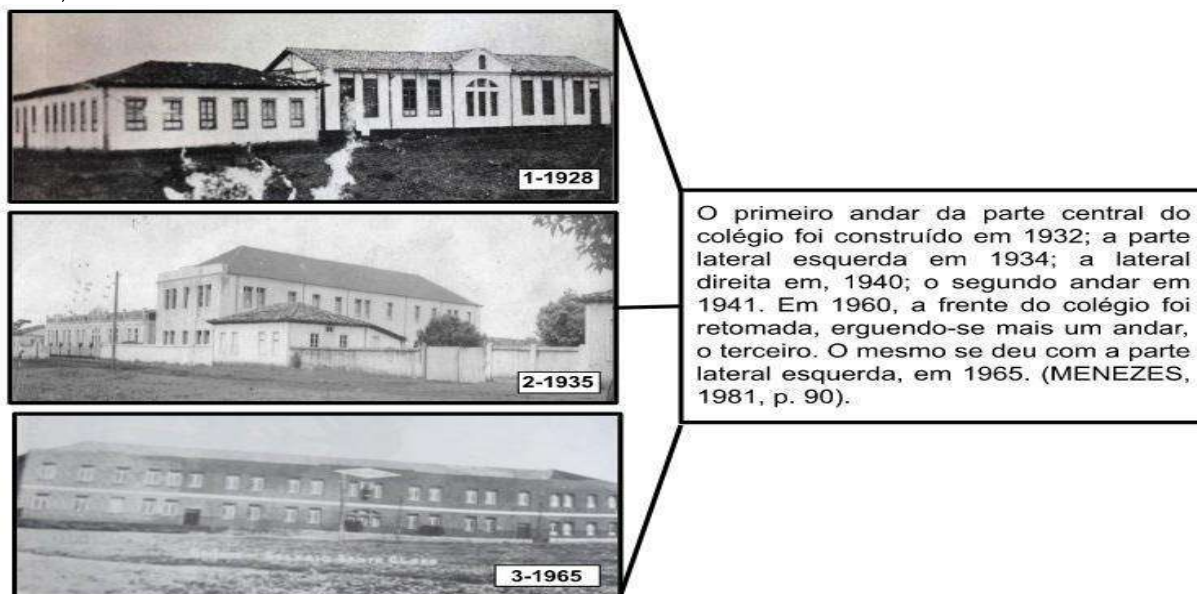
No entanto, as fontes históricas mostram que a instituição destacava em sua rotina a importância de seguir as normas e disciplinas impostas pela religião católica, bem como respeitar a ordem e regras cívicas impostas pelo contexto social e político da época. Isso era feito para preparar as alunas para se tornarem cidadãs conscientes do seu papel e posição cívica na tradicional sociedade goiana.

### 3.2.3 Outros aspectos evidenciados no conteúdo das fontes

Outro elemento característico da instituição, que contribuiu diretamente para a formação da cultura escolar no espaço institucional, foi o controle e a disciplina. Vários foram os indícios que corroboram essa conclusão, embora, neste momento, vamos nos ater aos aspectos estruturais e arquitetônicos do Colégio Santa Clara, que evidenciam formas de controle e ordem.

Pode-se dizer que a instituição iniciou com uma estrutura modesta em 1921, com recursos limitados, contando com doações da sociedade e com a FAP. No segundo semestre de 1922, as Irmãs construíram um anexo à casa, conforme pode ser observado na Figura 42.

**Figura 42** – Diferentes fases do local e infraestrutura do Colégio Santa Clara, ao longo dos anos, 1-1928, 2-1935 e 3-1965



Fonte: Compilação da autora.<sup>16</sup>

Segundo Menezes (1981), a casa anexa era a mais alta e foi construída para servir como internato. Nos fundos desta construção, foram construídas salas de aulas, refeitório, banheiro e um lenheiro. As melhorias na estrutura continuaram e, em 1928, as Irmãs recorreram a empréstimos para adquirir terrenos próximos e construir novos prédios. Menezes (1981) relata que, em suas pesquisas, encontrou pedidos de ajuda financeira datados de março e maio de 1928, direcionados a Dom Emanuel Gomes de Oliveira.

Além disso, há outros pontos relevantes em relação à evolução arquitetônica e à infraestrutura predial da instituição, que dizem respeito às culturas escolares expressas nestes elementos. Ao analisar as compilações das imagens, na Figura 43 e 44, pode-se inferir que há três elementos que podem ter incidido diretamente para a formação de culturas escolares na instituição.

<sup>16</sup> Imagens 1 e 2 coletadas no acervo escolar do Colégio Santa Clara (2021); Imagem 3 coletada de Menezes (1981, p. 244).

**Figura 43** – Diferentes fases do local e infraestrutura do Colégio Santa Clara, 1- 2021 e 2- 1939



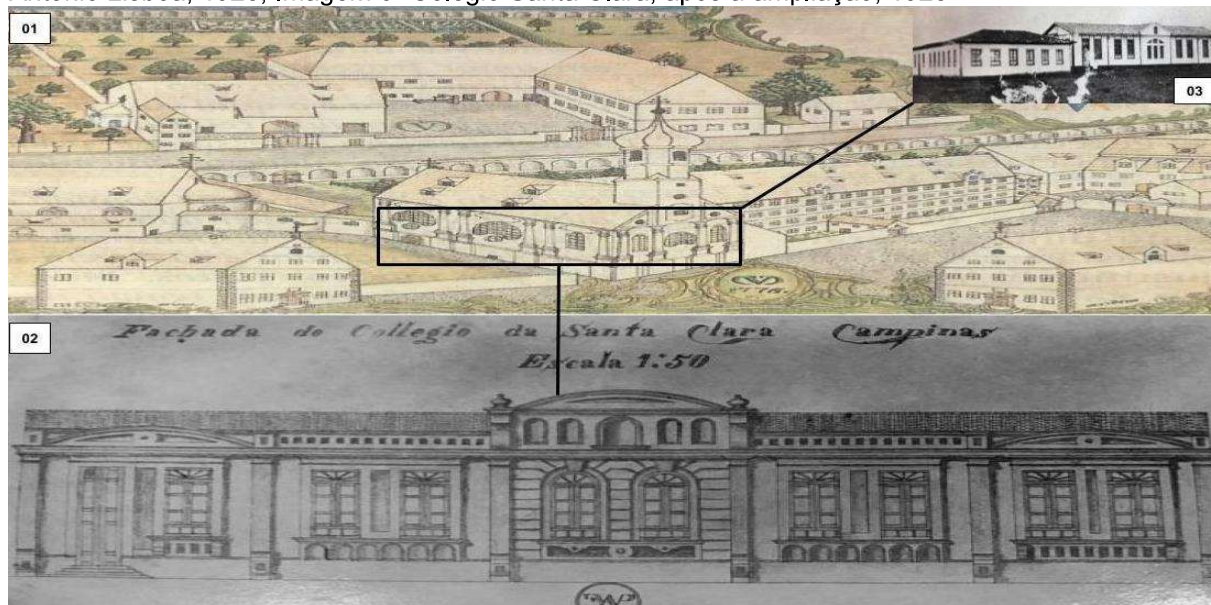
Fonte: Compilação da autora<sup>17</sup>.

O primeiro elemento refere-se aos elementos arquitetônicos de origem alemã, que podem ser percebidos nos traços de uma arquitetura “herdada”, mais especificamente do mosteiro de Dillingen, como pode ser observado na compilação da Figura 44. É importante destacar as fachadas frontais, que apresentam janelas semelhantes às do mosteiro de Dillingen. Foi a partir desse mosteiro que o Padre redentorista Antônio Lisboa se inspirou, em 1928, para fazer o projeto de ampliação.

---

<sup>17</sup> Imagem 1, acervo documental do Colégio Santa Clara, 2021; Imagem 2, Museu memorial do Colégio Santa Clara, 1939,

**Figura 44** – Imagem 1- 1775 Mosteiro de Dillingen; Imagem 2- 1928 Projeto arquitetônico do padre Antônio Lisboa, 1928; Imagem 3- Colégio Santa Clara, após a ampliação, 1928



Fonte: Compilação da autora<sup>18</sup>.

Além disto, é importante ressaltar que a construção da cultura formadora do Colégio não se deu apenas a partir das experiências das Irmãs alemãs e vivências das alunas, mas também a arquitetura foi culturalmente herdada e utilizada como inspiração. Isso demonstra que a formação no Colégio Santa Clara, durante as reformas e ampliações ao longo do tempo, foram desenvolvidas com o objetivo de oferecer um ambiente propício para a formação educacional e religiosa das alunas. Isso também revela uma preocupação da instituição com suas alunas, respeitando a confiança que os pais delas depositavam na instituição.

O segundo elemento refere-se ao muro de alvenaria que cercava a instituição em 1935, evidenciando a preocupação das Irmãs com a segurança das alunas e mantendo-as afastadas de um “universo” não controlado, sem disciplina e valores que lhes eram ensinados. Por fim, o terceiro elemento não se distancia dos primeiros, mas é aprimorado, uma vez que, com as ampliações e novas construções, nota-se que o Colégio Santa Clara se inspirou na arquitetura do mosteiro de Dillingen, consolidando a identidade arquitetônica da instituição e reforçando sua história e tradição.

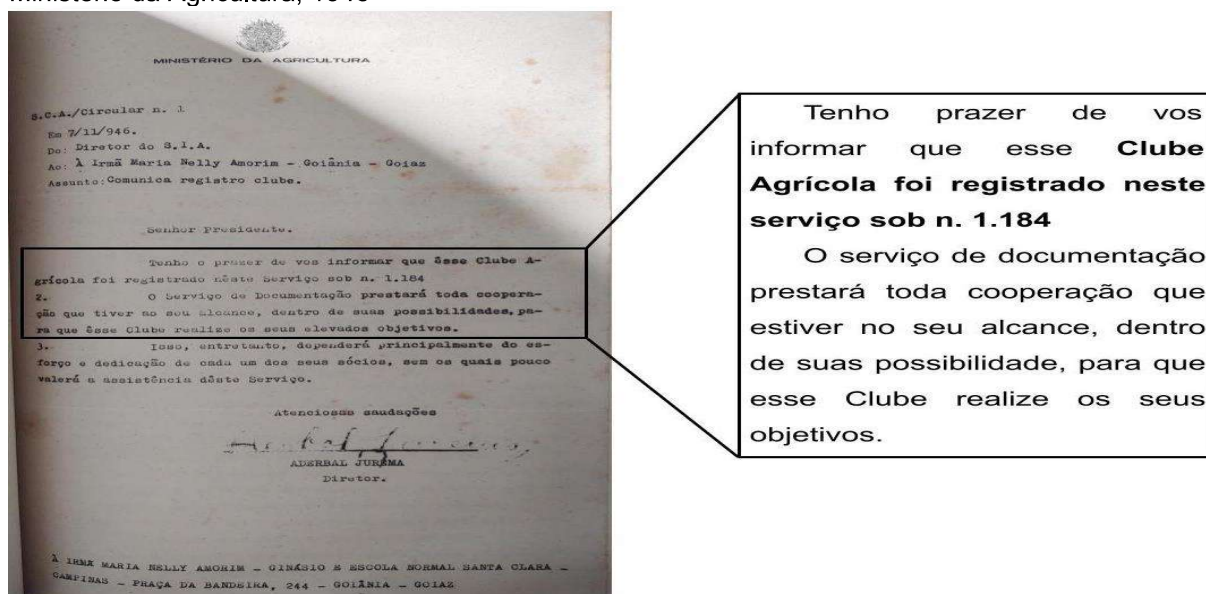
A construção do Colégio Santa Clara adotou uma estrutura que se assemelhava a uma fortaleza, buscando assegurar a proteção e segurança dos seus

<sup>18</sup> Imagem 1- Mosteiro das Irmãs Franciscanas de Dillingen, 1775. Disponível em: <http://franciscanasdeDillingen.org.br/sobre-o-instituto/linha-do-tempo>. Acesso em: 27 jan. 2023. Imagem 2 e 3 Museu memorial Santa Clara, 1928.

moradores, exibindo, ao mesmo tempo, o poder e a influência da Igreja. Pode-se concluir, a partir da compilação de imagens na Figura 44, que essa estratégia foi adotada na instituição para transmitir a sensação de segurança e controle, além de expressar a preocupação com a formação moral e espiritual das alunas. Nesse ambiente, os olhares eram mantidos para fora do portão da instituição, exceto em ocasiões em que eventos na instituição convidavam espectadores para prestigiarem as alunas, ou quando as alunas do Colégio Santa Clara eram convidadas para participar de eventos externos. Em ambas as situações, a ordem e a disciplina eram rigorosamente mantidas pelas Irmãs.

Outro aspecto relevante encontrado nas fontes é a criação do Clube Agrícola Raul de Paula do Colégio Santa Clara. Ele foi criado em setembro de 1946, e iniciou suas atividades com 145 sócios. A Diretora Irmã Maria Nelly Amorim presidia a diretoria do Clube, enquanto Adenir Ávila de Sousa ocupava a posição de presidente. A Figura 45 apresenta o documento de registro emitido pelo Ministério da Agricultura em novembro de 1946. O terreno ocupava uma área de 800 m<sup>2</sup>, contendo horta, jardim e animais de criação, incluindo galinhas, abelhas e coelhos.

**Figura 45** – Documento de registro do Clube Agrícola – Raul de Paula do Colégio Santa Clara, no Ministério da Agricultura, 1946



Fonte: Imagem elaborada pela autora, adaptada de Colégio Santa Clara (2021, grifo nosso).

A criação do Clube Agrícola do Colégio Santa Clara foi motivada por uma recomendação do Ministério da Agricultura ao Ministério da Educação. O objetivo era preparar as novas gerações para aprendizados relacionados à cultura de plantios,

criação de animais, dentre outros aspectos. No Colégio Santa Clara, as atividades eram realizadas pelas associadas e supervisionada pelas Irmãs, como pode ser visualizado na Figura 46.

**Figura 46** – Manejo de galinhas no Clube Agrícola Raul de Paula do Colégio Santa Clara, 1946



Fonte: Acervo escolar (COLÉGIO SANTA CLARA, 2021).

A implementação de Clube Agrícola no Colégio Santa Clara, uma instituição confessional teve um impacto significativo na formação da cultura escolar tanto dentro como fora da instituição. O clube promoveu uma educação prática e o desenvolvimento de conhecimentos rurais. Valores como responsabilidade, trabalho em equipe, cuidado e respeito à natureza foram instigados nas alunas. Esses valores e conhecimentos sobre as culturas não ficaram restritos à instituição, mas foram possivelmente replicados nos lares das alunas.

Portanto, é possível afirmar que a existência do Clube Agrícola Raul de Paula do Colégio Santa Clara contribuiu para a formação das alunas, proporcionando a elas conhecimentos culturais, responsabilidades e, sobretudo, uma consciência do seu papel na sociedade goiana da época.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para desenvolver esta pesquisa, inicialmente foi necessário realizar uma imersão no percurso histórico e no ambiente escolar do Colégio Santa Clara de Goiânia. Posteriormente, após conhecermos algumas peculiaridades da instituição, foi definido o recorte temporal da pesquisa, abrangendo o período desde sua criação em 1922 até 1950, época que marcou o início das discussões e movimentos de mudanças na educação do país, culminando, entre outras, na promulgação da LDBEN na década de 60.

A partir da identificação das singularidades da instituição pesquisada, iniciamos a composição das aproximações e nexos, utilizando as fontes encontradas como base. Analisamos tanto a objetividade documental quanto a subjetividade de cada fonte, levando em consideração possíveis intencionalidades de cada documento. Com isso, buscamos indicar a formação e instituição de culturas escolares ao longo do tempo. Pois, segundo Le Goff (1990),

a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. [...] (LE GOFF, 1990, p. 466).

O acesso a todas as fontes de pesquisa relacionadas à instituição e a outros atores envolvidos na constituição histórica da mesma permitiu-nos compreender a imensidão das relações que uma instituição centenária, como o Colégio Santa Clara, produziu em seu percurso, nos âmbitos da educação, do social, do político e do cultural, sob a influência do contexto temporal em que se encontrava.

Neste sentido, examinamos diversas fontes que não se restringiram aos documentos encontrados no acervo escolar da instituição, mas que incluíram, entre outras, as legislações, os jornais, o arquivo público do Estado e as bases de dados e sites que abordavam o objeto de pesquisa, buscando responder ao problema de pesquisa, que questionava “qual a cultura escolar católica inscrita no Colégio Santa Clara de Campinas (Goiânia-GO)?”.

Dessa forma, é possível observar que a referida instituição mantinha a preservação das prescrições, padrões e concepções de culturas escolares, constituindo-se como uma referência na educação cristã católica em Goiás. Além disso, o Colégio era considerado um centro de ensino em que os ensinamentos e a

educação estavam alinhados com a tradição familiar goiana. Assim, durante sua existência, o Colégio Santa Clara formou centenas de alunas, oferecendo uma excelência educacional fundamentada nos princípios da doutrina cristã católica e franciscana.

Os pais confiavam à instituição a “tutela” de suas filhas a fim de que elas fossem “moldadas” não apenas intelectualmente, mas também socialmente em termos de suas virtudes. A cultura escolar confessional adotada pelo Colégio Santa Clara fazia parte de um projeto formativo que se estenderia por toda a vida das alunas, ou seja, uma “educação para toda a vida”.

Com base nesta premissa, o Colégio Santa Clara organizava-se em torno da manutenção da disciplina, das normas e das regras, conforme evidenciado por fontes documentais ressaltadas anteriormente no texto. Essas normas eram observadas ao longo do tempo, como evidenciado pelos perfis biográficos das Irmãs que lideraram a instituição atravessando contextos sociais distintos. Embora tenham sido observadas inovações, foi possível identificar indícios que certas culturas escolares confessionais foram mantidas, adaptando-se ao carisma e ao tradicionalismo da sociedade goiana.

Acrescenta-se a esses elementos formativos o patriotismo e o civismo, desenvolvidos no âmbito institucional relacionados aos currículos, de forma que todas as disciplinas ensinadas cumpriram aos requisitos de coerência entre si. Além disso, as atividades cívicas, como o canto do Hino Nacional e da bandeira, faziam parte do cotidiano das alunas tanto no espaço escolar como fora dele, principalmente em eventos. As alunas poderiam ser vistas como um meio de disseminação e exemplo do local em que estavam inseridas.

Em relação aos ritos cívicos manifestados no cotidiano através das atividades e eventos, podemos citar: o Dia de Tiradentes, o Dia da Proclamação da República, o Dia da Independência, o hasteamento diário da bandeira nacional e o cântico do Hino Nacional. Em relação aos eventos religiosos, podemos destacar a Páscoa, Corpus Christi, o Dia de Santa Clara e São Francisco de Assis, além de eventos municipais e estaduais, nos quais o Colégio Santa Clara, como objeto de orgulho da sociedade goiana, costumava participar. Em geral, a cultura escolar cívica e religiosa no Colégio Santa Clara de Goiânia, de 1922 a 1950, valorizava a expressão patriótica, social e artística para formar cidadãos comprometidos com a sociedade e com o país.

Outros elementos que corroboraram para a implementação da cultura escolar foram as associações formadas pelas alunas do Colégio Santa Clara, bem como a

criação do clube agrícola. Ambas são expressões que permitiram que as alunas adquirissem conhecimentos culturais e artísticos, bem como conhecimentos sobre o cultivo de plantas e o cuidado com animais, além do aprendizado sobre a importância da preservação do meio ambiente.

Em síntese, as associações e o Clube agrícola do Colégio Santa Clara contribuíram para a formação de alunas e cidadãs responsáveis e conscientes do seu papel na sociedade. Além disso, a evolução arquitetônica e estrutural predial do Colégio Santa Clara também evidencia aspectos de uma cultura escolar confessional, que dialoga diretamente com a preservação do controle e disciplina travestidos de cuidado.

Vale ressaltar que a formação da cultura escolar em um colégio confessional como o Colégio Santa Clara é um tema relevante e rico em significados. A partir do desenvolvimento da pesquisa foi possível compreender como a instituição estabeleceu uma cultura católica que influenciou a própria instituição desde sua fundação, em 1922, até 1950, assim como a sociedade goiana. A pesquisa evidenciou que os traços da cultura escolar católica estavam presentes na instituição, sendo evidentes nos ritos e valores ensinados, estendendo-se até a arquitetura inspirada em mosteiros e igrejas fortificadas.

Além disso, é fundamental destacar a importância da revisão bibliográfica e da consulta das fontes do acervo institucional para compreendermos a formação de culturas escolares e a cultura escolar confessional na instituição. Assim, podemos ter uma visão ampla e profunda sobre as singularidades e especificidades do Colégio Santa Clara, contribuindo também para a compreensão da história da educação no Brasil.

Salientamos, inclusive, que esta pesquisa mostrou que o projeto formativo educacional do Colégio Santa Clara, alinhado à orientação religiosa, foi implementado com apoio da Igreja e da FAP. Tal projeto sempre esteve em consonância com os ideais das famílias tradicionais goianas, assim como com o contexto social e político de cada época atravessada pelo Colégio Santa Clara. Pois, além do conteúdo e atividades formativas obrigatórias realizadas pelas alunas, houve também a formação direcionada para se tornarem cidadãs modelares, instigando, em consequência, a sociedade a seguir o exemplo.

É evidente que o Colégio Santa Clara, ao longo do seu percurso, é considerado como um Colégio de expressão social, em que valores éticos e morais fundantes da

instituição conservam-se em sua evolução temporal, embora tais valores tenham sido alargados por outros, conforme o tempo e o contexto histórico-social que a instituição atravessa. Entretanto, pode-se considerar que existem valores para além da religiosidade como parte do projeto educador no Colégio Santa Clara. Infere-se, que a formação de culturas escolares deixaram traços no comportamento, costumes e nos valores que foram cuidadosamente constituídos com objetivo de despertar nas alunas a vocação para a vida religiosa, por meio da doutrinação, assim como para a formação da vida cotidiana, para se tornarem boas esposas e boas mães.

Em contrapartida, a partir das fontes acessadas, foi possível inferir também que a ênfase na doutrinação religiosa, imbricada nas rotinas educacionais da instituição, possivelmente implicou no afastamento ou acesso de uma parcela de meninas e de famílias goianas ao desenvolvimento educacional proporcionado pela instituição e por outras instituições de ensino confessionais, visto que as famílias que não compartilhavam da mesma religião ou se não eram de famílias abastadas, provavelmente não matriculavam suas filhas no Colégio Santa Clara. Isso se dava porque seria certa a influência aplicada através do desenvolvimento das práticas, dos ritos e da disciplina sobre as alunas, porém, sempre com o apoio de uma maioria da sociedade goiana.

É importante considerarmos, também, que nesse período, mesmo com a laicidade no ensino, o projeto da igreja era o de promover seu fortalecimento por meio da romanização, e que instituições de ensino como o Colégio Santa Clara eram utilizadas como instrumentos deste processo. A cultura escolar promovida em espaços escolares confessionais, como o Colégio Santa Clara, contribuiu diretamente para a formação e manutenção de uma hierarquia social e religiosa goiana que buscava perpetuar os valores conservadores.

Contudo, consideramos que desenvolver e construir esta pesquisa, tendo em vistas os nexos realizados entre o Colégio Santa Clara e as fontes documentais do acervo escolar e a cultura escolar constituída entre 1922 e 1950, propiciou enxergar, neste espaço escolar que completou 100 anos em janeiro de 2022, novas possibilidades de pesquisas, observando o potencial do objeto como fonte de pesquisa e a integridade do acervo escolar, ensejando, assim, o desenvolvimento de pesquisas com novos desdobramentos na seara da historiografia da educação brasileira ou sobre a história das instituições de ensino confessional.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. *In*: XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/durval.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2021.
- ALMEIDA BARROS, Aparecida Maria. **No altar e na sala de aula**: vestígios da catequese e educação franciscanas no sudeste goiano (1944-1963). 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.
- ARTIAGA, Zoroastro. **Geografia Econômica, Histórica e Descritiva do Estado de Goiás**: Uberaba: [s.n], 1951. t. 1.
- AZZI, Riolando. **Mulheres Consagradas**: das Origens Medievais ao Apostolado Moderno. Aparecida: Santuário, 2015.
- AZZI, Riolando; VAN DER GRIJP, Klaus. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo. Terceira Época – 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BARROSO, João. Cultura, cultura escolar, cultura de escola. **Princípios Gerais da Administração Escolar**, v. 1, 2012. Disponível em: [https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65262/1/u1\\_d26\\_v1\\_t06.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65262/1/u1_d26_v1_t06.pdf). Acesso em: 19 jul. 2019.
- BENCOSTTA, Marcus Levy. Cultura cívico-escolar católica e desfiles patrióticos no Brasil do início do século XX. **Varia História**, v. 30, p. 391-403, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434845004>. Acesso em: 08 dez. 2022.
- BENCOSTTA, Marcus Levy. Desfiles patrióticos: Memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). *In*: Diana Gonçalves Vidal. (Org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2006. v. 1, p. 299-321.
- BITTENCOURT, Agueda Bernardete. A era das congregações - pensamento social, educação e catolicismo. **Pro-Posições**, v. 28, n. 3, p. 29-59, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/ZxrkNWbqrZ45xDxQhms8byM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2021.
- BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. 2007. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-13052010-090028/publico/Tese.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.
- BORGES, Venerando de Freitas. **Dobras do Tempo**. Goiânia: O Popular, 1980.

BRASIL. **Decreto Nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890.** Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias. 1890. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d119a.htm#:~:text=D119%2DA&text=DECRETO%20N%C2%BA%20119%2DA%2C%20DE%207%20DE%20JANEIRO%20DE%201890.&text=Prohibe%20a%20interven%C3%A7%C3%A3o%20da%20autoridade, padroado%20e%20estabelece%20outras%20providencias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119a.htm#:~:text=D119%2DA&text=DECRETO%20N%C2%BA%20119%2DA%2C%20DE%207%20DE%20JANEIRO%20DE%201890.&text=Prohibe%20a%20interven%C3%A7%C3%A3o%20da%20autoridade, padroado%20e%20estabelece%20outras%20providencias). Acesso em: 27 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931.** Dispõe sobre a organização do ensino secundário. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em: 27 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Normal. 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 259, de 1º de outubro de 1936.** Torna obrigatória, em todo o paiz, nos estabelecimentos de ensino na e associações de fins educativos, o canto do Hymno Nacional. 1936. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-259-1-outubro-1936-556512publicacaooriginal-76565-pl.html>. Acesso em: 27 dez. 2022.

BURKE, Peter. Os Fundadores: Lucien Febvre e Marc Bloch. *In*: BURKE, Peter. **A Escola dos Annales – 1929-1989.** Tradução: Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1992. p. 16-30. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4380045/mod\\_resource/content/1/burke-p-a-escola-dos-annales-a-revoluc3a7c3a3o-francesa-da-his.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4380045/mod_resource/content/1/burke-p-a-escola-dos-annales-a-revoluc3a7c3a3o-francesa-da-his.pdf). Acesso em: nov. 2021.

CAMPOS, Itaney Francisco. **Notícias históricas do Bairro de Campinas.** Goiânia: Prefeitura Municipal; Assessoria Especial de Cultura, 1985.

CÁRICOL, Kássia. Panorama do ensino musical. *In*: JORDÃO, Gisele *et al.* (Coords). **A música na escola.** São Paulo: Allecci & associados comunicações, 2012. p. 19-39. Disponível em: [https://www.amusicaescola.com.br/pdf/AMUSICA\\_NAESCOLA.pdf](https://www.amusicaescola.com.br/pdf/AMUSICA_NAESCOLA.pdf). Acesso em: nov. 2021.

CERTEAU, Michel. **A Cultura no Plural.** 3. ed. Campinas: Papirus, 1995.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, 1991.

COLÉGIO SANTA CLARA. **Histórico do Colégio Santa Clara.** Disponível em: <https://santaclarago.com.br/o-colegio/>. Acesso em: 8 nov. 2021.

DOMINIQUE, Julia. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRAGO, Antonio Viñao. **Culturas escolares, reformas e innovaciones**: entre la tradición y el cambio. 2000.

FRAGO, Antonio Viñao. Fracasan las reformas educativas? La respuesta de un historiador. *In*: Sociedade Brasileira de História da Educação. (Org). **Educação no Brasil**: história e historiografia. Campinas: Autores Associados; São Paulo: SBHE, 2001. p. 21-52.

FRAGO, Antonio Viñao. Historia de la educación y historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, n. 0, p. 63-82, 1995. Disponível em: [http://anped.Tempsite.ws/novo\\_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0\\_06\\_ANTONIO%20VINA0\\_FRAGO.pdf](http://anped.Tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0_06_ANTONIO%20VINA0_FRAGO.pdf). Acesso em: 07 jan. 2023.

FRAGO, Antonio Viñao. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas**: continuidades y cambios. Madrid: Morata, 2002.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. *In*: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço, subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. p. 19-46.

GATTI JÚNIOR, Décio; GATTI, Giseli Cristina do Vale. A história das instituições escolares em revista: fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente. **Educativa**, v. 17, n. 2, p. 327-359, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/4553>. Acesso 17 nov. 2020.

GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da educação, Instituições e Cultura Escolar conceitos categorias e materiais históricos. *In*: **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 71-90.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução: Federico Carotti. 2. Ed. 2. Reimpr. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

GODINHO, Daniele Severino de Souza. **Comércio e memória urbana**: um estudo do bairro de Campinas em Goiânia. 2018. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8238/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Daniele%20Severino%20de%20Souza%20Godinho%20-%202018.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

GOIAZ. Correio Oficial do Estado de Goyaz (GO). **Equiparação a Escola Normal do Colégio Santa Clara**. Correio Oficial do Estado de Goyaz (GO), 1927.

GOMES FILHO, Robson Rodrigues. **Os missionários redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)**. 2018.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2051.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

GOMES FILHO, Robson Rodrigues; SILVA, Lorrany Maiara Aparecida. Das pedras ao triunfo: os missionários redentoristas alemães no Brasil entre a Primeira Guerra Mundial e a Gripe Espanhola (1914-1918). **Revista De História da UEG**, v. 5, n. 1, 55-73, 2016. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/4712>. Acesso em: 01 jun. 2021.

GOMES, Horieste. **Reminiscências da Campininha: 200 anos (1810-2010)**. Goiânia: Teixeira, 2012.

GOMES, Vanessa Carnielo Ramos. **Dom Emanuel Gomes de Oliveira e a educação em Goiás (1923-1947): Entre a Igreja e o Estado**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2526>. Acesso em: 28 ago. 2021.

GONÇALVES, Ana Maria. Ensino secundário em Goiás: a constituição de uma rede de escolas católicas (1889-1945). In: 3º Seminário Internacional: História do Tempo presente, Florianópolis, 2017. **Anais [...]**. Florianópolis: 2017. p. 01-16. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IIISIHTP/paper/viewFile/532/344>. Acesso em: 18 jan. 2021.

GOYAZ. **Lei nº 13, de 23 de junho de 1835**. Goiaz, 1835. Disponível em: <https://acervo.fe.ufg.br/index.php/1-lei-goiana-sobre-instrucao-publica-lei-n-13-de-23-de-junho-de-1835>. Acesso em: 28 ago. 2021.

INSTITUTO RELIGIOSO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE DILLINGEN DO RIO DE JANEIRO. **Província em Foco: História das Irmãs Franciscanas de Dillingen**. 2015. Disponível em: <http://franciscanasdedillingen.org.br/Provincia-em-foco/538-historia-das-irmas-franciscanas-de-Dillingen>. Acesso em: 13 set. 2021.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 1990.

LOPES, Germano Henrique Pereira. **Uma trajetória coral do Colégio Santa Clara (Goiânia-GO) a partir da análise e performance de obras selecionadas de seu acervo musical**. 2018. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8797>. Acesso em: 01 nov. 2020.

LOPES, Rosângela Deolinda Ribas. **A Construção e a Transformação da Paisagem de Campinas: de Cidade a Bairro de Goiânia**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/4187/2/Ros%C3%A2ngela%20Deolinda%20Ribas%20Lopes.pdf>.

Acesso em: 06 abr. 2021.

MACHADO, Vinícius Felipe Leal. **Um colégio para Campinas: educação e modernidade na cidade que virou bairro (1947-1961)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9866>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. (Org.). **Fazer e ensinar história da educação**. Braga: CEEP/IEP – Universidade do Minho, 1998.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2004.

MARCONI, Marinha de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas: 2011.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. Corografia Histórica da Província de Goiás. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 37, parte I, 1874. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSsSVNsSzy3NGtfQVv/view](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsSVNsSzy3NGtfQVv/view). Acesso em: 23 abr. 2021.

MENEZES, Áurea Cordeiro. **O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás**. Goiânia: Gráfica O Popular, 1981.

MENEZES, Áurea Cordeiro. **O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás**. 1976. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo e Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1976. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/menezes\\_irma\\_aurea\\_cordeiro1976\\_PARTE1.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/menezes_irma_aurea_cordeiro1976_PARTE1.pdf). Acesso em: nov. 2019.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

NEVES, Fátima Maria. A história da educação no Brasil: a trajetória de um campo de ensino e de pesquisa. *In*: ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine Rodrigues; NEVES, Fátima Maria Neves. (Org.). **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Maringá: EDUEM, 2009. p. 13-30.

NOGUEIRA, Adálcia Canedo da Silva. **Marcos Possíveis Para Reconstituir a História da Instituição Escolar Julia de Souza Wanderley: a primeira escola de formação de professores de Cornélio Procópio-PR (1953-1967)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEL\\_0cb07cd1c42281f2cfd960872173e518](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEL_0cb07cd1c42281f2cfd960872173e518). Acesso em: 21 nov. 2020.

NUNES, Clarice; CAVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. *In*: GONDRA, José Gonçalves. (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 17-62.

OLIVEIRA, Antoniette Camargo de. **Missão educacional alemã no Brasil: Irmãs Franciscanas - de Dillingen para a Baixada Fluminense: Duque de Caxias e São João de Meriti RJ (1937-1956)**, 2012. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13628>. Acesso em: 15 out. 2021.

OLIVEIRA, Hélio de. **Eu vi Goiânia crescer: décadas de 50, 60 e 70**. Goiânia: Ed. do Autor, 2012. v. 2.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de direito financeiro**. 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revistas dos tribunais, 2013.

ORLANDO, Evelyn de Almeida; LEONARDI, Paola. Apresentação de Dossiê “História da Educação Católica: produção e circulação de saberes pedagógicos”. **Revista Educação online**, v. 21, n. 52. maio/ago. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/70533/pdf>. Acesso em: 01 nov. 2020.

ORTENCIO, Bariani. **História documentada e atualizada de Campinas (1810-2010)**: Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Campinas. Goiânia: Kelps, 2011.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta Santana. **História de Goiás**. 6. ed. Goiânia: UCG, 2001.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/valcinete/macedo/disciplinas/metodologia-do-trabalho-cientifico/e-book-mtc>. Acesso em: 07 ago. 2020.

ROGERS, Rebecca. Congregações femininas e difusão de um modelo escolar: uma história transnacional. **Pro-Posições**, v. 25, n. 1, p. 55-74, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642478>. Acesso em: 15 dez. 2021.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares e gestores educacionais. **Revista HISTEDBR**, n. esp., p. 20-27, ago. 2006. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4912/art4\\_22e.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4912/art4_22e.pdf). Acesso em: 19 nov. 2020.

SANTOS, Archângelo Miguel Nogueira. **Trindade de Goiás - Uma cidade santuário: conjuras de um fenômeno religioso no Centro-Oeste brasileiro**. 1976. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1976. Disponível em: <https://Pos.historia.ufg.br/n/20886-ano-1978-dissertacoes>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **História da Cidade de Goiânia**. 2022. Acessado em: <https://www.casacivil.go.gov.br/sobre-goias/criacao-dos-municipios.html?view=article&id=644:goiania&catid=157>. Disponível em: 28 dez. 2022.

SEIDL, Ernesto. Dossiê “Catolicismo e Formação Cultural”. **Revista Pro-Posições**, v. 25, n. 1, p. 25-30, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/5mbLHJf7SdNwNyVnpQv5pnS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: nov. 2021.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educação em revista**, n. 31, p. 169-189, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440602008000100011&script=sciabstract&lng=pt>. Acesso em: 02 nov. 2020.

SILVA, Henrique. A tradicional cidade de Bonfin. **A Informação Goyana**, v. 9, n. 12, p. 81, abr. 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/176648/2113>. Acesso em: 12 jul. 2021.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Cultura Escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar**, n. 28, p. 201-216, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n28/a13n28.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

SILVA, Welinton. **A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas**. Goiânia: Scala, 2017.

SIQUEIRA, José Assuero de. **Pequena Corografia de Goiás**. Imprensa Metodista, 1942.

VALDEZ, Diane; BARRA, Valdeniza Maria Lopes de. História da Educação de Goiás: estado da arte. **Revista de Educação Pública**, v. 25, p. 103-126, 2012. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/335/303>. Acesso em: nov. 2020.

**FONTES DE ACERVO CONSULTADAS E SELECIONADAS**

Acervo documental do Colégio Santa Clara de Goiânia

Arquivo Histórico Estadual de Goiás

Currículos disciplinares

Atas

Diário oficial da união

Fotografias

Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional

Museu Memorial do Colégio Santa Clara de Goiânia

Relatórios

Site da Casa Civil de Goiás - Legislação Histórica de Goiás

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Fases históricas

Quadro 4 – Fases históricas

MODELO	1922-1935 1ª FASE	1936-1960 2ª FASE	1961-1976 3ª FASE
<b>REGIME</b>	Internato Externato	Internato Externato	Fim do internato (1970) Externato
<b>HORÁRIOS</b>	Severos, cumpridos rigorosamente	Severos, cumpridos rigorosamente	Horários flexíveis desde 1968, quando decidiram acabar com o internato;
<b>VISITAS</b>	Para as internas: dos pais a qualquer horário do dia, devido à logística; Para as externas, que moravam em locais distantes: dos pais um ou dois domingos no mês, para as externas que moravam em Campinas que apresentassem bom comportamento, as saídas era uma vez por mês, as correspondências enviadas pelas alunas, eram entregues, abertas e lidas antes pelas irmãs;	Para as internas: dos pais a qualquer horário do dia, devido à logística; Para as externas, que moravam em locais distantes: dos pais um ou dois domingos no mês, para as externas que moravam em Campinas que apresentassem bom comportamento, as saídas era uma vez por mês, as correspondências enviadas pelas alunas, eram entregues, abertas e lidas antes pelas irmãs;	As visitas e dos parentes as “saídas” se tornaram mais frequentes,
<b>ORDEM</b>	Silêncio, filas, uso de véus durante as missas e orações	Silêncio, filas, uso de véus durante as missas e orações	O silêncio e as filas começaram a desaparecer.
<b>REFEIÇÕES E RECREAÇÕES</b>	Internas e externas não podia se misturar (sentar-se juntas), ouviam versículos bíblicos, histórias e músicas cristãs entoados pelas irmãs	Internas e externas não podia se misturar (sentar-se juntas), ouviam versículos bíblicos, histórias e músicas cristãs entoados pelas irmãs, em desde 1953 as músicas eram entoadas por eletrola e assistiam a filmes, participavam de comemorações cívicas e desportivas, além de promoverem peças teatrais e juninas passando com a presença de “pessoas de fora”.	As internas e externas podiam passar o recreio e sentarem juntas na sala de aula
<b>UNIFORMES</b>	De 1922 a 1924, as internas usavam vestidos trazidos de casa e meias pretas compridas, o uso de uniformes	De uso <b>diário</b> - vestido xadrez de mangas compridas, meias compridas na cor bege;	Em 1963, o uniforme foi modificado, as alunas passaram a usar saias verdes musgo

	<p>iniciou em 1924. De uso <b>diário</b> - vestido xadrez de mangas compridas, meias compridas na cor bege;</p> <p><b>Missas</b> - aos domingos - saia de brim azul, pregueadas, comprimento um palmo acima dos tornozelos, com camisas brancas e gravatas azuis e meias compridas e na cor brancas;</p> <p><b>Festas</b> - vestido de gala branco, mangas compridas com comprimento um palmo acima dos tornozelos e meias compridas brancas.</p>	<p><b>Missas</b> - aos domingos - saia de brim azul, pregueadas, comprimento um palmo acima dos tornozelos, com camisas brancas e gravatas azuis e meias compridas e na cor brancas;</p> <p><b>Festas</b> - vestido de gala branco, mangas compridas com comprimento um palmo acima dos tornozelos e meias compridas brancas;</p>	<p>pregueadas de comprimento a um palmo acima dos tornozelos, blusa branca de mangas curtas, com o emblema da instituição, as meias foram abolidas. Nas aulas de vôlei usaram pela primeira vez shorts e mini-saia.</p> <p>Em 1971 usaram pela primeira vez calças esporte verdes, no lugar das saias;</p>
<b>VAIDADES FEMININAS</b>	<p>Não era permitido o uso de esmaltes, maquiar, carregar consigo espelhos e pentes, prender os cabelos em cachos, o dinheiro que os pais davam as estudantes de ficava e era controlado pelas Irmãs</p>	<p>Não era permitido o uso de esmaltes, maquiagens, carregar consigo espelhos e pentes, prender os cabelos com cachos, o dinheiro que os pais davam as estudantes de ficava e era controlado pelas Irmãs</p>	<p>O uso de maquiagem leve e esmaltes claros foi permitido, às internas podiam ter consigo pentes, espelho e dinheiro.</p>
<b>CONTROLE DE FREQUÊNCIA</b>	<p>Missas de domingos e dias santos: supervisionado pelo Colégio;</p> <p>Frequências às aulas: controlada por caderneta escolar</p>	<p>Missas de domingos e dias santos: supervisionado pelo Colégio;</p> <p>Frequências às aulas: controlada por caderneta escolar</p>	<p>A participação nas missas e a reza do terço passaram a ser aconselhado e não obrigatório</p>
<b>DOCENTES</b>	<p>O ensino e a educação, era realizado integralmente, pelas Irmãs alemãs</p>	<p>Desde 1939, o ensino e a educação, eram ministrados em aulas dadas por Irmãs alemãs e brasileiras, muitas ex-alunas do Colégio Santa Clara e por leigos</p>	<p>O ensino e a educação, era ministrado em aulas, dada, por Irmãs brasileiras e por leigos em sua maioria</p>
<b>IRMÃS</b>	<p>Usavam hábito religioso</p>	<p>Usavam hábito religioso</p>	<p>Trocaram o hábito pelas vestes seculares</p>

## APÊNDICE B – Fontes com informações oficiais do Colégio Santa Clara

Quadro 5 – Fontes com informações oficiais do Colégio Santa Clara	
PERÍODO	DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS
0	Diploma
0	Diploma
01/02/1978 - 11/1981	Caderno de protocolo
1974 -1977	Diplomas diversos
1979 -1985	Termo de visita de inspeção
08/03/1982- 23/01/1989	Atas
1922 - 20	Perfil biográfico de todas as diretoras do Colégio Santa Clara
28/06/2013	Folha 1 - Ata de aprovação da proposta política pedagógica e do regimento escolar da instituição
1999-2019	Capa do Livro - SAEMEC - Manual do usuário 1999; SEPE
1987	Capa dos livros de matrículas - 87/88 - 86/87 - 85/86 - 88/89/90 - 90/91 - 91/92/93 - 94/95 - 96/97/98 - 99/2000
--	Capa dos livros de matrículas ( <b>demonstração de potencial do acervo</b> )-
	<b>SÍNTESE DO CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS/IMAGENS</b>
	Diplomas do curso normal. Diversos sem identificação e em péssimo estado de conservação
	Diplomas do curso normal de Eliane Silva Campos
	Caderno de protocolo com entrada e saída de documentos, com identificação de vários documentos da rotina escolares.
	Curso Formação de Professores Primários, Professor de Técnico em Magistério para o 1º grau de 1ª a 4ª série e Professora Primário
	Ordem de serviço. Verificação de históricos escolares; Inspeção geral nas unidades de ensino do Setor 1 Zona II; Inspeção geral nas unidades de ensino, conforme determinação da coordenação de Inspeção Escolar; Verificação dos planos de ensino, registro de matrícula, livros de ata e diários de classe; Inspeção geral nas unidades de ensino. Acompanhamento da aplicação do salário educação; Inspeção geral nas unidades de ensino. Verificação da R.A.F, D.C e N.P.S referentes ao salário da educação; Verificação da vida escolar para autenticação de documentos dos alunos
	Ata com análise dos resultados dos testes de nível de aluna com nota abaixo da média; Ata para verificação de irregularidade no prontuário de aluna 7ª série do 1º grau, verificação para tomada de decisão junto a Inspeção escolar que decidiu pelo retorno da aluna para cursar a 6ª série novamente; Ata com teste de nível de aluno e entrevista com orientadora pedagógica
	Histórico das diretoras da instituição- Goiás
	Reuniu-se a diretora, demais membros da coordenação educacional, professores, funcionários, pais e responsáveis de alunos para aprovação da proposta político pedagógica e do regimento escolar do Colégio Santa Clara, aprovada por maioria absoluta, com vigência iniciando em 2013.
	Capa do Livro - SAEMEC - Sistema de administração escolar INEP/MEC - Manual do usuário 1999; SEPE - Sindicato dos estabelecimentos particulares de ensino de Goiânia- Encontro anual do secretário escolar de 2008 a 2020.
	Fotografia para demonstração de potencial do acervo
	matrículas da 1, 2, 3 e 4 série ginásio 1968 - matrículas 2 série ginásial 1948 a 51; matrículas 1 série ginásial 1950 a 52; matrículas 1 série ginásial 1946 a 48; matrículas 2 série gin, 1953 a 57; matrículas 3 série ginásial 1952 a 57; matrículas da 1 2 3 e 4 série ginásio 1971 a 72; matrículas ginásio 1972 a 73; matrículas 2 série

	<p>ginásio 1947 à 50; matrículas da 1, 2, 3 e 4 série ginásio 1963 a 65; matrículas 2 série ginásial 1957 a 61; matrículas 1964; matrículas curso ginásial 1967 a 68; matrículas 4 série ginásial 1953 a 60; matrículas da 1, 2, 3 e 4 série ginásio 1966 a 67; matrículas da 1, 2, 3 e 4 série ginásio 1965 a 66; matrículas 2 série ginásial 1950 a 53; matrículas da 1, 2, 3 e 4 série ginásio 1966 a 67 - 1965 a 66 - 1958 a 62; matrículas 3 série ginásio 1948 a 53; matrículas 1956 a 59; matrículas 4 série ginásial 1949 a 53 e 1960 a 63 - Capa de livro de exames de admissão normal 1961 a .....- 48 a 68 - 1945 a - Provas parciais do ginásio -1971 a ... - livro de Ocorrências, livro de chamada 1946 a 47</p>
--	<p>matrículas 2 série ginásio 1953 a 57 matrículas 3 série ginásio 1952 a 57; matrículas da 1, 2, 3 e 4 série ginásio 1971 a 72; matrículas série ginásio 1972 a 73; matrículas 2 série ginásio 1947 à 50; matrículas da 1, 2, 3 e 4 série ginásio 1963 a 65; matrículas 2 série ginásio 1957 a 61; matrícula curso ginásial 1967 a 68; matrícula curso ginásial 1953 a 66; matrícula 2 série ginásial 1950 a 53; matrículas da 1, 2 e 3 série ginásio 1958 a 62, matrículas 3 série ginásio 1948 a 52; matrículas 3 série ginásio 1956 a 59; matrículas 4 série ginásio 1960 a 63</p>
--	<p>matrículas curso ginásial 1967 a 68; matrículas 1964; matrículas 1 2 3 e 4 série ginásio 1963 a 65; matrícula 2 série ginásial 1947 à 50; matrícula ginásial 1972 a 73; matrículas 1 2 3 e 4 série ginásio 1971 a 72; matrículas 3 série ginásial 1952 a 57; matrículas 1 2 3 e 4 série ginásio 1971 a 72; matrículas 2 série ginásial 1953 a 57; matrículas 1 série ginásial 1946 a 48; matrículas 1 série ginásial 1950 a 52; matrículas 2 série ginásial 1948 a 51; matrículas 1 2 3 e 4 série ginásio 1968; Ocorrências; exames parciais normais de 1961 a 19...;</p>
--	<p>matrícula 1984; termos de visitas; curso ginásial atas provas parciais 1961 a 71; matrículas 1 e 2 série ginásial 1959 a 63; matrículas 1 série ginásial 1952 a 56. outros livros sem descrição na lombada.</p>
--	<p>1ª série 1953 a 54; 3ª série 1948 a 51; 1ª série 1948 à 50; 1ª série 1948 à 50; Registros de notas 1ª série 1946 a 48; 1ª série 1948 à 50; Ata de promoção à 2ª série 1946 a 53; outros livros sem descrição na lombada.</p>
1940-1971	<p>Lista com relação de livros de matrícula que estão na gaveta ano a ano entre 1940 e 1971; Temos de visitas 1940 a 1956</p>
1945-1949	<p>Lista com relação de livros de matrícula que estão na gaveta ano a ano: atas de promoção de ano 1946 a 1954; Provas orais 1ª a 4ª série 1949 a 51; Resultados finais 1949 a 1960; Mensalidade 1948 a 1965 e 1965 a 67 ; Folhas de pagamento dos professores 1956 a 66; Resultados finais 1961 a 67; atas de admissão 1945 a 1949.</p>
12/06/1927	<p>Cópia do Jornal de Goyaz</p>
1947	<p>Placa de registro escolar</p>
	<p>Cópia do Jornal de Goyaz- equiparação a escola normal do Estado do Colégio Santa Clara</p>
	<p>Placa de registro escolar de 31-01-1947</p>

1927-1949	Lista datilografada de documentos que tem na pasta	Ata de tomada de posse; documentação da diretoria e secretária; quadro de professores, pessoal técnico e adm.; Lei nº. 826, de 20 de junho de 1927; Portaria Ministerial nº. 532, de 31 de outubro de 1949; Resolução; Requerimento escolar 1980; grades curriculares; programação curricular (pré escola)
5/10/1973	Resolução nº. 1109, de 5 de outubro de 1973	Resolução nº. 1.109, de 05 de outubro de 1973. Aprova a mudança de denominação do estabelecimento de ensino, - de Colégio Normal Santa Clara para Colégio Santa Clara
6/10/1973	Cópia do Jornal de Goyaz- Resolução nº. 1109, de 5 de outubro de 1973	muda denominação do estabelecimento de ensino de colégio Normal Santa Clara para Colégio Santa Clara
07/03/1997	Grade Curricular 5ª a 8ª série – 1997	Disciplinas: Português, Língua Est. M. Inglês; história. Geografia, matemática. Ciências físicas e biológicas; educação física; ensino religioso, educação artística e geometria
14/01/1985	Cópia do DOU de Goiás	Aprovação das grades curriculares de 1º grau (Lei nº. 7.044/1982)
06/02/1976	Resolução nº. 1380, de 06 de fevereiro de 1973	Documento que autoriza o Colégio Santa Clara, a implantar a reforma do ensino de 1º e 2º graus e aprovação do regimento e currículos
2015	Lista do corpo dirigente do Colégio Santa Clara, em 2015	
04/12/1980	Atestado de funcionamento nº. 864	Atestado de funcionamento nº. 864 e nº. 865, de 04 de dezembro de 1980
11/02/1980	avaliação – métodos de avaliação	Explicação dos métodos de avaliação de 1979 e 1980
1976	Resolução nº. 1.380, de 06 de fevereiro de 1976.	Autoriza o Colégio Santa Clara, a implantar a reforma de ensino de 1º e 2º graus, aprova seu regimento e currículos.
Sem data	Regimento Escolar do Colégio Santa Clara	
1974 – 1980	Currículos 1974-1980	Currículo curso ginasial 1965; currículo curso normal 1965; Currículo de 1º grau 1974, 1977 e 1984; currículo para o magistério de 1ª a 4ª de 1º grau; currículo técnico de secretariado (sem data); curso normal em 1966 a 1971; currículo da 5 e 6 série 1977; currículo do 1º grau – 1ª fase, 5ª a 8ª; técnico em secretariado; técnico em contabilidade (1980);
11/12/0198	Regimento Escolar do Colégio Santa Clara - Resolução nº. 198, de 1980	Regimento Escolar do Colégio Santa Clara - Resolução nº. 198, de 1981
04/01/1966	Resolução do DOU que aprova o regimento do Colégio normal Santa Clara	Resolução do DOU que aprova o regimento do Colégio normal Santa Clara
1982	Plano curricular	
1977	Documento com os ritos de homenagem a bandeira	
16/09/1974	Relação dos professores	Relação dos professores de 1974

1946-1960	Clube Agrícola escolar "Raul de Paula"	Relatório do Clube Agrícola escolar "Raul de Paula" da Escola normal e ginásio do Colégio Santa Clara fundado em 21/09/1946, documento de registro do clube 07/11/1946; declaração de funcionamento 1959; prestação de conta 1961
15/12/1959	Clube Agrícola escolar "Raul de Paula"	Documento do Ministério da Educação (MEC), informando aprovação de orçamento ordinário de Cr\$ 30.000,00 para o Colégio Santa Clara
1946	Clube Agrícola escolar "Raul de Paula"	Termo de declaração do MEC - questionário - Clube Agrícola escolar "Raul de Paula"
15/06/1956	Termo de acordo especial entre o Instituto Nacional Pedagógico e o Colégio Santa Clara 1956	
14/03/1950	Documentos do curso normal intensivo	Documentos curso normal intensivo de 2 anos 1950 a 1954, Ofício nº. 174/179, de 14 de março de 1951
08/03/1949	Encaminhamento de aluna	Encaminhamento da Secretária de Estado de Educação de Aluna Dalma de Melo, os estudos serão subsidiados pelo Estado.
15/12/1948	Descrição das abordagens na disciplina "desenhos e trabalhos manuais"	ementário de disciplinas com plano de aula de desenhos e trabalhos manuais, português, iniciação a matemática, história e geografia, trabalhos de agulhas, canto orfeônico

Fonte: Elaborado pela autora a partir das imagens coletadas do acervo escolar (COLÉGIO SANTA CLARA, 2022).

### APÊNDICE C – Vestígios de cultura escolar identificados nas fontes do acervo documental do Colégio Santa Clara

**Quadro 6 –** Vestígios de cultura escolar identificados nas fontes do acervo documental do Colégio Santa Clara

PERÍODO	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	DESCRIÇÃO/SÍNTESE DA IMAGEM	ANÁLISE DO DOCUMENTO	TIPO DE CULTURA ESCOLAR
0	Diploma	Diplomas do curso normal. Diversos sem identificação e em péssimo estado de conservação		Cultura escolar
0	Diploma	Diplomas do curso normal de Eliane Silva Campos		Cultura escolar
01/02/1978 - 11/1981	Caderno de protocolo	Caderno de protocolo com entrada e saída de documentos, com identificação de vários documentos da rotina escolares.		Cultura escolar
1974 -1977	Diplomas diversos	Curso Formação de Professores Primários, Professor de Técnico em Magistério para o 1º grau de 1ª a 4ª série e Professora Primário	No verso apresenta-se as disciplinas cursadas, mostrando a diferença entre as leis que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, Lei nº. 4024, de 20 de dezembro de 1961 e a Lei nº. 5092, de 11 de agosto de 1971. É possível notar o quantitativo de disciplinas entre a matriz curricular de 1961, que apresenta menos componentes extracurriculares do que a de 1971, no Caso do Colégio, a matriz de 1971, apresenta-se com maior número de disciplinas que se limitam a formação educacional, percebendo-se a maior quantitativo de disciplinas, que formam o cidadão de acordo com a missão e filosofia do Colégio Santa Clara.	Cultura escolar
1979 -1985	Termo de visita de inspeção	Ordem de serviço. Verificação de históricos escolares; inspeção geral na unidade de ensino do Setor 1 Zona II; inspeção geral na unidade de ensino, conforme determinação da coordenação de Inspeção Escolar; Verificação dos planos de ensino, registro de matrícula, livros de ata e diários de classe; inspeção geral na unidade de ensino. Acompanhamento da aplicação do salário educação; inspeção geral na unidade de ensino. Verificação da R.A.F, D.C e N.P.S referentes ao salário da educação; Verificação da vida escolar para autenticação de documentos dos alunos	Na maioria dos termos de visitas de inspeções verificados, nota-se que a Instituição de ensino é regular no cumprimento das normas e regras vigentes, determinadas pela Secretária de Educação do Estado de Goiás. O que demonstra que quanto a parte administrativa ou de gestão da unidade de ensino, as práticas de ensino estão alinhadas às regras e as normas estipuladas também pelo Estado, que pode ser compreendida aqui como um reflexo das necessidades da sociedade naquele momento. "A unidade de ensino se encontra regular com suas obrigações, os diários, tem seu lançamento de matérias conforme o plano,	Cultura escolar

			Reuniu-se a diretora, demais membros da coordenação educacional, professores, funcionários, pais e responsáveis de alunos para aprovação da proposta político pedagógica e do regimento escolar do Colégio Santa Clara, aprovada por maioria absoluta, com vigência iniciada em 2013. Após apreciação interna os regimentos do Colégio Santa Clara, eram publicados no Diário Oficial do Estado, com intuito de informar a comunidade goiana, este ato demonstra o alinhamento da cultura escolar interna com as reivindicações de onde ele está inserido.	e toda sua escrituração obedecerá, as normas vigentes da Secretária da educação”.	
28/06/2013	Folha 1- Ata de aprovação da proposta político pedagógica e do regimento escolar do Colégio Santa Clara		Reuniu-se a diretora, demais membros da coordenação educacional, professores, funcionários, pais e responsáveis de alunos para aprovação da proposta político pedagógica e do regimento escolar do Colégio Santa Clara, aprovada por maioria absoluta, com vigência iniciada em 2013. Após apreciação interna os regimentos do Colégio Santa Clara, eram publicados no Diário Oficial do Estado, com intuito de informar a comunidade goiana, este ato demonstra o alinhamento da cultura escolar interna com as reivindicações de onde ele está inserido.	Reuniu-se a diretora, demais membros da coordenação educacional, professores, funcionários, pais e responsáveis de alunos para aprovação da proposta político pedagógica e do regimento escolar do Colégio Santa Clara, aprovada por maioria absoluta, com vigência iniciada em 2013. Após apreciação interna os regimentos do Colégio Santa Clara, eram publicados no Diário Oficial do Estado, com intuito de informar a comunidade goiana, este ato demonstra o alinhamento da cultura escolar interna com as reivindicações de onde ele está inserido.	Cultura escolar
1999-2019	Capa do Livro - SAEMEC - Manual do usuário 1999; SEPE -		Capa do Livro - SAEMEC - Sistema de administração escolar INEP/MEC - Manual do usuário 1999; SEPE - Sindicato dos estabelecimentos particulares de ensino de Goiânia-Encontro anual do secretário escolar de 2008 a 2020	Os manuais, todos arquivados no Colégio Santa Clara, não apresenta o comprometimento da instituição em acompanhar eventos e cultura escolar de outras instituições particulares de Goiânia.	Cultura escolar
1987	Capa dos livros de matrículas - 87/88 - 86/87 - 85/86 - 88/89/90 - 90/91 - 91/92/93 - 94/95 - 96/97/98 - 99/2000		Fotografia para demonstração de potencial do acervo	Além do potencial de pesquisa, a fotografia das lombadas compiladas, confirma um tipo de cultura escolar institucional que por anos vêm sendo reproduzidas, quanto a gestão escolar.	Cultura escolar
--	Capa dos livros de matrículas ( <b>demonstração de potencial do acervo</b> )-		matrículas da 1, 2, 3 e 4 série ginásio 1968 - matrículas 2 série ginásial 1948 a 51; matrículas 1 série ginásial 1950 a 52; matrículas 1 série ginásial 1946 a 48; matrículas 2 série ginásial, 1953 a 57; matrículas 3 série ginásial 1952 a 57; matrículas da 1 2 3 e 4 série ginásio 1971 a 72; matrículas ginásio 1972 a 73; matrículas 2 série ginásio 1947 à 50; matrículas da 1, 2, 3 e 4 série ginásio 1963 a 65; matrículas 2 série ginásial 1957 a 61; matrículas 1964; matrículas curso ginásial 1967 a 68; matrículas 4 série ginásial 1953 a 60; matrículas da 1, 2, 3 e 4 série ginásio 1966 a 67; matrículas da 1, 2, 3 e 4 série ginásio 1965 a 66; matrículas 2 série ginásial 1950 a 53; matrículas da 1, 2, 3 e 4 série ginásio 1966 a 67 - 1965 a 66 - 1958 a 62; matrículas 3 série ginásio 1948 a 53; matrículas 1956 a 59; matrículas 4 série ginásial 1949 a 53 e 1960 a 63 - Capa de livro de	Além do potencial de pesquisa, a fotografia das lombadas compiladas, confirma um tipo de cultura escolar institucional que por anos vêm sendo reproduzidas, quanto a gestão escolar.	Cultura escolar

		exames de admissão normal 1961 a ....- 48 a 68 - 1945 a - Provas parciais do ginásio -1971 a ... - livro de Ocorrências, livro de chamada 1946 a 47		
--	Capa dos livros de matrículas ( <b>demonstração de potencial do acervo</b> )-	matrículas 2 série ginásio 1953 a 57; matrículas 3 série ginásio 1952 a 57; matrículas da 1, 2, 3 e 4 série ginásio 1971 a 72; matrículas série ginásio 1972 a 73; matrículas 2 série ginásio 1947 à 50; matrículas da 1, 2, 3 e 4 série ginásio 1963 a 65; matrículas 2 série ginásio 1957 a 61; matrícula curso ginásio 1967 a 68; matrícula curso ginásio 1953 a 66; matrícula 2 série ginásio 1950 a 53; matrículas da 1, 2 e 3 série ginásio 1958 a 62, matrículas 3 série ginásio 1948 a 52; matrículas 3 série ginásio 1956 a 59; matrículas 4 série ginásio 1960 a 63	Além do potencial de pesquisa, a fotografia das lombadas compiladas, confirma um tipo de cultura escolar institucional que por anos vêm sendo reproduzidas, quanto a gestão escolar.	Cultura escolar
--	Capa dos livros de matrículas ( <b>demonstração de potencial do acervo</b> )-	Capa dos livros de matrículas ( <b>demonstração de potencial do acervo</b> ) - matrículas curso ginásio 1967 a 68; matrículas 1964; matrículas 1 2 3 e 4 série ginásio 1963 a 65; matrícula 2 série ginásio 1947 à 50; matrícula ginásio 1972 a 73; matrículas 1 2 3 e 4 série ginásio 1952 a 57; matrículas 1 2 3 e 4 série ginásio 1971 a 72; matrículas 2 série ginásio 1953 a 57; matrículas 1 série ginásio 1946 a 48; matrículas 1 série ginásio 1950 a 52; matrículas 2 série ginásio 1948 a 51; matrículas 1 2 3 e 4 série ginásio 1968; Ocorrências; exames parciais normais 1961 a 19...;	Além do potencial de pesquisa, a fotografia das lombadas compiladas, confirma um tipo de cultura escolar institucional que por anos vêm sendo reproduzidas, quanto a gestão escolar.	Cultura escolar
--	Capa dos livros de matrículas ( <b>demonstração de potencial do acervo</b> )-	Capa dos livros de matrículas ( <b>demonstração de potencial do acervo</b> ) - matrícula 1984; termos de visitas; curso ginásio atas, provas parciais 1961 a 71; matrículas 1 e 2 série ginásio 1959 a 63; matrículas 1 série ginásio 1952 a 56. Outros livros sem descrição na lombada.	Além do potencial de pesquisa, a fotografia das lombadas compiladas, confirma um tipo de cultura escolar institucional que por anos vem sendo reproduzidas, quanto a gestão escolar.	Cultura escolar
--	Capa dos livros de matrículas ( <b>demonstração de potencial do acervo</b> )-	Capa dos livros Registros de Notas ( <b>demonstração de potencial do acervo</b> ) - 1ª série 1953 a 54; 3ª série 1948 a 51; 1ª série 1948 à 50; 1ª série 1948 à 50; registros de nota 1ª série 1946 a 48; 1ª série 1948 à 50; Ata de promoção à 2ª série 1946 a 53; outros livros sem descrição na lombada.	Além do potencial de pesquisa, a fotografia das lombadas compiladas, confirma um tipo de cultura escolar institucional que por anos vem sendo reproduzidas, quanto a gestão escolar.	Cultura escolar
1940-1971	Lista com relação de livros	Lista com relação de livros de matrícula que estão na	Além do potencial de pesquisa, a fotografia das lombadas	Cultura

1945-1949	de matrícula Lista com relação de livros de matrícula na gaveta ano a ano: atas de promoção de ano 1946 a 1954; provas orais 1949 a 51; resultados finais 1949 a 1960; mensalidade 1948 a 1965 e 1965 a 67; folhas de pagamento aos profs. 1956 a 66; resultados finais 1961 a 67; atas de admissão 1945 a 1949.	gaveta ano a ano entre 1940 e 1971; Temos de visitas 1940 a 1956	compiladas, confirma um tipo de cultura escolar institucional que por anos vem sendo reproduzidas, quanto a gestão escolar.	escolar
	Lista com relação de livros de matrícula na gaveta ano a ano: atas de promoção de ano 1946 a 1954; provas orais 1949 a 51; resultados finais 1949 a 1960; mensalidade 1948 a 1965 e 1965 a 67; folhas de pagamento aos profs. 1956 a 66; resultados finais 1961 a 67; atas de admissão 1945 a 1949.		Além do potencial de pesquisa, a fotografia das lombadas compiladas, confirma um tipo de cultura escolar institucional que por anos vem sendo reproduzidas, quanto a gestão escolar.	Cultura escolar
12/06/1927	Cópia do Jornal de Goyaz	Cópia do Jornal de Goyaz- equiparação a escola normal do Estado do Colégio Santa Clara	Confirma a importância do Colégio Santa Clara como importante instituição de ensino para o Estado, assim como para os goianos, ao publicar em jornal de grande circulação anuência para a instituição, a informação, denota, direta e indiretamente, o comportamento da sociedade e a produção desses significados que eram fomentados por um contexto social.	Cultura escolar
1947	Placa de registro escolar	Placa de registro escolar de 31-01-1947		Cultura escolar
5/10/1973	Resolução nº 1109, de 5 de outubro de 1973	Resolução nº. 1.109, de 5 de outubro de 1973. Aprova a mudança de denominação do estabelecimento de ensino,	O Colégio denominado Colégio Normal Santa Clara passa a ser chamado Colégio Santa Clara. Tal ato, demonstra que o Colégio, continua acompanhando institucionalmente, as demandas e ressignações da sociedade em que está inserido.	Cultura escolar
6/10/1973	Cópia do Jornal de Goyaz- Resolução nº. 1109, de 5 de outubro de 1973	Muda denominação do estabelecimento de ensino de Colégio Normal Colégio Santa Clara para Colégio Santa Clara		Cultura escolar
14/01/1985	Cópia do DOU de Goiás	Aprovação das grades curriculares de 1º grau (Lei nº. 7.044/1982)		Cultura escolar
06/02/1976	Resolução nº. 1380, de 6	Documento que autoriza o Colégio Santa Clara a implantar		Cultura

	de fevereiro de 1973	a reforma do ensino de 1º e 2º graus e aprovação do regimento e currículos	escolar
04/12/1980	Atestado de funcionamento nº. 864	Atestado de funcionamento nº. 864 e nº. 865, de 4 de dezembro de 1980	Cultura escolar
11/02/1980	Avaliação - métodos de avaliação	Explicação dos métodos de avaliação de 1979 e 1980	Cultura escolar
1976	Resolução nº. 1.380, de 6 de fevereiro de 1976	Autoriza o Colégio Santa Clara, a implantar a reforma de ensino de 1º e 2º graus, aprova seu regimento e currículos.	Cultura escolar
1974 - 1980	Currículos 1974-1980	currículo curso ginásial 1965; currículo curso normal 1965; Currículo de 1º grau 1974, 1977 e 1984; currículo para o magistério de 1ª a 4ª de 1º grau; currículo técnico de secretariado (sem data); curso normal em 1966 a 1971; currículo da 5 e 6 série 1977; currículo do 1º grau – 1ª fase, 5ª a 8ª; técnico em secretariado; técnico em contabilidade (1980);	Cultura escolar
04/01/1966	Resolução do DOU que aprova o regimento do Colégio normal Santa Clara	Resolução do DOU que aprova o regimento do Colégio normal Santa Clara	Cultura escolar
1977	Documento com os ritos de homenagem à bandeira		Cultura escolar
15/06/1956	Termo de acordo especial entre o Instituto Nacional Pedagógico e o Colégio Santa Clara 1956		Cultura escolar
08/03/1949	Encaminhamento de aluna	Encaminhamento da Secretária de Estado de Educação de aluna Dalma de Melo, os estudos serão subsidiados pelo estado.	Cultura escolar

Fonte: Elaborado pela autora a partir das fontes coletadas do acervo escolar (COLÉGIO SANTA CLARA, 2022).

**APÊNDICE D – Vestígios de cultura escolar confessional católica, identificado nas fontes do acervo documental do Colégio Santa Clara**

**Quadro 7 – Vestígios de cultura escolar confessional católica, identificado nas fontes do acervo documental do Colégio Santa Clara**

PERÍODO	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	DESCRIÇÃO/SÍNTESE DA IMAGEM	ANÁLISE DO DOCUMENTO E TIPO DE CULTURA ESCOLAR	TIPO DE CULTURA ESCOLAR
08/03/1982-23/01/1989	Atas	Ata com análise dos resultados dos testes de nível de aluna com nota abaixo da média; Ata para verificação de irregularidade no prontuário de aluna 7ª série do 1º grau, verificação para tomada de decisão junto a Inspeção escolar que decidiu pelo retorno da aluna para cursar a 6ª série novamente; Ata com teste de nível de aluno e entrevista com orientadora pedagógica	No que diz respeito das atas com dos resultados dos testes de nível contendo entrevista com orientadora pedagógica e atas para verificação de irregularidade no prontuário sobre reprovações de série ou recuperações em disciplinas, infere-se que há a predominância de padrões e normas para tomada de decisões acadêmicas da instituição, decorre de uma cultura escolar confessional, identificada a partir, de que em todas as atas os pais ou responsáveis, são convocados para esta tomada de decisão como parte da decisão e não como era costume da época, onde a decisão era tomada unilateralmente pelo Colégio e posteriormente, comunicava-a aos pais. Outro forte indicio de Cultura escolar confessional é o rito de entrega dos certificados aos concluintes de curso, realizado em uma missa solene. Em discurso proferido pela formanda, ela diz: "um motivo muito forte aqui nos trouxe: ação de graças, vimos agradecer a Deus tudo o que somos e conseguimos, esta primeira etapa de nossos estudos é um dom que hoje queremos especialmente, agradecer, não só aos mestres, elevamos um hino em louvor a Deus. Em amigos, E, todos juntos, proferiu que: "O alicerce que receberam nesta escola, servirá para suas vidas futuras. Vocês devem uma gratidão a todos aqueles que conviveram e que viram vocês crescerem" *** Diretora homenageou uma medalha de honra ao mérito, os primeiros colocados e os alunos que estudaram na instituição desde a pré-escola	Cultura escolar confessional
1922 - 2021	Perfil biográfico de todas as diretoras do Colégio Santa Clara	Histórico das diretoras do Colégio Santa Clara - Goiás	"A diretora-geral será nomeada pela Presidente da entidade mantenedora das Irmãs Franciscanas da Ação Pastoral". No entanto, a partir do Perfil biográfico das diretoras da instituição, foi identificado que todas as diretoras são Irmãs da congregação. Isto demonstra, que	Cultura escolar confessional

1927-1949	Lista datilografada de documentos que tem na pasta	Ata de tomada de posse; documentação da diretoria e secretária; quadro de professores, pessoal técnico e adm.; Lei n.º 826, de 20 de junho de 1927; Portaria Ministerial n.º 532, de 31 de outubro de 1949; Resolução; Regimento escolar 1980; grades curriculares; programação curricular (pré-escola)	apesar do serviço técnico do cargo, a doutrina e os valores imbricados na religiosidade, estão presente na gestão do Colégio Santa Clara.	Cultura escolar confessional
07/03/1997	Grade Curricular 5ª a 8ª série - 1997	Disciplinas: Português, Língua Est. M. Inglês; história. Geografia, matemática. Ciências físicas e biológicas; educação física; ensino religioso, educação artística e geometria		Cultura escolar confessional
2015	Lista do corpo dirigente do Colégio Santa Clara em 2015	Lista nominal com todos os cargos e gestores de 2015		Cultura escolar confessional
1977/1980	Regimento Escolar do Colégio Santa Clara e Regimento Escolar do Colégio Santa Clara - Resolução n.º 198, de 1980 (Regimento Escolar do Colégio Santa Clara - Resolução n.º 198, de 1981)	Compreende os seguintes capítulos: das finalidades, da organização administrativa, da organização pedagógica, da organização escolar, das associações escolares e das disposições gerais e transitórias	O Regimento é composto de 18 páginas, no decorrer do documento é percebido os indícios da cultura escolar confessional, porém de forma mais clara onde trata "das finalidades" que compreende a de dominação da instituição e a filosofia educacional. E em outras situações como a definição da nomeação da diretora, realizada pela Mantenedora da Instituição, a ação pastoral., outra situação é que, geralmente, os cargos de gestão/coordenação, isto é, importantes, são coordenados/"supervisionados" pelas irmãs. Existia também uma coordenação específica de orientação religiosa, outras 2 pedagógicas e educacionais.	Cultura escolar confessional
1946-1960	Clube Agrícola escolar "Raul de Paula"	Relatório do Clube Agrícola escolar "Raul de Paula" da Escola normal e ginásio do Colégio Santa Clara fundado em 21/09/1946, documento de registro do clube 07/11/1946; declaração de funcionamento 1959; prestação de conta 1961	O Clube Agrícola escolar "Raul de Paula" do Colégio Santa Clara, apresenta vestígios da organização cultural da instituição, que promoveram através das atividades práticas, significados a partir dos comportamentos dos estudantes ensejados dentro da instituição, projetando para o externo, realizando uma troca entre o meio escolar e a sociedade. É observado, nos documentos, que a organização e a gestão são perpassadas, pelos valores e costumes da congregação.	Cultura escolar confessional
15/12/1959	Clube Agrícola escolar "Raul de Paula"	Documento do MEC, informando aprovação de orçamento ordinário de Cr\$ 30.000,00 para o Colégio Santa Clara		Cultura escolar confessional

1946	Clube Agrícola escolar "Raul de Paula"	Termo de declaração do MEC - questionário - Clube Agrícola escolar "Raul de Paula"	Cultura escolar confessional
14/03/1950	Documentos do curso normal intensivo	Documentos curso normal intensivo de 2 anos 1950 a 1954, Ofício nº. 174/179, de 14 de março de 1951	Cultura escolar confessional
15/12/1948	Descrição das abordagens na disciplina "desenhos e trabalhos manuais"	ementário de disciplinas com plano de aula de desenhos e trabalhos manuais, português, iniciação à matemática, história e geografia, trabalhos de agulhas, canto orfeônico	Cultura escolar confessional
	Fotografias diversas da fachada do Colégio Santa Clara	anos diversos	Cultura escolar confessional
23/09/1982	Matéria de Jornal	Celebração da Natureza que fazia parte da semana cultural com várias outras atividades	Cultura escolar confessional
28/05/1981	Matéria de Jornal - O popular	60 anos de educação e cultura em Goiás, com os nomes das professoras formadas no Colégio Santa Clara de 1930 a 1957	Cultura escolar confessional
09/10/1981	Matéria de Jornal - Folha de Goiás	Colégio Santa Clara: Jubileu de diamante - fala da importância da instituição para Campinas e região	Cultura escolar confessional

			<p>esmerando-se as irmãs não apenas no desenvolvimento intelectual, mas ainda na formação moral, física, religiosa e artística". Nesta, matéria de jornal ainda sobre o jubileu de 60 anos da instituição, fica claro o empenho do Colégio na promoção deste evento, porém quanto a cultura escolar confessional, é identificado traços desta cultura, quando para além da importância da instituição para sociedade goiana, é exaltado as características confessionais como elementos primordiais que ancorados ao ensino, se resguarda todo significado e valores da instituição intra e extramuros.</p>	
--	--	--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora a partir das fontes coletadas no acervo documental do Colégio Santa Clara (2022).